

**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ**  
**Alan Alves Brito Conceição**

**A CONSTITUIÇÃO DE PROJETOS DE  
ECONOMIA SOLIDÁRIA EM SÃO JOSÉ DO  
BARREIRO COMO ALTERNATIVA PARA O  
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

**Taubaté – SP**  
**2015**

**ALAN ALVES BRITO CONCEIÇÃO**

**A CONSTITUIÇÃO DE PROJETOS DE  
ECONOMIA SOLIDÁRIA EM SÃO JOSÉ DO  
BARREIRO COMO ALTERNATIVA PARA O  
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração e da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional

Orientador: Prof. Doutor Moacir José dos Santos

**Taubaté – SP  
2015**

**ALAN ALVES BRITO CONCEIÇÃO**

**A CONSTITUIÇÃO DE PROJETOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM SÃO JOSÉ  
DO BARREIRO COMO ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO  
LOCAL**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração e da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional

Orientador: Prof. Doutor Moacir José dos Santos

Data: 15 de maio de 2015

Resultado: Aprovado

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Moacir José dos Santos – Universidade de Taubaté

Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Edson Trajano Vieira – Universidade de Taubaté

Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Adilson da Silva Mello – Universidade Federal de Itajubá

Assinatura \_\_\_\_\_

## **AGRADECIMENTOS**

Meus sinceros cumprimentos a todo corpo docente do Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté pelo conhecimento transmitido ao longo do curso. Em especial àqueles que estiveram ligados na elaboração deste trabalho: ao Professor Doutor Moacir José dos Santos, meu orientador, e aos Professores Doutores Edson Trajano Vieira e Fabio Ricci pelas contribuições apresentadas na fase de seminários.

Também quero agradecer aos meus pais, que me incentivaram e apoiaram mesmo nos momentos mais complicados. A minha esposa, Valéria Carini, que sempre esteve ao meu lado.

À Universidade de Taubaté pela minha participação no projeto de Extensão “Assessoria Técnica para Desenvolvimento de Empreendimentos Econômicos Solidários na Microrregião de Bananal”. As visitas realizadas aos municípios da microrregião de Bananal foram importantes para conhecer a realidade socioeconômica da população.

## RESUMO

A economia solidária é definida como modelo de produção e distribuição alternativo as contradições da dinâmica da economia capitalista, especialmente a concentração de renda. Esse modelo econômico alternativo está estruturado em princípios democráticos. Por este motivo, a gestão de uma empresa solidária deve contar com a participação de todos os envolvidos no seu funcionamento. O objetivo deste trabalho é discutir o potencial para constituição de empreendimentos de economia solidária para pequenos municípios, como São José do Barreiro. A economia solidária adquiriu visibilidade, no Brasil, a partir da implantação da Senaes, em 2003. A partir desse momento, a economia solidária passou a fazer parte de um programa de políticas públicas na agenda do governo federal. Este estudo foi norteado pela pesquisa qualitativa, pois engloba diversos fenômenos das ciências humanas. Nesse segmento encontra-se a pesquisa do tipo documental, que possibilita o estudo de fatos históricos por meio de documentos. Esta pesquisa é justificada pela análise de um projeto de inclusão produtiva que favoreça a inserção no mercado de trabalho por meio do cooperativismo. Em 2010, São José do Barreiro ficou com uma das menores notas no IFDM do estado de São Paulo. Dentre as 644 cidades avaliadas naquele ano, São José do Barreiro ficou na 639ª posição. Apesar das dificuldades na avaliação das instituições autogestionárias, presume-se que a economia solidária é um modelo justo e inclusivo, com foco na melhoria do bem-estar da sociedade. Esta pesquisa verificou que o gargalo de São José do Barreiro está relacionado a dificuldade na geração de emprego e renda. Dessa forma, conclui-se que o dinamismo de EES é capaz de alterar favoravelmente as condições socioeconômicas de São José do Barreiro como meio de inclusão produtiva. São José do Barreiro apresenta condições favoráveis ao desenvolvimento de projetos de economia solidária voltados à agricultura familiar e ao artesanato. Além disso, o setor de turismo rural ou de aventura é uma opção para aquecer a economia da cidade, mas que depende de maior apoio de órgãos públicos. As medidas adotadas pelo governo federal, em 2015, de ajuste da economia reforçam a necessidade de fortalecimento da economia solidária como recurso para inclusão produtiva e empoderamento econômico.

**Palavra chave:** Inclusão produtiva, economia solidária, São José do Barreiro

## ABSTRACT

The solidarity economy is defined as production and alternative distribution model the dynamic contradictions of the capitalist economy, especially the concentration of income. This alternative economic model is organized on democratic principles. For this reason, the management of a joint company should include the participation of all those involved in its operation. The objective of this paper is to discuss the potential for creation of social economy enterprises to small municipalities, such as São José do Barreiro. The solidarity economy gained visibility in Brazil since the implementation of Senaes in 2003. From that moment, the solidarity economy became part of a public policy program on the agenda of the federal government. This study was guided by qualitative research, as it encompasses many phenomena of the humanities. This segment is the research of documentary type, which allows the study of historical events through documents. This research is justified by the analysis of a productive inclusion project that favors the insertion in the labor market through the cooperative. In 2010, São José do Barreiro got one of the smallest notes in IFDM the state of São Paulo. Among the 644 cities evaluated that year, São José do Barreiro was in 639<sup>o</sup> position. Despite the difficulties in assessing self-managed institutions, it is assumed the solidarity economy is a fair and inclusive model, focusing on improving the well-being of society. This research found that the bottleneck of São José do Barreiro is related to difficulties in generating jobs and income. Thus, it is concluded that the dynamism of EES is able to favorably alter the socioeconomic conditions of São José do Barreiro as a means of productive inclusion. São José do Barreiro presents favorable conditions for the development of social economy projects aimed at family farming and crafts. In addition, the rural tourism sector or adventure is an option to heat the city's economy, but it depends on greater support from government agencies. The measures adopted by the federal government in 2015, the economy adjust reinforce the need for strengthening the solidarity economy as a resource for productive inclusion and economic empowerment.

**Keyword:** Productive inclusion, solidarity economy, São José do Barreiro

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Principais desafios enfrentados pela economia solidária.....	57
Figura 2 – Mapa com as microrregiões da RMVale.....	71
Figura 3 – Mapa com os municípios da microrregião de Bananal.....	75
Figura 4 – Faixa de desenvolvimento humano municipal.....	86
Figura 5 – IDHM brasileiro e seus subíndices 1991-2000-2010.....	89

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Distribuição regional de empreendimentos solidários entre 2010 e 2012.....	56
Tabela 2 – Produção de café no estado de São Paulo, porcentagem.....	65
Tabela 3 – Evolução da população do Vale do Paraíba paulista.....	67
Tabela 4 – Evolução do PIB no estado de São Paulo, no Vale do Paraíba paulista e em São José do Barreiro entre os anos de 1999 e 2011 (em milhões de reais correntes).....	77
Tabela 5 – Crescimento populacional no estado de São Paulo entre 1980 a 2012.....	79
Tabela 6 – Evolução do BPC em São José do Barreiro entre os anos 2004 e 2012.....	83
Tabela 7 – Ocupação da população de São José do Barreiro com 18 anos ou mais.....	90



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Percentual de EES nas macrorregiões do Brasil no ano de 2007.....	55
Gráfico 2 – Comparação entre o crescimento do PIB per capita de São José do Barreiro, Vale do Paraíba paulista e o estado de São Paulo entre 1999 e 2011 (em mil reais correntes).....	77
Gráfico 3 – Evolução no número de famílias beneficiadas pelo PBF em São José do Barreiro (2004/2012).....	80
Gráfico 4 – Famílias beneficiadas pelo PBF no Vale do Paraíba paulista de 2004 a 2012 (por mil).....	81
Gráfico 5 – Famílias beneficiadas pelo PBF no estado de São Paulo de 2004 a 2012 (por mil).....	81
Gráfico 6 – Valor nominal total das transferências do Bolsa Família em dezembro de cada ano no município de São José do Barreiro (em mil correntes reais).....	82
Gráfico 7 – Variação do IFDM em São José do Barreiro entre 2005 e 2011.....	85
Gráfico 8 – Variação do IFDM segmentado em São José do Barreiro entre 2005 e 2011.....	85
Gráfico 9 – Comparação entre os IDHM nacional, estadual e de São José do Barreiro.....	87
Gráfico 10 – Variação do IDHM em São José do Barreiro entre 1991 e 2010.....	87
Gráfico 11 – Variação do IDEB em São José do Barreiro entre 2005 e 2013.....	88

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACI	- Aliança Cooperativa Internacional
ADS	- Agência de Desenvolvimento Solidário
Amocomp	- Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras
Anteag	- Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária
ASA	- Articulação no Semiárido Brasileiro
BCB	- Banco Central do Brasil
BPC	- Benefício de Prestação Continuada
CEF	- Caixa Econômica Federal
Cepal	- Comissão Econômica para América Latina e Caribe
Condephaat	- Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
Coopsol	- Cooperativa de Crédito Solidário
CTA	- Centro Técnico Aeroespacial
CUT	- Central Única dos Trabalhadores
Dieese	- Departamento Intersindical de Estudos Estatístico, Sociais e Econômicos
EES	- Empreendimento Econômico Solidário
FBES	- Fórum Brasileiro de Economia Solidária
Fetape	- Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco
FGTS	- Fundo de Garantia de Tempo de Serviço
FIRJAN	- Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
FMI	- Fundo Monetário Internacional
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFDM	- Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
INPE	- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INSS	- Instituto Nacional do Seguro Social
Ipea	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Ipeadata	- Banco de Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IQT	- Indústria Química de Taubaté
ITA	- Instituto Tecnológico de Aeronáutica
ITCP	- Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
MDS	- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MTE	- Ministério do Trabalho e Emprego
ODM	- Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ONGs	- Organizações Não Governamentais
PIMC	- Programa Um Milhão de Cisternas Rurais
PEA	- População economicamente ativa
PIB	- Produto Interno Bruto
PNB	- Produto Nacional Bruto
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSI	- Processo de Substituição de Importações
RMV	- Renda Mensal Vitalícia
RMVale	- Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte
Senaes	- Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES	- Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária
TVA	- <i>Tennessee Vale Authority</i>
Unicef	- Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNISINOS	- Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Unisol	- Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

# SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
1.1 Problema.....	16
1.2 Objetivos.....	16
1.2.1 Objetivo geral.....	16
1.2.2 Objetivos específicos.....	16
1.3 Delimitação do estudo.....	17
1.4 Relevância do estudo.....	17
1.5 Organização da dissertação.....	18
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....</b>	<b>20</b>
2.1 Economia solidária: um debate teórico.....	22
2.2 Fundamentos da teoria keynesiana.....	27
2.2.1 O pensamento keynesiano no Brasil .....	31
2.3 A economia solidária no Brasil.....	36
2.3.1 Sistema público de financiamento e apoio ao cooperativismo.....	41
2.3.2 Obstáculos a serem enfrentados pela economia solidária .....	47
2.3.3 Resultados da economia solidária no Brasil.....	55
<b>3. MÉTODO.....</b>	<b>59</b>
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>61</b>
4.1 O ciclo do café .....	61
4.1.1 Apogeu e decadência do café no Vale do Paraíba paulista.....	65
4.1.2 A implantação do Convênio de Taubaté.....	68
4.2 A Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.....	70
4.2.1 São José do Barreiro.....	74
4.2.2 Economia e variação populacional em São José do Barreiro.....	76
4.2.3 Programas de transferência direta de renda: Bolsa Família e BPC.....	80
4.2.4 Análise dos indicadores de qualidade de vida.....	84
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>91</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>95</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A economia solidária, apesar de estar inserida no sistema capitalista, tem como foco a valorização do ser humano e não do capital. O cooperativismo, a cogestão e a autogestão são as principais características da economia solidária. A economia solidária está baseada em preceitos democráticos, por isso necessita da participação de todos os envolvidos naquela atividade.

Geralmente, a Ciência Econômica é vista de maneira equivocada, analisada apenas por meio de números e fórmulas. No entanto, ao contrário do que pressupõe o senso comum, a Economia é uma ciência social, pois, engloba elementos humanos na gestão dos recursos disponíveis, com o intuito de satisfazer as necessidades da coletividade. Segundo Mochón e Troster (2004, p. 5), “a economia estuda a maneira como se administram os recursos escassos, com o objetivo de reproduzir bens e serviços e distribuí-los para seu consumo entre os membros da sociedade”.

A economia solidária representa a socialização do poder entre os cidadãos, a produção de bens sustentáveis a partir da utilização eficiente dos recursos naturais e geração de recursos distribuídos de maneira proporcional ao trabalho realizado. Segundo Antonello e Luizão (2012, p. 76), “a Economia Solidária tem como intuito aliviar a pobreza, e proporcionar autonomia, como uma alternativa à exclusão social e como uma nova forma de trabalho”. Este modelo está estruturado em conceitos de sustentabilidade, inclusão e autonomia social, que a distinguem de modelos como as cooperativas comerciais, voltadas apenas a produção de excedente em perspectiva empresarial.

O economista britânico John Maynard Keynes defendia o princípio de que o Estado deve intervir na economia do país por meio de medidas fiscais e monetárias para minimizar os efeitos negativos dos ciclos econômicos. As ideias de Keynes no início do século XX deram origem à teoria macroeconômica, implantada por diversos países capitalistas para solucionar os problemas causados pela crise de 1929 e pela Grande Depressão na década de 1930. O keynesianismo, segundo Carvalho (2008, p. 571), “é uma doutrina *ativista*, que preconiza a ação do Estado na promoção e sustentação do pleno emprego em economias empresariais”. Para ele, a política keynesiana está baseada em fatos concretos, ou seja, no mundo real.

Atualmente, a escola keynesiana voltou ao debate político, econômico e acadêmico devido à crise econômica mundial, ocasionada pelo sistema financeiro capitalista. Em pauta, o intervencionismo estatal. Nas décadas de 1970 e 1980, pensadores neoliberais como Friedrich

Hayek e Milton Friedman consideravam as teorias de Keynes antiquadas. De acordo com os conceitos da economia clássica, o Estado não deve atuar na esfera econômica, pois as decisões e ações, devem ficar sob responsabilidade dos capitalistas. Os neoliberais defendem a liberalização econômica, o livre comércio e a redução de despesas públicas para reforçar o papel do setor privado na economia. As empresas estatais devem ser privatizadas, além disso, os governos devem implantar políticas que objetivem a redução de impostos. Segundo os neoclássicos, essa seria a maneira de garantir o crescimento econômico e, conseqüentemente, a mão invisível do mercado conduziria ao desenvolvimento da nação.

Segundo Hunt (1981, p. 478), o pensamento econômico neoclássico está pautado pela aceitação do “sistema capitalista de propriedade privada e todas as instituições fundamentais do capitalismo”. O neoliberalismo é criticado por diversos setores da sociedade. A principal crítica está no fato de que o neoliberalismo beneficiaria apenas as grandes potências econômicas. Portanto, os países pobres e aqueles em estágio de desenvolvimento seriam prejudicados, com o agravamento do desemprego, redução do poder de compra, crescimento da dependência com relação ao capital externo e aumento das disparidades sociais (CASTELO, 2012).

Este trabalho parte do pressuposto de que a economia clássica não é capaz de atender os anseios da sociedade contemporânea. Assim, a economia solidária apresenta-se como modelo capaz de minimizar as feridas causadas pelo desemprego e pela enorme desigualdade social, frutos do sistema capitalista.

A economia solidária deve ser encarada como uma alternativa para o planejamento e desenvolvimento regional. O trabalho realizado por meio de cooperativas tende a facilitar seu processo de produção e reduzir seus custos, conseqüentemente os retornos serão maiores. Com isso, a população local passa a ser beneficiada tanto na questão econômica quanto social, pois as características daquela região serão preservadas. A economia solidária está fundamentada na igualdade de seus pares, com foco na capacitação profissional e melhoria no bem-estar da coletividade. As práticas de solidariedade e reciprocidade não são utilizadas como meros dispositivos compensatórios, mas sim como mecanismos para produção da vida material e social.

Segundo Furtado (1965), o subdesenvolvimento se apresenta de diversas maneiras, em diferentes formas. “O subdesenvolvimento é um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento” (FURTADO, 1965, p. 173). Esta situação se reflete

historicamente no Brasil por meio da instalação de indústrias capitalistas em uma nação de economia tardia.

Atualmente, apesar dos contrastes sociais e econômicos o Brasil é considerado uma das principais potências econômicas do mundo. Em 2013, de acordo com relatório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2014, o Produto Interno Bruto (PIB) do país foi de R\$4,84 trilhões, o que equivale a sétima posição no *ranking* do Fundo Monetário Internacional – FMI (Banco Mundial, 2015). No entanto, deve ser ressaltado que apesar do PIB ser uma das principais ferramentas para mensurar a riqueza produzida por uma nação em determinado período de tempo, não considera fatores relacionados à qualidade de vida, como educação, saúde, emprego e distribuição de renda.

Neste caso, para uma avaliação mais adequada é necessário verificar a posição do país no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), desenvolvido pelo economista indiano Amartya Sen. O indicador é utilizado anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), desde sua criação em 1993, para avaliar a qualidade de vida nos países. Segundo relatório de 2014 do PNUD, em 2013, o Brasil ficou na 79ª posição, com IDH de 0,74 (elevado desenvolvimento humano). O objetivo do PNUD é ampliar as possibilidades de escolha do indivíduo para que ele possa ser aquilo que deseja ser. O desenvolvimento humano pressupõe que para a obtenção da qualidade de vida de uma sociedade é necessário romper as barreiras econômicas para conquistar a melhoria na qualidade de vida, atendendo questões relacionadas à segurança, liberdade, justiça social, proteção ao meio ambiente, além de fatores culturais.

Esta dissertação foi realizada por meio de pesquisa documental e é justificada pelos baixos indicadores sociais obtidos pelo município de São José do Barreiro entre os anos de 2005 a 2011 no Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM). A ideia deste estudo é aprofundar o debate político e econômico para verificar a possibilidade de implantação do modelo econômico solidário em pequenos municípios, como São José do Barreiro. Localizado na microrregião de Bananal, considerada a mais pobre da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVale).

## **1.1 Problema**

No sistema econômico capitalista, os meios de produção estão nas mãos de uma minoria e as propriedades são de caráter privado. Desse modo, há uma tendência de concentração de renda e aumento na desigualdade social. O capitalista tem como objetivo prioritário o lucro. Por isso, tende a comprimir o salário do operário. Esse sistema visa o crescimento econômico em detrimento do desenvolvimento da sociedade. Pressupõe-se que o capitalismo está propenso a agravar as crises econômicas por meio da concentração de renda e exclusão social. A pergunta que subsidia a pesquisa é: “a realidade socioeconômica de São José do Barreiro permite a constituição de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no município”?

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo Geral**

O objetivo geral da dissertação é verificar as condições à constituição de projetos de Economia Solidária em São José do Barreiro como mecanismo para o desenvolvimento regional.

### **1.2.2 Objetivo Específico**

- I. Analisar o conceito teórico de economia solidária, seus aspectos positivos e negativos.
- II. Aprofundar o debate teórico sobre a constituição de projetos de economia solidária em cidades caracterizadas pela estagnação econômica, como São José do Barreiro.
- III. Realizar um estudo sobre a realidade socioeconômica do município de São José do Barreiro.



### **1.3 Delimitação do Estudo**

Este trabalho pretende focar o debate teórico sobre a economia solidária no Brasil, baseado nas políticas de Keynes. Além da análise sobre a importância da economia solidária para pequenos municípios como São José do Barreiro. Não é objetivo desta pesquisa propor a implantação de atividades econômicas, mas sim o debate político e econômico, como meio para superação à estagnação econômica no município.

Esta pesquisa fará um breve relato sobre a história da região valeparaibana, focando São José do Barreiro. Com o intuito de esclarecer os motivos que levaram o município ao atual estágio de baixo crescimento econômico.

Esta pesquisa busca delimitar a discussão teórica sobre a economia solidária, suas estratégias de sobrevivência e o desenvolvimento de organizações populares para a geração de renda daqueles que estão excluídos do mercado formal de trabalho. Este trabalho propõe a reflexão sobre a disseminação da economia solidária, abordando tanto teóricos favoráveis à implantação deste modelo econômico quanto aqueles que enxergam a economia solidária com um caráter efêmero e fugaz.

### **1.4 Relevância do Estudo**

Esta pesquisa é justificada pela análise de um projeto de inclusão produtiva que favoreça a inserção no mercado de trabalho por meio do cooperativismo. Este tipo de estratégia tem o intuito de superar a extrema pobreza baseado em políticas de geração de renda. A economia solidária é um modelo de consumo, produção e distribuição baseado em valores éticos, centrado no desenvolvimento da sociedade. Esse modelo pode ser implantado com base nas teorias de Keynes, que defendem a intervenção estatal na economia.

A economia solidária tem como foco a parte marginalizada da sociedade e aqueles que estão em situação de miserabilidade. Pessoas que buscam alternativas à geração de renda para o sustento de sua família.

Com a implantação da Secretaria Nacional de Economia Solidária<sup>1</sup> (Senaes), em 2003, o modelo econômico solidário conquistou maior visibilidade no meio acadêmico. O interesse

---

<sup>1</sup> Órgão componente do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

da academia em debater esse tema abrange diversas áreas do conhecimento como a economia, sociologia, psicologia, administração, entre outras, ou seja, um tema multidisciplinar.

São José do Barreiro foi escolhido como foco de estudo devido aos baixos resultados obtidos pelo município no Índice da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) entre os anos de 2005 e 2011. Em 2007, São José do Barreiro obteve a pior nota (0,5804) entre os municípios da microrregião de Bananal e uma das piores dentre todas as cidades pertencentes ao Vale do Paraíba paulista. Apesar de apresentar relativa evolução nos indicadores sociais, em 2010, São José do Barreiro ficou uma das menores notas (0,6015) no IFDM do estado de São Paulo. Dentre as 644 cidades avaliadas naquele ano, São José do Barreiro ficou na 639ª posição.

A indissociabilidade é um compromisso da universidade como a comunidade que se evidencia na unificação do ensino, pesquisa e projetos de extensão. Por isso, a elaboração deste trabalho é justificada pela necessidade de mensurar o potencial de projetos de economia solidária em pequenos municípios como São José do Barreiro.

## **1.5 Organização da dissertação**

O presente estudo está estruturado em cinco partes: introdução, desenvolvimento, metodologia, resultados e conclusão. Na introdução, apresenta-se uma breve descrição sobre o conceito de Ciência Econômica e sobre economia solidária. Esta primeira parte também aborda os objetivos que nortearam os rumos desta pesquisa, como delimitação e relevância do estudo, além da organização textual.

A revisão de literatura teve início pelos principais teóricos da Ciência Econômica, dentre eles estão Adam Smith, Karl Marx, David Ricardo e John Maynard Keynes, refletindo o pensamento da economia política de cada autor. Em seguida, é trabalhado o conceito de economia solidária com base em diversos teóricos, mas principalmente na figura do economista Paul Singer. A sequência do debate passa pelas propostas formuladas por Keynes para a superação de crises econômicas, como a Grande Depressão na década de 1930, por meio da intervenção do Estado na economia. Ainda nesta segunda etapa, são analisadas experiências com base na economia solidária, seus limites e obstáculos a serem enfrentados no Brasil.

O terceiro capítulo indica que a pesquisa qualitativa foi o caminho metodológico utilizado para o desenvolvimento desta dissertação. Além de utilização de dados estatísticos de órgãos oficiais dos governos federal e estadual numa tentativa de mensurar o crescimento econômico e o desenvolvimento local.

Na quarta parte deste trabalho é abordado o processo histórico sobre o auge e a decadência do ciclo do café na microrregião de Bananal. Logo em seguida, mas ainda neste capítulo, são apresentados os números da economia de São José do Barreiro, sua posição em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), ao Índice FIRJAN e o percentual de habitantes beneficiados por programas de transferência de renda direta no município. Para fechar esta penúltima parte do trabalho é apresentado alguns números obtidos pela economia solidária na esfera nacional.

Por último, apresenta-se as considerações finais. Neste capítulo, verifica-se que São José do Barreiro tem potencial para a constituição de empreendimentos de economia solidária nos setores de agricultura familiar e artesanatos. Além disso, o turismo de aventura desponta como mais uma opção ao crescimento econômico da cidade. Dessa forma, conclui-se que a proposta de economia solidária deve ser elaborada em conjunto com poder público, com o intuito de articular diversas cooperativas, não apenas no âmbito municipal, mas sim na microrregião para o fortalecimento do modelo solidário como meio viável à transformação social.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

O conceito de economia solidária teve origem nas experiências dos socialistas utópicos, como Robert Owen, ainda na primeira metade do século XIX, na Inglaterra. Owen teve contribuição decisiva ao colocar em prática os ideais democráticos de igualdade e solidariedade, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores (SINGER, 2003). As iniciativas de Owen ultrapassaram as fronteiras britânicas e até hoje inspiram políticas econômicas em diversos países.

A emergência da economia solidária esteve associada aos impactos negativos da primeira Revolução Industrial, que acarretou na exclusão dos artesãos do mercado de trabalho. Owen foi pioneiro na implantação da jornada de trabalho e na restrição ao trabalho infantil (RETAMIRO, 2013, p. 73). A implantação de cooperativas, com caráter socialista, ocorre no momento em que a Revolução Industrial fortalecia o ideal da economia liberal de Adam Smith.

O liberalismo econômico foi desenvolvido a partir do século XVI para atender as necessidades do sistema capitalista. O modelo liberal tem como pressuposto a emancipação da economia, a não intervenção do Estado. O governo deveria se concentrar em oferecer condições adequadas para que a economia seguisse seu rumo natural. Questões relacionadas ao imediatismo e ao individualismo, como a exclusão social e a polarização entre ricos e pobres resultam em consequências negativas à sociedade. Em que, o Estado passa a ser um agente do interesse privado (OLIVEIRA; PIMENTA; SANTOS, 2012, p. 153).

O conceito de mão invisível do mercado introduzido por Smith (1985) determina que os agentes econômicos devam atuar livremente para alcançar a eficiência máxima, sem a intervenção de um órgão regulador. A teoria de Smith (1985) defende que o interesse da coletividade seria alcançado a partir de ações individuais. Como cada indivíduo tende a atuar de maneira a satisfazer suas próprias necessidades, indiretamente, essas ações isoladas convergiriam para atender o interesse comum. Como se houvesse uma mão invisível que regula automaticamente o mercado.

O inglês David Ricardo é considerado um dos fundadores da escola clássica de economia. Sua principal obra “Princípios de Economia Política e Tributação” foi publicada no início do século XIX, mais precisamente, no ano de 1817. Nesse livro, Ricardo aborda questões relacionadas ao modo de distribuição do produto gerado pelo trabalho da sociedade. Vieira (2009, p. 28) explica que Ricardo “defende a concentração de renda em favor dos

capitalistas urbanos industriais, por serem responsáveis pela acumulação que determina o crescimento econômico, gerando mais emprego e desenvolvimento”.

Para Ricardo qualquer restrição ao comércio seria prejudicial ao crescimento da economia. “De modo geral, defende a idéia de que existe uma harmonia social engendrada pela ‘mão invisível’ do mercado livre” (HUNT, 1981, p. 139). Essa defesa foi feita por meio da teoria das vantagens comparativas. Esse princípio defende a tese de que um país não precisa ter uma vantagem absoluta na produção de qualquer mercadoria para que o comércio entre países ou regiões seja mutuamente benéfico. Portanto, os ideais de Ricardo estão centrados no crescimento da economia, que conseqüentemente levariam ao bem estar da sociedade. A teoria ricardiana propunha que o sistema econômico mundial deveria ser pautado pela divisão internacional do trabalho.

A construção da teoria marxista ocorreu durante a primeira Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra entre 1760 e 1840. A Revolução Industrial foi um marco na história da humanidade, sendo responsável pela mudança no cotidiano da população. Hunt (1981) explica que, durante a primeira metade do século XVIII, a Inglaterra conseguiu introduzir seu produto rapidamente no mercado externo, enquanto seu mercado interno crescia lentamente. “Entre 1700 e 1750, a produção das indústrias internas aumentou 7%, ao passo que a das indústrias de exportação aumentou 76%. Para o período de 1750 a 1770, os respectivos aumentos foram de 7% e 80%” (HUNT, p. 60). Acarretando na Revolução Industrial.

A transição no processo de produção artesanal para o modelo industrial fez com que a Inglaterra produzisse cada vez mais, enquanto sua população ficava cada vez mais pobre. Entretanto, há historiadores e economistas que relativizam essa constatação (BERTUCCI, 2010). A partir das primeiras décadas do século XIX houve um crescimento relativo da renda dos trabalhadores, o que não eliminou a pobreza e a exploração dos trabalhadores. É importante destacar essa nuance, especialmente pelo fato de que o crescimento da renda não acompanhou a riqueza.

No sistema capitalista, o proletariado tem como única opção de sobrevivência vender sua mão de obra, pois não mais é detentor dos meios de produção. Este, agora se concentra nas mãos de uma minoria. Essa relação de exploração do trabalho Marx denominou como mais valia, a diferença entre aquilo que o proletário produz e o que ele recebe.

De acordo com a teoria marxista, no sistema capitalista, o proletariado é visto apenas como um meio para que o burguês alcance a maximização do lucro. Dessa forma, o trabalhador é tratado como um número que pode ser substituído ou descartado a qualquer momento como uma ferramenta ultrapassada.

A exploração da mão de obra não foi uma novidade. Porém, o sistema capitalista foi responsável pelo o que Marx denominou como mais valia relativa. Galvão (2004, p. 49), explica que a mais valia relativa “pressupõe a apropriação de inovações incorporadas em máquinas e equipamentos mais eficientes e modernos, em insumos mais adequados e na melhoria da organização social do trabalho, que elevam a produtividade”. Dessa forma, a acumulação da riqueza é constantemente apropriada pelo capitalista, que vai determinar a concentração da renda.

Marx (1998) critica o sistema econômico capitalista, pois:

cada empresa ou sociedade pensa em monopolizar todas as vendas para si, e para este efeito produz tanto quanto pode, vendo-se obrigada a produzir sem cessar pelo interesse que tem em não deixar descansar um momento os custosos instrumentos de produção. Deste modo o mercado enche-se; as mercadorias amontoam-se, abundantes e invendáveis; estalam crises, que renovam periodicamente, e então os operários deixam de trabalhar e morrem de fome porque foram obrigados a produzir demasiados artigos de consumo (MARX, 1998, p. 25)

Segundo Harvey (2005, p. 44), “no capitalismo, o crescimento econômico é, como Marx o nomeia usualmente, um processo de contradições internas, que, frequentemente, irrompe sob a forma de crises.” Essas contradições negativas do capitalismo são apresentadas na forma de desemprego e subemprego. O sistema capitalista é movido pela acumulação de capital e para que isso ocorra há necessidade de um excedente de mão de obra, esse excedente Marx denominou ‘exército de reserva’.

“Para os capitalistas, os salários pagos aos trabalhadores nada mais eram do que outras despesas no processo de produção que, contabilizados determinavam o lucro do capitalista. O trabalhador vendia a sua mercadoria conforme o interesse do comprador” (VIEIRA; SANTOS, 2012, p. 352). Marx acreditava que as contradições produzidas pelo capitalismo levariam a destruição. Então, o socialismo seria implantado e a sociedade seria governada pelos trabalhadores. A revolução socioeconômica resultaria no comunismo, uma sociedade sem divisão de classes.

## **2.1 Economia solidária: um debate teórico**

Atualmente, discute-se no meio acadêmico qual o modelo ideal de desenvolvimento para superar as imensas desigualdades econômicas do país. Está claro que apenas a questão

econômica não é capaz de superar tais barreiras, ao contrário daquilo que é definido pelos economistas clássicos.

O conceito de economia solidária, segundo Gaiger (2009, p. 570) compreende-se pelas “práticas econômicas de iniciativa de pessoas livremente associadas, com algumas características básicas: algum grau de socialização dos meios de produção; dispositivos de cooperação no trabalho; elementos de gestão democrática”. Verifica-se que a economia solidária está estruturada na união e solidariedade, uma organização coletiva de trabalho.

O economista Paul Singer é considerado um dos principais teóricos sobre economia solidária no Brasil. Seu pensamento está pautado pelos preceitos marxistas, como pode ser verificado na obra ‘Manifesto do Partido Comunista’, publicada no final do século XIX. “No princípio, lutam operários isolados, depois os operários de uma mesma fábrica, a seguir os operários de um mesmo ramo da indústria, numa dada localidade, contra o burguês singular que os explora diretamente” (ENGELS; MARX, 1993, p. 73-74). A base da economia solidária está na cooperação dos trabalhadores, no interesse coletivo.

Segundo Leite (2009), a economia solidária:

tem como especificidade combinar dinâmicas de iniciativas privadas com propósitos centrados não no lucro, mas no interesse coletivo. A razão econômica é acompanhada por uma finalidade social que consiste em produzir vínculos sociais e solidários, baseados numa solidariedade de proximidade; o auxílio mútuo e a reciprocidade estariam, assim, no âmago da ação econômica [...] A segunda característica da economia solidária reside na elaboração de formas de coordenação e de alocação de recursos alternativas à concorrência ou à regulamentação administrativa representada pela coordenação estatal (LEITE, 2009, p. 34)

A economia solidária surgiu a partir da crise de produção do capitalismo e devido à ascensão do neoliberalismo, que acarretou em prejuízos às camadas menos favorecidas da sociedade. Como consequência desses fatores, a população pobre necessita de mecanismos para desenvolver atividades “econômicas para geração alternativa de trabalho e renda, tais como: cooperativas, empresas autogestionárias, sistemas de trocas não-monetárias, bancos populares, entre outras” (AZAMBUJA, 2009, p. 286).

Ao contrário do sistema econômico clássico em que o capitalista detém o meio de produção, a economia solidária tem como princípio a solidariedade, não a exploração da mão de obra. Por isso, está estruturada no modelo de empreendimentos cooperativos a partir da união dos trabalhadores.

Segundo Engels e Marx (1993), com o crescimento da indústria burguesa, foi necessário o surgimento do proletariado e, logo em seguida, a ampliação dessa classe. No

entanto, na medida em que as máquinas eram aperfeiçoadas, os salários dos trabalhadores eram cada vez mais comprimidos. Dessa maneira:

a concorrência crescente dos burgueses entre si e as crises comerciais que daqui decorrem tornam o salário dos operários cada vez mais oscilante; o melhoramento incessante da maquinaria, que cada vez se desenvolve mais depressa, torna toda a sua posição na vida cada vez mais insegura; as colisões entre o operário singular e o burguês singular tomam cada vez mais o carácter de colisões de duas classes. Os operários começam a formar coalisões contra os burgueses; juntam-se para a manutenção do seu salário. Fundam eles mesmos associações duradouras para se unirem para as insurreições ocasionais (ENGELS; MARX, 1993, p. 74)

Contudo, mesmo dentro da classe trabalhadora coexiste certo ceticismo ao modelo econômico solidário com a crença de que a economia solidária pode ser um meio à geração de emprego e renda vinculados à autonomia dos trabalhadores. Principalmente, a partir do momento em que se organiza de forma solidária na produção, compra, venda ou consumo. Uma hipótese para esta tendência é justificada pela possibilidade do proletariado de “ascender à classe dominante são mínimas ou se o anticapitalismo da maioria dos trabalhadores decorre da sua consciência adquirida de classe, adquirida com a prática da luta de classe ao longo da vida” (SINGER, 2003, p. 15). O argumento de defesa do capitalismo está justamente na possibilidade de ascensão social do proletariado, mesmo que esta chance seja mínima. Possibilidade que inexistia nos sistemas anteriores.

Segundo Antonello e Luizão (2012), a economia solidária:

é apresentada como uma forma de criar novos postos de trabalho, como forma de valorização e de viabilização da autonomia do trabalhador. Portanto, a Economia Solidária como política pública apresenta o desafio de possibilitar a inclusão social e observar o trabalho por uma nova ótica. Todavia, torna-se necessário que o Estado visualize a Economia Solidária tanto como uma estratégia de enfrentamento à pobreza e ao desemprego, assim como uma garantia de acessibilidade às necessidades básicas (ANTONELLO; LUIZÃO, 2012, p. 79)

Em diversas nações, a economia solidária em parceria com sindicatos e partidos políticos têm se estruturado como uma forma alternativa de geração de emprego e renda. Assim, é possível suscitar a hipótese de que projetos com base na economia solidária são capazes de gerar resultados positivos quando elaborados em conjunto com poder público, associações e cooperativas, principalmente quando focado no âmbito local.



Alcântara (2014, p. 135) entende economia solidária como “o conjunto de práticas cooperativas, com solidarização do capital e com organização autogestionária, de caráter produtivo, prestação de serviço, consumo, habitação ou ramo agropecuário, com ou sem registro formal, podendo adotar formas como mutirão, associação, cooperativa”. Para ele, a economia solidária conquistou maior visibilidade nas últimas décadas, no entanto, ainda é necessária maior participação do poder público para incentivar a implantação de novos empreendimentos solidários.

No modelo de autogestão as decisões são tomadas de forma coletiva. Valoriza-se a experiência de seus associados, tende a contribuir com o crescimento da empresa e dos cooperados. Bickel (2013, p. 29) entende que a autogestão “está especialmente relacionada à autonomia socioprodutiva, convergindo-se em formas de participação democrática direta e de poder decisório coletivo compartilhado entre os próprios trabalhadores associados no contexto organizacional e operacional”. Assim, todos os associados podem participar das definições das diretrizes e posteriormente atuarão na execução laboral. Resultando na socialização dos meios de produção e nos resultados obtidos, impactando diretamente na redução da desigualdade social.

Garcia e Lanza (2012, p. 214) afirmam que “a proposta de trabalho autogerida visa resgatar o trabalho que constrói o homem, tornando-o protagonista de suas ações em uma perspectiva voltada ao coletivismo”. Do ponto de vista dos fatores humanos, pode-se considerar esse caminho como um meio viável e sustentável que tende a proporcionar desenvolvimento econômico e social. Uma possibilidade para o incremento na renda do trabalhador que vive em municípios marcados pela estagnação econômica.

Apesar de não fazer distinção entre os gêneros masculino e feminino, as mulheres desempenham importante papel na economia solidária. Principalmente, nas classes com menor poder aquisitivo:

a economia solidária tem uma afinidade imensa tanto com a questão ecológica quanto com a de gênero. A mulher tem uma presença mais forte do que a do homem na economia solidária, sobretudo em áreas mais pobres. Nas culturas das classes baixas brasileiras, homem é para ter emprego. Senão, é desempregado. A mulher pode fazer serviços domésticos, trabalhar para alguém etc. essa maior disponibilidade da mulher a transforma na principal protagonista da economia solidária, exatamente porque é uma economia democrática, não distingue gênero, o que contribui para reduzir as desigualdades e permite a emancipação feminina (SINGER, 2006, p. 25)

Lanza e Stábile (2012, p. 146) explicam que com relação à mulher, a economia solidária “significou a possibilidade de alargar seus horizontes em relação à participação social e política, como o fato de poderem ir a uma reunião de bairro, ou em uma reunião do próprio empreendimento, participar de cursos e visitas técnicas”. A economia solidária reconhece a capacidade que a pessoa tem para desempenhar determinada função, independentemente do gênero. Seu desenvolvimento está pautado na valorização do ser humano.

De acordo com Singer (2003, p. 27), “para pessoas humildes, que sempre foram estigmatizadas por serem pobres – sobretudo mulheres e negros, vítimas da discriminação por gênero e raça – a experiência cooperativa enseja verdadeiro resgate da cidadania”. Singer (2003) avalia que somente no cooperativismo, essas pessoas têm a oportunidade de serem escutadas e a possibilidade de colocar em prática a teoria de direitos iguais. Isto é, um cooperado, um voto.

Apesar do aumento no número de mulheres no mercado de trabalho, ainda verifica-se que o gênero feminino recebe o equivalente a 85,97% para desempenhar a mesma função que o homem. “Num recorte por gênero, os dados evidenciam que em 2013 o nível e emprego da mão-de-obra feminina cresceu 3,91%, ante um aumento de 2,57% para os homens, uma diferença de 1,34 pontos percentuais” (MTE, 2015). O órgão também informa que a participação da mulher no mercado formal de trabalho em 2012 foi de 42,47% e em 2013 passou para 42,79%.

O fluxo de entrada e participação das mulheres no mercado de trabalho foi intensificado nas economias a partir da década de 50 do século passado. [...] Para o Brasil, na década de 70, a participação ainda era bastante baixa, em torno de 18%. Em 2002, a participação das mulheres no mercado de trabalho já atingia os 50%, segundo dados do IBGE. Ao mesmo tempo, a diferença de salários entre homens e mulheres, conforme esperado, diminuiu drasticamente. No Brasil, ela passou de 50% no início da década de 90 para menos de 30% no início dos anos 2000 (MADALOZZO; MARTINS; SHIRATORI, 2010, p. 548)

Neste caso, a economia solidária se apresenta com o objetivo de inserir e reduzir as desigualdades enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho.

Segundo Ferraz e Cavedon (2008, p. 15), a economia solidária significa às “mulheres mais do que a geração de renda, em virtude da forma que elas descobriram para encontrar um local para a socialização e uma referência social, sendo esta ligada à profissionalização da atividade”. O modelo econômico solidário representa a inclusão do gênero feminino ao

competitivo mercado de trabalho formal. Apesar de sua inserção no sistema capitalista e maior participação na renda familiar, as obrigações domésticas continuam sendo majoritariamente de responsabilidade feminina. O que impacta no número maior de horas trabalhadas e em menor qualidade de vida.

Barretos e Paula (2009) compreendem economia solidária como:

uma alternativa a essa sociedade dominada pelos princípios do mercado. A consciência por parte dos indivíduos das armadilhas criadas pela economia capitalista poderia culminar no surgimento de empreendimentos solidários originais, ou seja, aqueles que funcionam de acordo com a proposta da Economia Solidária. Tal proposta passa certamente pela idéia de que a existência humana não se resume à atuação enquanto agente organizacional, mas compreende aspectos muito mais profundos e substantivos dos indivíduos (BARRETOS; PAULA, 2009, p. 203)

Assim, um dos preceitos para o sucesso da economia solidária depende da modificação do modelo de consumo desordenado da sociedade para outro baseado na sustentabilidade. É necessária a percepção de que as raízes deste processo estão situadas em movimentos sociais, com o objetivo de inclusão social.

De acordo com Gaiger (2011, p. 80), a “economia solidária, pode-se sustentar que os membros de tais iniciativas estabelecem entre si vínculos de reciprocidade como um dos fundamentos de suas relações de cooperações”. Desse modo, verifica-se que a cooperação tende a fortalecer os elos sociais por meio de objetivos comuns, responsabilidade social, união e direito a voto. Barretos e Paula (2009) e Gaiger (2011) explicitam que a economia solidária vai além dos preceitos puramente econômicos, engloba elementos que estimulam a consciência política e fatores ideológicos. A crítica dos autores está relacionada ao fato de que no atual modelo de consumo imposto à sociedade não existem espaço para a reflexão sobre esse consumismo.

## **2.2 Fundamentos da teoria keynesiana**

A teoria Keynesiana foi desenvolvida pelo economista britânico John Maynard Keynes no início do século XX. Sua principal obra ‘Teoria geral do emprego, do juro e da moeda’ foi publicada em fevereiro de 1936. O keynesianismo entende que o Estado deve intervir na economia do país, conceito que vai de encontro às premissas liberal e neoliberal.

“Os dois principais defeitos da sociedade econômica em que vivemos são a sua incapacidade para proporcionar o pleno emprego e a sua arbitrária e desigual distribuição da riqueza e das rendas” (KEYNES, 1982, p. 284). A partir deste argumento é possível verificar que Keynes defende a presença do Estado na economia para alcançar o pleno emprego. Pois, o sistema capitalista é incapaz de empregar todas as pessoas que se encontram dispostas a trabalhar. A obtenção de uma situação de pleno emprego extingiria sua ferramenta essencial, o exército de reserva.

Fonseca (2010, p. 427) afirma que “uma das características marcantes da crítica de Keynes ao liberalismo é seu apelo à razão prática”. Para ele, o modelo liberal pode até ter sido útil entre os séculos XVII e XIX, mas não atende as necessidades do século XXI. Retamiro (2013, p. 29) explica que “na visão da economia clássica, o gasto público deve ser limitado a uma situação pela qual, logre êxito em seu equilíbrio, sendo, para tanto, aplicado o mínimo possível”. Assim, o sistema econômico clássico seria questionado devido a sua falta de pragmatismo, como pode ser observado na afirmação de Keynes (1982);

Nossa crítica à teoria econômica clássica geralmente aceita consistiu menos em revelar os efeitos lógicos de sua análise do que em assinalar o fato de que as suas hipóteses tácitas nunca ou quase nunca são satisfeitas, com a consequência de que ela se mostra incapaz de resolver os problemas econômicos do mundo real (KEYNES, 1982, p. 288)

A teoria keynesiana foi implantada nos Estados Unidos pelo presidente Franklin Roosevelt, em 1933, com o propósito de combater os efeitos devastadores da quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, e conseqüentemente da Grande Depressão na década de 1930. O TVA (*Tennessee Vale Authority*) foi um de seus expoentes e, para isso, contava com novo método de planejamento, cujo foco era a promoção e o desenvolvimento regional. Segundo Diniz (2009, p. 229), “os objetivos eram amplos e generalizados: obras para controle de cheias; construção de usinas hidroelétricas; [...] transporte rodoviário; [...] crescimento e modernização da indústria; desenvolvimento urbano e dos serviços”. No período pós-guerra, os Estados Unidos deram seqüência às políticas com base no investimento estatal, destinando recursos para a criação de novas bacias hidrográficas.

A política macroeconômica de Keynes consolidou-se no período posterior a Segunda Guerra Mundial. A partir de meados do século XX, diversos países da Europa ocidental utilizaram esse modelo econômico para superar os danos causados pelas duas grandes guerras. Em 1940, a Inglaterra implantou a Comissão de *Barlow*, com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais e recuperar o crescimento econômico. Modelo semelhante foi

adotado pela Itália, em 1950, a *Cassa del Mezzogiorno*. Diniz (2009, p. 229) relata que “essa política introduziu a sistemática de uso de incentivos fiscais para o barateamento da formação de capital e da produção”. De acordo com Diniz (2009), a partir do final da década de 1940, a França optou pela instalação de empresas estatais em determinadas regiões, ligada em um diversificado projeto de infraestrutura. Em 1963, esse programa foi batizado como *Délegation d’Aménagement du Territoire*.

O crescimento e o desenvolvimento das nações ocidentais, no período posterior a Segunda Guerra, decorreu diretamente da aplicação de práticas econômicas e políticas ligadas à teoria keynesiana. Baseadas na intervenção do Estado na economia, com distribuição da renda. Desse modo, o argumento utilizado pelos economistas neoliberais de que o modelo de Keynes estaria associado somente a momentos de crise torna-se inválido, pois “o Estado deverá exercer uma influência orientadora sobre a propensão a consumir, em parte através de seu sistema de tributação, em parte por meio da fixação da taxa de juros e, em parte, talvez, recorrendo a outras medidas” (KEYNES, 1982, p. 288).

Na atualidade, verifica-se que a maioria das nações adota o sistema de economia mista. É raro um exemplo de economia totalmente fechada e possivelmente não exista nenhum país com economia absolutamente liberal. “Será apenas com um certo exagero que se pode afirmar ter o mundo, alguma vez, vivido uma era liberal. Nunca se permitiu que o liberalismo fluísse totalmente” (MISES, 2010, p. 33).

Os problemas relacionados à crise econômica corrente justificam os mecanismos sugeridos por Keynes na primeira metade do século XX:

Keynes não escreveu a Teoria Geral para explicar como as economias de mercado podem passar por problemas quando preços e salários são rígidos, mas, sim, para sugerir que a visão de economia que alimentava o que ele chamava de ‘economia clássica’ era uma abstração inadequada das características definidoras de uma economia moderna. Em outras palavras, Keynes não se dedicou a um ‘caso’ teórico. Seu objetivo era, ao contrário, sugerir que os fundamentos, para usar uma palavra tão ao gosto de economistas mais convencionais, de uma economia empresarial não são adequadamente retratados pela economia clássica (CARVALHO, 2009, p. 94)

Para Keynes, a mão invisível do mercado não foi capaz de solucionar a depressão da década de 1930. Considerando que é em momento de crise que a sociedade se reinventa e verifica aquilo que realmente é essencial, naquela situação a teoria econômica clássica demonstrou sua incapacidade operacional.

Segundo Carvalho (2009), a atual crise econômica teria começado em 2007, como uma crise financeira. De modo simplificado, a crise poderia ser comparada com um resfriado mal tratado que evoluiu para uma doença mais grave e, ainda, estaria sem o diagnóstico adequado. Por isso, a situação seria favorável ao reaparecimento das proposições formuladas por Keynes. Mais uma vez, o modelo norte-americano é colocado em xeque, pois o estilo de vida baseado no consumismo desenfreado é incapaz de encontrar soluções para as mazelas decorrentes do seu próprio sistema.

Carvalho (2008), baseado no clássico ‘Teoria geral do emprego, juro e moeda’, de Keynes, explica que a economia contemporânea enfrenta dois grandes gargalhos:

O primeiro é a concentração excessiva de renda e riqueza, que não se justifica nem mesmo pelas regras éticas do capitalismo, segundo as quais diferenças de renda atribuíveis a disposição a risco, [...] são justificáveis e mesmo socialmente úteis. Para este mal, os remédios de Keynes são relativamente simples: taxar progressivamente as rendas mais elevadas e gastar na provisão de bens públicos. O outro problema central é a incapacidade dessas economias de manter o pleno emprego, mesmo quando alcançado eventualmente. No caso, o diagnóstico central é o da insuficiência de demanda privada agregada (CARVALHO, 2008, p. 573)

De acordo com Retamiro (2009, p. 29), “para a teoria keynesiana, diante a uma recessão provocada por uma demanda agregada insuficiente, há a necessidade da adoção de uma política de gastos públicos”. Assim, verifica-se a necessidade não apenas da intervenção estatal em momentos de crise, mas sim de sua atuação permanente para direcionar os rumos da economia e do desenvolvimento da nação.

Filho Ferrari e Terra (2011, p. 291) argumentam que:

Evidencia-se, enfim, que a política econômica keynesiana, tanto em sua concepção quanto em sua operacionalização, pretende a manutenção dos níveis de demanda efetiva, tendo como fim abrandar o desemprego involuntário, por meio da estabilização do estado de confiança dos homens de negócio. O resultado que se anseia chegar via políticas econômicas keynesianas é a construção de uma sociedade com uma trajetória que conte perenemente com eficiência econômica, justiça social e liberdade individual (FILHO FERRARI; TERRA, 2011, p. 291-292)

As ideias propostas por Keynes estão sendo colocadas em pauta novamente por diversas nações para conter os prejuízos causados pelas sucessivas crises econômicas enfrentadas nos últimos anos. Carvalho (2009) comenta sobre o ressurgimento das políticas keynesianas:

a riqueza de suas ideias parece estar sendo redescoberta em quase todo o mundo, como resultado da crise econômica em curso. Um debate macroeconômico que havia sido dado como morto quando conceitos como expectativas racionais, hipóteses dos mercados eficientes, etc. foram usados para demonstrar a irrelevância das políticas monetárias e fiscais nos delirantes anos de 1980, ressurgiu das cinzas das estratégias liberalizantes adotadas nos últimos trinta anos em quase todo o mundo (CARVALHO, 2009, p. 92)

Desta vez, o debate keynesiano, de acordo com Carvalho (2009, p. 93), nasce a partir da “percepção de que a natureza da crise atual difere dramaticamente do padrão e flutuação cíclica exibido nas últimas décadas. Na maior parte do pós-Segunda Guerra, o paradigma de paradas cíclicas [...], até pelo menos os anos de 1990, era desacelerações do crescimento induzidas por política econômica”. A teoria keynesiana propõe amenizar os efeitos negativos da concentração excessiva de renda por meio de ações efetivas do Estado. Os argumentos citados acima por Carvalho (2008) suscitam a hipótese de defesa do pleno emprego pelo keynesianismo. Para que essa ação obtenha resultados positivos, é necessário que a política macroeconômica seja estruturada de maneira conjunta entre políticas de renda, monetária e fiscal.

### **2.2.1 O pensamento keynesiano no Brasil**

A enorme desigualdade na distribuição de renda no Brasil é considerada um dos principais fatores de exclusão de parcela significativa da sociedade, conseqüentemente, um entrave ao desenvolvimento socioeconômico do país. Para combater esse problema é necessária a implantação de políticas públicas realizadas pelos governos em parceria com instituições privadas.

Esse modelo foi adotado pelas nações ricas pós Segunda Guerra e a América Latina seguiu a mesma linha. A onda de políticas regionais passou a fazer parte da agenda dos países periféricos como México, Venezuela e Argentina (DINIZ, 2009). No Brasil, o destaque ficou para o conjunto de políticas para o desenvolvimento das regiões norte e nordeste, estruturado no pensamento de Celso Furtado. De modo geral, esses países adotaram políticas para a superação do subdesenvolvimento com base nas teorias desenvolvidas pela Comissão Econômica de Estudos para a América Latina e o Caribe (Cepal).

De acordo com Ivo (2012, p. 191), a teoria política econômica da Cepal defendia “um projeto de modernização nacional pela via da industrialização e da urbanização capitalista, a noção é paradigmática de um projeto nacional de ‘substituição de importações’ com base no progresso técnico, e da revolução nacionalista brasileira”. Ivo (2012) explica que o modelo de substituição de importações faz referência à política econômica com base no “processo de industrialização capitalista, voltado para o mercado interno e dependente de políticas protecionistas do Estado à indústria nacional”. Com esse modelo de política protecionista seria possível a acumulação de capital interno, gerando um desenvolvimento sustentável.

O pensamento cepalino fazia oposição direta ao pensamento liberal de David Ricardo, este defendia à teoria das vantagens comparativas. Para Ricardo, o comércio entre duas nações ou regiões deveria ser pautado pelo menor custo relativo de produção, que seria alcançado por meio da especialização.

Carvalho (2008) confirma que a teoria keynesiana foi trazida à América Latina na década de 1950 por meio da Cepal, representada pelo seu então presidente, o economista argentino Raul Prebisch. “O estruturalismo cepalino foi uma adaptação do keynesianismo, não apenas para as condições regionais da América Latina mas, principalmente, para a problemática do subdesenvolvimento, como [...] se fazia em outros importantes centros difusores do pensamento keynesiano em países em desenvolvimento” (CARVALHO, 2008, p. 571).

Segundo Tavares (2011), Prebisch tinha como foco de estudo:

comprovar empiricamente sua hipótese por meio das estatísticas de exportação e importação da Inglaterra com os países exportadores de bens primários, que mostravam que os termos de intercâmbio evoluíam desfavoravelmente aos países periféricos. Segundo essa óptica, os preços dos produtos industrializados não decresciam relativamente devido a uma maior organização dos trabalhadores e aos controles de preços pelas formas de produção em monopólios nos países do centro. A estrutura centro-periferia não podia se alterar se os países da periferia não pudessem se industrializar (TAVARES, 2011, p. 12)

Dessa maneira, os estudos desenvolvidos pela Cepal no pós-guerra estiveram focados na industrialização por meio da intervenção estatal. Contrariando a ideia de que o desenvolvimento econômico é resultado da acumulação de capital por meio do crescimento da produtividade do trabalho.

De acordo com Vieira e Santos (2012, p. 355), “no Brasil, o pensamento cepalino esteve presente na discussão da industrialização via substituição de importações,



principalmente após a Segunda Guerra Mundial”. Esse período é de extrema importância para a sociedade brasileira, que passa rapidamente de uma sociedade agrária e rural para uma nação urbana e industrializada. O primeiro governo de Getúlio Vargas, na década de 1930, já demonstrava a intervenção governamental em prol da construção de infraestrutura para que o Brasil pudesse dar início ao seu processo de industrialização.

Retamiro (2013) explica que o Plano de Metas implantado por Juscelino Kubitschek, em 1956, possuía aspectos da teoria keynesiana:

A mudança estrutural ocorrida no Brasil com a execução do Plano de Metas, com foco no desenvolvimento industrial, foi calcada pela ação intervencionista do governo, o que remete ao modelo keynesiano, por meio das empresas estatais; pelo capital privado nacional e pelo capital estrangeiro; sendo este último, caracterizado pela transnacionalização das empresas, as quais viam no mercado brasileiro, um potencial econômico desejável, vindo a se instalarem e se expandirem no mercado nacional (RETAMIRO, 2013, p. 36)

O objetivo do Plano de Metas era modificar a estrutura econômica do Brasil, de um modelo agroexportador para um país industrializado. Esse programa foi uma sequência do Processo de Substituição de Importações (PSI), mas, desta vez, com abertura ao capital externo. A maior parte do investimento foi destinada aos setores de energia, transporte, siderurgia e refino de petróleo. Naquela época, os governantes acreditavam que a instalação de empresas multinacionais seria o caminho mais curto para a superação do subdesenvolvimento e alcançar o pleno crescimento econômico.

Carvalho (2008) comenta que nas últimas duas décadas, dois centros de estudos de Economia têm analisado, de maneira mais profunda, a obra de Keynes:

uma escola centrada principalmente no Instituto de Economia da UNICAMP, desenvolve uma linha de reflexão em que o estudo de Keynes de certa forma culmina na trajetória iniciada com a crítica marxista às ideias cepalinas nos anos 1970. A outra escola, chamada aqui, por falta de vertente marshalliana, tem como centro o Instituto de Economia da UFRJ. Esta corrente de pensamento, que se apoia amplamente no pós keynesianismo norte-americano (CARVALHO, 2008, p. 572)

Carvalho (2008, p. 571) aponta Celso Furtado como referência no debate keynesiano, no Brasil. “Nessa direção, talvez sua obra mais influente tenha sido a *Formação Econômica do Brasil*”. Este livro foi escrito em 1958 e publicado no ano seguinte. Carvalho (2008, p. 572) relata que, atualmente, o Brasil conta com diversos centros de estudo sobre a teoria keynesiana. “Encontramos pesquisadores ou grupos de pesquisas influentes nessa corrente na

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na Universidade Federal de Minas Gerais e na Universidade de Brasília”. Dentre outros núcleos de pesquisas que estão espalhados pelo país. Baseado nos argumentos dos autores citados neste subitem é possível compreender como as propostas abordadas por Keynes há mais de 80 anos ainda fazem parte do cotidiano da sociedade.

Camara, Pitaguarí e Santos (2012, p. 57) explicam que “em alguns casos, ter um mercado protegido contra a competição externa, por algum tempo, até que os empreendimentos ganhem eficiência e aprendizado, pode ser uma medida relevante de política pública”. A lógica da teoria keynesiana aplicada no mercado é uma ferramenta no auxílio do desenvolvimento de empreendimentos que ainda não alcançaram o processo de maturação e necessitam de apoio para competir com empresas multinacionais.

Rego (2008) entende como positiva a intervenção do Estado no planejamento econômico do país. Para ele, a atuação do governo federal nos últimos anos demonstra o processo de desenvolvimento tardio vivido pelos brasileiros.

A retórica distributivista existiu sempre como retórica eleitoral, mas nunca conseguiu efetivar-se politicamente em um conjunto articulado de políticas públicas com vistas a promover a cidadania democrática. Políticas públicas voltadas para a feitura de consistentes investimentos estatais direcionados a encaminhar algumas soluções destinadas a reduzir o impacto das desigualdades sociais adiadas em nome de impossibilidades técnicas. A “era dos direitos” no Brasil, como cultura e como moralidade pública tardou e tarda ainda. Com veemência está a solicitar ordenamentos políticos e institucionais mais adequados à consecução de políticas de cidadania entre nós (REGO, 2008, p. 173)

O cidadão brasileiro, de acordo com Rego (2008, p. 173), é um personagem tardio, que encontra diversas dificuldades para alcançar seu desenvolvimento devido à presença hostil do capitalismo monopolista, no qual o Brasil foi inserido. Rego (2008) explica que a cidadania social é considerada como um instrumento ultrapassado, pois é vista como uma instituição inviável economicamente. Destarte, a cidadania vai de encontro com os modernos interesses econômicos. “O mundo privado e seus imperativos sistêmicos impelem a pensar e agir no sentido da mercantilização completa da grande conquista da civilização ocidental, os direitos sociais” (REGO, 2008, p. 173). O desenvolvimento tardio do Brasil reflete historicamente nas questões estruturais do país.

Furtado (1965) explica que o desenvolvimento social brasileiro deve ser trilhado a partir do uso racional dos fatores e por meio de uma melhor distribuição da renda social. Para

Furtado, o desenvolvimento de uma nação está atrelado à análise de seus problemas sociais e naquilo que será destinado para resolvê-lo.

A falta de uma percepção objetiva da realidade deveu-se, no passado, à persistência de ideologias voltadas para a restauração de uma estrutura econômica superada. No futuro imediato, ela poderá resultar no temor à perda de privilégios que são a contrapartida do elevado custo social do desenvolvimento recente. Como no passado, a falta de objetividade muito provavelmente se traduzira em políticas falhas e incoerentes. Mas, desde já, podemos estar seguros de que o desenvolvimento somente se realizará se se criarem condições para uma participação mais ampla em seus frutos das massas urbanas e rurais (FURTADO, 1965, p. 256)

As políticas de promoção da cidadania, segundo Rego (2008, p. 162) são constituídas como “fatores de progressiva desmercantilização do bem-estar dos participantes de uma comunidade política”. A pesquisadora afirma que o objetivo universal das políticas sociais “se consubstancia na redução progressiva de sua dependência do particularismo dos interesses privados, ideologicamente chamados ‘leis de mercado’ e assim concebidos como leis da natureza”. Rego (2008) explica que os direitos sociais são fatores essenciais para capacitar o cidadão a desenvolver suas habilidades naturais e adquiridas para atender as necessidades básicas da vida.

Com relação a economia solidária no Brasil, a política keynesiana é introduzida no ano de 2003, com a implantação da Senaes. A partir desse momento, a economia solidária passou a fazer parte de um programa de políticas públicas na agenda do governo federal. No entanto Nagem e Silva (2013, p. 166) entendem que desde sua fundação até 2010, a Senaes foi marginalizada devido ao baixo repasse de recursos. “Somando os valores dos sete anos em análise, o orçamento da Senaes representou apenas 0,09% do total do MTE, o que evidencia o papel marginal, em termos de recursos” (NAGEM; SILVA, 2013, p. 166). No âmbito das políticas públicas desenvolvidas pelo MTE, a representatividade da economia solidária é muito inferior a 1% do orçamento de seu órgão responsável.

A proposta de discutir os elementos teóricos da economia solidária no Brasil passa necessariamente pelas políticas keynesianas, que chegaram ao país por meio da discussão da epistemologia política econômica cepalina. Por isso, a intervenção econômica proposta por Keynes é uma opção que deve ser considerada para a implantação de políticas públicas dos governos federal, estadual e, principalmente, municipal. Pois, o próprio ator econômico é a referência mais adequada para compreender sua realidade e suas necessidades mais urgentes.

### 2.3 A economia solidária no Brasil

No Brasil, a economia solidária surge no meio urbano a partir dos anos de 1980 devido ao crescimento do desemprego e como consequência das altas taxas de inflação. Por esses motivos, a década de 80 ficou conhecida com a ‘década perdida’. No Brasil há apenas relatos de cooperativismo no meio rural no momento histórico anterior a esse período. Somente a partir dos anos de 1990 que o modelo solidário se fortaleceu, segundo Singer (2003):

resulta de movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa, que tem seu início em 1981 e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990. Em 1991, tem início o apoio de assessores sindicais a operários que conseguem se apossar da massa falida da empresa que antes os empregava, formando uma cooperativa de produção, que retoma as operações e assim ‘salva’ os postos de trabalho até então ameaçados de fechamento. Três anos depois, diversas empresas autogestionárias com esta origem fundam a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária (Anteag) (SINGER, 2003, p. 25)

As centrais de cooperativas, na visão de Singer (2006, p. 24) “elevam o grau de ajuda mútua a outro patamar e fortalecem cada uma das cooperativas”. Ele explica que este “é um fenômeno clássico da experiência cooperativa histórica”.

O impacto das políticas econômica adotada no governo Fernando Collor de Mello acarretou em grande número de empresas que entraram em processo de falência. Por isso, os anos de 1990 ficaram conhecidos como a ‘década do desemprego’. Nesse período, surgiam e ressurgiram diversas tentativas para amenizar os impactos negativos do desemprego em massa, como as micros e pequenas empresas, o crescimento do trabalho informal e a formação de cooperativas (MAFRA; MOREIRA; ONUMA, 2012, p. 74). Dentro desse conjunto, ganha destaque a Anteag fundada em maio de 1994.

A Anteag entende que o trabalhador deve ser capacitado para gerir seu próprio negócio baseado nas relações solidárias e de cooperação. Desse modo, o fator educação tem como objetivo gerar capital humano para que o trabalhador tenha possibilidade de sair da condição de ator coadjuvante e passe a determinar sua trajetória profissional.

Pochmann (2004) concorda com os argumentos apresentados por Singer (2003) e explica que entre as décadas de 1930 e 1980, o Brasil consolidou sua estruturação no mercado de trabalho por meio da industrialização e urbanização do país. Contudo, a década de 1980, influenciada pelo agravamento da dívida externa, é marcada pela elevação de desemprego e

aumento do subemprego. “A promoção de diversas políticas de ajuste econômico, sobre tudo desde 1990 com a adoção do receituário neoliberal, aprofundou o quadro de estagnação da renda per capita” (POCHMANN, 2004, p. 25). A adoção de políticas econômicas neoliberais, baseada no discurso de austeridade fiscal, tende a defender o interesse do mercado e não o da coletividade.

Essa reestruturação do mercado foi responsável pela queda na geração de postos de trabalhos formais. Consequentemente, o setor informal apresentou crescimento na economia urbana. De acordo com pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), apud Pochmann (2004), entre 1980 e 2000, de cada 10 empregos gerados, 5 estavam associados ao segmento não-organizado. Nesse período, apesar do incentivo ao consumo, o sistema econômico capitalista não foi capaz de manter a geração no número de empregos. Assim, paralelamente a sociedade desenvolve novos mecanismos para garantir sua sobrevivência.

Singer (2003, p. 25) afirma que ao longo da década de 1990 foram criadas as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) em decorrência do forte apelo causado pelo movimento de Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, entre 1992 e 1994. As ITCPs são institutos vinculados às universidades de diversas partes do Brasil. Seu objetivo é oferecer apoio administrativo, jurídico e político às cooperativas populares de produção ou de trabalho. Singer (2003) também cita outras importantes entidades de apoio à economia solidária como a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), vinculada a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Departamento Intersindical de Estudos Estatístico, Sociais e Econômicos (Dieese). “A ADS mobiliza sindicatos em apoio à economia solidária e se empenha na construção de uma rede nacional de crédito solidário que criarão um banco cooperativo para lhes dar apoio” (SINGER, 2003. p. 26).

Ainda fazendo referência a crise do desemprego durante a década de 1990, Singer (2003, p. 26) explica que “a economia solidária está longe de ser uma reação espontânea de pessoas atingidas pela crise. Os trabalhadores que perdiam seus empregos em geral recolhiam o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) e iam à busca de novo emprego”.

No Brasil, os empreendimentos de economia solidária, de acordo com Morais, Lanza, Pelanda e Santos (2011, p. 78), “se estruturaram de forma a garantir a articulação entre três segmentos do movimento de economia solidária: empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento e gestores públicos”. Essas organizações estão vinculadas às universidades por meio das ITCPs; ao governo, pela Senaes e a sociedade organizada, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

O foco das incubadoras está na parcela excluída do mercado formal de trabalho, atuando com sindicatos e associação de moradores. A proposta das ITCPs vai além da inserção do cidadão no mercado de trabalho, seu objetivo visa o fortalecimento das cooperativas no âmbito nacional. Alcântara (2014, p. 142) ressalta que “a formação de uma ITCP [...] não determina o sucesso de um empreendimento cooperativo ou sua falência, mas contribui no sentido de demonstrar o empenho e interesse público”. Em tese, os municípios que possuem políticas específicas de apoio ao cooperativismo teriam maior capacidade para atender essa parcela da sociedade.

A partir desse prisma, verifica-se que o estreito relacionamento entre órgãos públicos, universidades e comunidade pode viabilizar o desenvolvimento de projetos de extensão cujo objetivo é geração de emprego e renda. A economia solidária tem como base a solidariedade e o foco nos setores marginalizados. Outro importante papel desempenhado pela economia solidária consistente em recuperar trabalhadores experientes, com mais de 40 anos de idade e oferecer oportunidade de inserção de jovens, com baixa escolaridade, no mercado de trabalho.

A Fundação Banco do Brasil em parceria com a Senaes realizou o mapeamento da economia solidária em todos os estados da Federação. Segundo Kleiman (2006), essa pesquisa teve início em 2003, com o intuito de “montar um Atlas da economia solidária no Brasil”. Kleiman (2006, p. 60) afirma que na primeira fase do projeto foram detectados “quase 20 mil empreendimentos que seguem critérios de autogestão, não pela formalidade jurídica do cooperativismo ou da associação, mas por sua fidelidade e prática dos princípios democráticos do trabalho”. Esse tipo de estudo é importante para que se possa conhecer de forma mais concreta a realidade da economia solidária. Atualmente, muitas empresas possuem apenas a denominação de cooperativa para obter vantagens fiscais. Deixam os preceitos democráticos à margem, atuando a partir de uma gestão puramente capitalista, principalmente as grandes cooperativas de crédito que atuam como banco privado. Além disso, esse mapeamento norteia os caminhos a serem traçados pela economia solidária no Brasil.

De acordo com Camara, Pitaguari e Santos (2012) cerca de 50% dos empreendimentos solidários estão ligados diretamente ao setor primário da economia:

aproximadamente 22% dos EES produzem mercadorias agrícolas, 9,4% criam animais, 13,3% prestam serviços a produtores rurais, e 4,1% beneficiam produtos agropecuários, 3,4% combinam agricultura e pecuária, e 1,7% realizam a pesca. Nas atividades industriais, a participação mais importante é do setor têxtil 10% e de vestuário representam 5%, o restante é

dividido em outros setores industriais, artesanato e serviços (CAMARA, PITAGUARI, SANTOS, 2012, p. 57)

A partir desta análise, verifica-se que a economia solidária brasileira predomina no meio rural e tem pequena participação na indústria, setor este responsável pela geração dos maiores rendimentos.

Gonçalves (2008) cita o exemplo da Cooperativa de Crédito Solidário (Coopsol) na periferia de Fortaleza, no Ceará, como meio de inclusão social e geração de renda. Para Gonçalves (2008, p. 134), a origem da Coopsol está intrínseca “nas relações sociais da comunidade, isto é, está mesclada às lutas sociais empreendidas pela população que veio residir nessas comunidades”.

A partir da análise de empresa autogestionária e do cooperativismo, Gonçalves (2008) avalia que nesse sentido a cooperativa está “tendo êxito, pois as questões são debatidas e as decisões são tomadas a partir de um consenso que se forma dentro dos grupos que atuam com autonomia”. A Coopsol está situada na Grande Jangurussu, área considerada de risco social, devido aos problemas relacionados à moradia, educação, saúde, criminalidade, invasão de terras, tráfico de drogas e transporte.

As reivindicações da cooperativa vão além da questão econômica, lutam pelo acesso aos direitos básicos garantidos pela Constituição Federal. Em suma, os objetivos da Coopsol vão ao encontro dos princípios que norteiam a economia solidária, pois incentivam a formação da consciência crítica por meio da educação e pelo exercício da cidadania, buscando a construção de uma sociedade sustentada na justiça social.

Pochmann (2004) ressalta cinco pontos que devem ser debatidos para a consolidação da economia solidária no Brasil. O primeiro, diz respeito à elaboração de uma constituição apropriada aos trabalhadores sob o regime da economia solidária. O segundo, aborda a necessidade de implantação de um modelo de financiamento próprio, “estruturada por agentes de créditos populares e cooperativas comunitárias adequadas ao modo de produção não-capitalista” (POCHMANN, 2004, p. 31). Em terceiro lugar, a ampliação do conhecimento técnico e a difusão da tecnologia. O quarto ponto está relacionado à implantação de políticas públicas com o intuito de promover a economia solidária no âmbito do comércio exterior. Por último:

surge o tema das compras do setor público e da promoção de redes direcionadas à comercialização e distribuição solidária. É necessária a revisão da atual legislação que disciplina as licitações públicas, como forma de permitir a inclusão dos empreendimentos solidários, praticamente à

margem das compras públicas. Considerando que as compras do setor público representam 30% da renda nacional, parece ser impensável que a oferta de bens e serviços pertencentes à economia solidária possa continuar marginalizada (POCHMANN, 2004, p. 31)

Por esses motivos, a economia solidária é considerada como ponto de partida para transformações das relações socioeconômicas locais, com a participação de cooperativas, representações públicas e religiosas. Além de apoio de Organizações Não Governamentais (ONGs), sindicatos e universidades. Criando a possibilidade de crescimento econômico e superando as condições de exclusão social.

Nagem e Silva (2013, p. 174) concordam com alguns pontos propostos por Pochmann (2004) para o fortalecimento da economia solidária como a constituição de “canais de financiamento adequados para sua realidade [...] a criação de programas de assistência técnica com capilaridade em todo o território nacional [...] maior possibilidade de acesso a mercados institucionais, por meio de compras públicas”. As propostas citadas tanto por Nagem e Silva (2013) quanto por Pochmann (2004) deveriam ser segmentadas como ações de curto, médio e longo prazo para que fossem efetivamente colocadas em práticas.

Segundo Bickel (2013), a autogestão:

requer espaços de avaliações críticas, discussões e questionamentos, preparando-se constantemente as pessoas para ser gestoras coletivas do próprio trabalho e da produção associada autogestionária, em conexão e convergência com os respectivos espaços sociais e territoriais implicados, bem como se relacionando solidariamente com o mercado autogestionário que permite convergir trabalho, produção e consumo não correntes e solidários, no cotidiano da produção social do espaço (BICKEL, 2013, p. 39)

A vantagem do modelo econômico social está no fundamento democrático. Pois, todos os trabalhadores são incentivados a participarem do processo de decisão, acompanhados do debate político.

Coelho e Godoy (2011) citam as experiências de autogestão vivenciadas pelos cooperados da Cooperlírrios, uma cooperativa de seleção e processamento de materiais recicláveis formada por antigos catadores na cidade de Americana, interior de São Paulo. “Essa dinâmica pôde ser observada na Cooperlírrios por meio dos relatos que os cooperados fazem da experiência de serem seus próprios patrões, participando das assembleias e de reuniões informais sobre a gestão da cooperativa” (COELHO; GODOY, 2011, p. 740). O fato de trabalhar sem patrão acarreta maior responsabilidade, pois o cooperado passa a se interessar por todo o processo e não apenas com a execução da sua tarefa.



A Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol), fundada em março de 2000 por meio de acordo entre o Sindicato dos Metalúrgicos e dos Químicos do ABC e de Sorocaba, é uma associação civil sem fins lucrativos.

A iniciativa do sindicato de implantar a Unisol ocorreu para combater o desemprego gerado na década de 1990, quando diversas empresas foram fechadas ou decretaram falência. “Tanto a ANTEAG quanto a UNISOL, além de realizarem trabalho de fomento e assessoria a empreendimentos solidários, são entidades de representação dos trabalhadores e trabalhadoras e das organizações por eles compostas” (MAFRA; MOREIRA; ONUMA, 2012, p. 75).

Em 2004, a Unisol contava com 82 EES filiados, em 2010, esse número passou para 700 EES. Até o ano de 2010, a Unisol auxiliou na recuperação de 25 empresas que entraram em processo de falência e passaram a ser cooperativas (UNISOL BRASIL, 2015).

Apesar dos diversos questionamentos feitos sobre a atividade sindical, esta ainda continua sendo uma entidade democrática em defesa dos interesses dos trabalhadores. Ao apoiar a formação de uma associação de cooperativas, o sindicato está fortalecendo a atuação de empreendimentos solidários para que possam se sustentar economicamente, alinhados ao modelo de gestão democrático. Ao incentivar o desenvolvimento da economia solidária, o sindicato pode fazer com que os trabalhadores passem a enxergá-los de outra maneira.

### **2.3.1 Sistema público de financiamento e apoio ao cooperativismo**

Atualmente, o Brasil é considerado a sétima maior economia do mundo (Banco Mundial, 2015). A soma das riquezas produzidas em 2013 atingiu R\$ 4,84 trilhões, de acordo com relatório do IBGE (2014). No entanto, em 2013, o Brasil ficou na 79ª posição no IDH da Organização das Nações Unidas (ONU), com IDH de 0,74; colocando o país entre as nações consideradas com elevado grau de desenvolvimento. Porém, atrás de alguns vizinhos da América do Sul, como Chile (41º), Argentina (49º), Uruguai (50º) e, até mesmo, da Venezuela que se encontra na 67ª (PNUD, 2014).

Por esse motivo é importante compreender as diferenças conceituais sobre crescimento e desenvolvimento. Crescimento econômico, de acordo com Sandroni (1994), é o resultado do crescimento da capacidade produtiva de bens e serviços de certo país ou região econômica. Esse aumento é mensurado a partir da variação anual do PIB ou pelo Produto Nacional Bruto (PNB).

O PIB consiste na soma de todos os bens e serviços finais de determinada região, durante certo período. É considerado uma das principais ferramentas para mensurar a atividade econômica de uma nação, estado ou município. Contudo, o PIB apresenta alguns problemas como, a exclusão de produtos produzidos e vendidos de forma ilegal. Além disso, o PIB também não considera fatores relacionados à saúde, educação e qualidade de vida. Apesar das lacunas apresentadas, Mankiw (2005) entende que o PIB seja um dos principais indicadores, pois:

países com PIBs maiores podem arcar com o custo de um melhor atendimento de saúde [...] podem ter sistemas educacionais melhores [...] podem ensinar mais cidadãos a ler e a apreciar a poesia. O PIB não leva em conta nossa inteligência, integridade, coragem, sabedoria ou devoção ao país, mas todos esses louváveis atributos são mais fáceis de desenvolver quando as pessoas estão menos preocupadas em garantir as necessidades materiais da vida. Em suma, o PIB não mede diretamente as coisas que fazem a vida valer a pena, mas mede nossa capacidade de obter insumos para uma vida que valha a pena (MANKIW, 2005, p. 336)

Outra forma de avaliar o crescimento econômico é por meio do crescimento da força de trabalho e o nível tecnológico adquirido. Já o conceito de desenvolvimento econômico é uma questão mais ampla, abrange tanto o crescimento econômico quanto a melhoria na qualidade de vida da população (VIEIRA, 2009). Essa análise é feita com base em indicadores sociais que avaliam a distribuição de renda, escolaridade, emprego e saúde. Dessa forma, o:

conceito de desenvolvimento depende dos valores historicamente construídos de cada sociedade embora conserve em seu cerne a conquista de padrões de vida mais elevados acessíveis à maioria da população. Sob esse prisma o conceito de desenvolvimento pode até ser oposto à ideia de progresso econômico, pois seu objetivo é mais do que a oferta de bens e serviços resultantes do aumento de produtividade (VIEIRA; SANTOS, 2012, p. 348)

O desenvolvimento devido ao seu grande número de variáveis torna-se um fenômeno complexo de ser mensurado com exatidão. Contudo, deve ser considerado que desenvolvimento pressupõe o bem estar da humanidade. “O desenvolvimento não decorre apenas do crescimento e do acúmulo de riquezas como defendem os economistas mais conservadores, é possível que, com a distribuição da mesma, também teremos condições para promover o desenvolvimento” (BRAGA, BRAGA, SANTOS, SANTOS, 2012, p. 59).

Desse modo, verifica-se a importância da utilização do PIB. Contudo, esta é uma ferramenta que não pode ser manuseada isoladamente, precisa interagir com outros indicadores como IDH, o coeficiente de Gini<sup>2</sup> e o índice FIRJAN são alguns exemplos. O desenvolvimento sustentável transcende a questão econômica, pois aborda diversas áreas, como a ambiental, social e cultural. Em que os recursos naturais passam a ser utilizados de maneira mais eficiente, garantindo a utilização dos recursos no presente e no futuro.

De acordo com Messias (2006), a Fundação Banco do Brasil compreende que a pirâmide econômica mundial está dividida em três escalas. No topo, estão os ricos, que representam de 75 a 100 milhões de pessoas. No meio da pirâmide, encontra-se a classe média, cerca de 1,50 a 1,75 bilhão de cidadãos. Por fim, na base estão aproximadamente quatro bilhões de indivíduos, excluídos economicamente. Segundo Messias (2006), anteriormente o foco do Banco do Brasil estava nos clientes situados nas classes média e alta. Contudo, hoje, devido à saturação desses segmentos, o banco está desenvolvendo estratégias voltadas à base da pirâmide.

Messias (2006, p. 83) afirma que a Fundação Banco do Brasil “toma a iniciativa de procurar a sociedade, identificar atividades produtivas que respeitem as vocações locais e partir para o desenvolvimento sustentável”. Para ele, os projetos são socialmente justos e estruturados para atender a coletividade, respeitando à diversidade cultural.

No processo de planejamento e desenvolvimento regional é preciso estabelecer parcerias entre os setores público e privado para que os pequenos municípios tenham acesso ao crédito. A atividade deve ter como foco o desenvolvimento e a implementação de estratégias para o fortalecimento da produção, com o envolvimento de agentes econômicos, políticos e sociais. A união desses atores tende a fortalecer o elo para a superação dos gargalos que afetam a produtividade das comunidades. Para Franco (2006, p. 78), o desenvolvimento regional sustentável “propõe à comunidade e aos parceiros centrais o foco de atuação no desenvolvimento, dando condições de organização e articulação entre os parceiros para estabelecer boas relações e um projeto comum”.

A busca pelo desenvolvimento regional deve pressupor a inclusão social, que passa pelo acesso à educação, saúde, emprego e renda. “A estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil (DRS/BB) é um dos braços mais ativos do Banco na promoção de novos mercados de atuação. É um caso de convergência entre a função social de

---

<sup>2</sup> Instrumento desenvolvido pelo italiano Corrado Gini, em 1912, para calcular a desigualdade na distribuição de renda. A avaliação varia de 0 a 1, quando mais próximo de zero menor a desigualdade. Consequentemente, o número um representa o máximo de desigualdade.

banco público como o BB e o interesse da instituição financeira” (FRANCO, 2006, p. 76). Dessa maneira, o relacionamento entre comunidade e instituição financeira passa a ser desenvolvido, excluindo o tradicional paradigma de exploração vinculado aos bancos. Franco (2006) afirma que além da inclusão social, o desenvolvimento deve permitir o acesso ao crédito, ao capital social<sup>3</sup> e aos modelos de associativismo e cooperativismo, com o intuito de melhorar os indicadores sociais locais.

A partir desse estreito relacionamento entre a comunidade, setor público e instituição privada formula-se a possibilidade de implantação de projetos econômicos. Segundo Franco (2006, p. 81), o desafio “é traduzir o esforço dos parceiros numa capacidade de articulação dos atores sociais, porque a mobilização é que garante a sustentabilidade dos projetos. As idéias podem ser ótimas, mas, se não estiverem enraizadas na população, não haverá sequência”. Uma maneira de colocar em prática esses ideais é incentivar os produtores locais a participarem de exposições para expandir a comercialização de seus produtos.

A rede de organização denominada Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) é um exemplo prático de planejamento e desenvolvimento regional, voltada para o crescimento sustentável do Semiárido. A principal atividade da ASA está focada no Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC), que faz parte do Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido (BARBOSA, 2006).

De acordo com o Ministério da Integração, a região do semiárido ocupa uma área de 969.589 km<sup>2</sup>, abrangendo 1.133 municípios, em nove estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Segundo dados do IBGE, vivem nessa região 11,8% da população brasileira, cerca de 22 milhões de pessoas. Com relação à renda, o IBGE informa que mais de dez milhões (45,5%) de brasileiro do semiárido não possuem nenhum rendimento ou sobrevivem apenas com benefícios do governo. Cerca de cinco milhões de pessoas (31,4%) recebem até um salário mínimo. Entre dois e cinco salários mínimos, estão 5,5% dos habitantes. Apenas 0,15% dessas pessoas têm rendimento superior a 30 salários mínimos.

De acordo com estudo realizado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), em 2011, aproximadamente nove milhões de crianças e adolescentes do semiárido não têm acesso aos direitos básicos como saúde e educação. Essa parcela da população é

---

<sup>3</sup> O conceito de capital social determina que as redes sociais possuem valor econômico. Pode ser definido como individual, refere-se ao poder social da pessoa que tem para promover seu próprio interesse. Ou como de grupo, neste caso, o capital social é visto como recurso coletivo para a melhoria da qualidade de vida da comunidade, privilegiando a colaboração (MERTENS; TÁVORA; FONSECA; GRANDO; CASTRO, M.; DENEDA, 2011, p. 483 apud BOURDIEU, 1980).

afetada diretamente pela pobreza e, conseqüentemente terão seu desenvolvimento comprometido.

Na opinião de Barbosa (2006, p. 88), “o P1MC consegue de fato atingir dimensões intangíveis do desenvolvimento: a felicidade, a qualidade de vida e a construção de uma nova identidade”. O objetivo do P1MC é levar água potável para cinco milhões de brasileiros situados na região do semiárido por meio de cisternas de placas. Para participar do programa é necessário que a família esteja inscrita no Cadastro Único do governo federal, residir em área rural, não ter acesso ao sistema público de abastecimento de água e ter renda familiar per capita de até meio salário mínimo.

Essa realidade apresentada por meio de dados estáticos de órgãos oficiais demonstra a dificuldade vivida pelos habitantes do semiárido, que lutam pelo acesso aos direitos básicos. É dentro desse contexto que se verifica a necessidade da implantação de programas solidários.

A Usina Catende é outro exemplo de empreendimento autogestionário, atuando no setor agroindustrial. Atualmente, a empresa conta com cerca de 500 operários, além da colaboração direta de 3,5 mil famílias. A usina está localizada no estado de Pernambuco, na cidade de Catende, abrangendo os municípios de Jaqueira, Palmares, Água Preta e Xexéu.

A Usina Catende inicialmente foi constituída como uma indústria privada. Mas, em 1993, após a demissão de 2.300 trabalhadores rurais, “os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, juntamente com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), conseguiram impetrar juridicamente a falência da antiga Usina Catende, como garantia do patrimônio para pagamento dos credores” (ANDRADE, 2006, p. 62).

Segundo Garcia e Lanza (2012, p. 220) para que uma empresa autogestionária obtenha sucesso, os agentes econômicos devem primeiro “conhecer a realidade local, seu histórico, perceber as expressões da questão social que fazem parte da vida dos sujeitos, ou seja, realizar um diagnóstico com base em uma análise de conjuntura”, nas ações descritas pela comunidade.

Andrade (2006) afirma que 85% das pessoas que trabalhavam na Usina de Catende eram analfabetas. Contudo, esse percentual foi reduzido a partir da implantação de cursos de alfabetização ministrado pela cooperativa em parceria com a Fundação Banco do Brasil, Senaes e MTE. Segundo Andrade (2006), em 2005 a taxa de analfabetismo caiu para menos de 20%. A equipe de educação da cooperativa também ministra cursos relacionados à empresa autogestionária e sobre economia solidária.

Gomes (2014) avalia como positiva a forma de comunicação utilizada em Catende, pois:

a presença de pensamentos díspares e de discursos que se opõe ao pensamento da Economia Solidária entre os trabalhadores de Catende é o maior exemplo de que há um ambiente que propicia o debate em busca do interesse comum. O trabalhador de Catende não repete simplesmente o que é dito pela administração. O ambiente está repleto de oportunidades para a participação discursiva dos credores da massa falida. O modo de pensar a empresa no mundo da vida em Catende é composto, além da rotina dos trabalhadores, pelo ambiente externo que promove impressões distintas da filosofia empresarial da Economia Solidária (GOMES, 2014, p. 439)

A autogestão constitui-se de preceitos democráticos, pois todos os membros daquela empresa têm acesso às informações, direito de opinar e adquirem capacidade técnica para a gestão de negócios. Além disso, esse modelo de gestão é responsável por desenvolver o senso crítico em relação às questões políticas e sobre o papel do cidadão na sociedade.

No entanto, a mesma opinião não é compartilhada por Schafers (2007, p. 79). O autor alerta para o descontentamento dos trabalhadores da Usina Catende que, em 2007, já desconfiavam dos gastos efetuados pela diretoria. Mesmo assim, “muitos deles não exigem serem informados e, com isso, não criticam às práticas não-solidárias ou não-igualitárias de organização do processo de tomada de decisão” para evitarem possíveis conflitos. Na conclusão de seu artigo Gomes (2014) confirma que no ano de 2007, os gestores da Usina Catende estiveram envolvidos em denúncias referentes ao desvio de verbas, fraude trabalhista e trabalhadores em condições inapropriadas. Enfim, como as relações econômicas e sociais estão inseridas na esfera das ciências humanas não é possível determinar uma fórmula para a solução dos problemas. Há diversos fatores humanos que precisam ser considerados, muitos de caráter subjetivo.

Andrade (2006, p. 63) conta que a Usina Catende possui um patrimônio de 26 hectares de terras, uma hidrelétrica própria e parque industrial capaz de processar 5,2 mil toneladas de cana por dia. No período da entressafra, a usina amplia sua mão de obra que chega a 1,5 mil pessoas. Na época da colheita, há necessidade de mais empregados, esse número chega a 2,7 mil contratados.

“A autogestão não é apenas uma forma de gestão, mas um processo que envolve critérios sociais, políticos, técnicos e econômicos, de forma a excluir a hierarquização das relações de trabalho, bem com as decisões autoritárias” (SANTOS, 2012, p. 107). A autogestão engloba preceitos democráticos, pois todos os trabalhadores são convidados a participarem das assembleias para decidirem os rumos que serão tomados pela empresa.

De acordo com Singer (2003, p. 22), toda cooperativa é uma associação comunitária, pois “quem se associa a ela não faz um contrato de trabalho mas entra numa união em que o seu destino individual se funde com os de seus companheiros”. Desse modo, o conhecimento passa a ser socializado por meio de curso de capacitação profissional. Além disso, os integrantes de empresas solidárias são incentivados a desenvolver o senso político a partir da elaboração de seu próprio estatuto.

Antonello e Luizão (2012, p. 73) ressaltam que “a erradicação da pobreza tem que se tornar um objetivo nacional, visando a conduzir uma nova hierarquia de prioridades, em que as vantagens sociais se sobreponham às econômicas”. Assim, o Estado tem como objetivo estruturar uma sociedade mais justa e com menores níveis de desigualdade social. A execução desse objetivo pode ser alcançada por meio da análise dos dados socioeconômicos para a criação e implantação de projetos de combate à exclusão social e a inclusão econômica.

Segundo Vieira e Santos (2012, p. 367), “o que tem ocorrido nas últimas décadas foi o aumento da exploração das regiões mais pobres pelas mais ricas, por ineficiência das políticas públicas, com uma ação cada vez mais limitada do Estado”. Desse modo, entende-se que é necessário romper as barreiras econômicas para alcançar o desenvolvimento social. Para que essa ideia possa ser concretizada é preciso repensar o modelo econômico atual e propor maneiras alternativas de gestão.

### **2.3.2 Obstáculos à economia solidária no Brasil**

No Brasil, do final da década de 1990, a descrença na capacidade do proletariado em gerenciar uma empresa, de acordo com Singer (2003, p. 19), era o maior obstáculo enfrentado por empresas situadas no modelo de economia solidária. O economista explica que “esta descrença se baseia na idéia de que a administração de empresas é uma ciência que tem que ser aprendida em universidades” ainda mais quando envolvia empresas com alta tecnologia. O poder de decisão é centralizado nas mãos de especialistas, por meio de critérios tecnocratas. Desse modo, não há possibilidade alguma destes gerentes serem questionados pela massa trabalhadora. Para Singer (2003), a administração de uma empresa capitalista está mais voltada para questões de liderança, como um comandante em um campo de batalhas do que o emprego da competência científica.

Singer (2003) afirma que no final do século XX havia pouca informação para a realização de um diagnóstico concreto relativo às cooperativas em termos de economia solidária:

mas é significativo que a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), que reúne grande parte das cooperativas ‘oficiais’ de todos os países, ainda em 1995 tenha reafirmado os princípios gerais do cooperativismo em termos essencialmente idênticos aos da economia solidária. O que permite crer que, apesar dos indícios de degeneração de muitas cooperativas, a maioria delas mantém-se fiel ao espírito dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, uma cooperativa de consumo fundada em 1844, por operários do setor têxtil da cidade inglesa de Rochdale (SINGER, 2003, p. 18)

Singer (2003, p. 16) critica o fato de que no final do século XIX algumas cooperativas optaram pelo viés da economia clássica em detrimento do modelo solidário. “No caso específico da economia solidária, um momento crucial de degeneração foi a recusa das grandes e poderosas cooperativas de consumo europeias [...] de adotar a autogestão nos estabelecimentos fabris e comerciais”. Para ele, o mesmo caminho foi trilhado por grandes cooperativas agrícolas na América do Norte. Dessa forma, criou-se uma polêmica, seriam as cooperativas de produção capacitadas ao modelo de autogestão ou esse modelo seria incompatível com o sistema capitalista.

Outro entrave enfrentado pelos trabalhadores está no alto risco que envolve a formação de uma cooperativa. Para a constituição de tal entidade, no caso de demissão, os trabalhadores precisam investir parte do pagamento que receberam na rescisão do contrato. É preciso realocar recursos que deveriam auxiliar o cidadão no sustento da sua família até que ele consiga se recolocar no mercado de trabalho. Desse modo, o fator psicológico vai influenciar na decisão de buscar outro emprego ou investir em um negócio próprio.

“As cooperativas de consumo tiveram o seu auge na primeira metade do século XX; depois da Segunda Guerra Mundial sofreram a concorrência das grandes empresas varejistas de auto-serviço, que as superaram” (SINGER, 2003, p. 18). A realidade apresentada pelas cooperativas agrícolas é completamente oposta. Estas conseguiram permanecer no mercado e estão crescendo cada vez mais. Contudo, empresas que se tornaram grandes organizações passaram a atuar de forma predatória com relação aos pequenos agricultores. Singer (2003) explica que o modelo de cooperativismo agrícola brasileiro não é diferente, e talvez seja ainda mais complicado. Pois, aceita detentores do grande capital como sócio o que acarreta na maximização do lucro e não no bem comum. A maior parte das cooperativas sejam elas



agrícolas, de consumo ou de crédito acabam optando pela gestão capitalista no intuito de manter os privilégios conquistados.

Ainda analisando a década de 1990, Tauile (2002) entende que o sucesso de um empreendimento autogestionário estava associado à necessidade de implantação de formas eficientes de crédito. Incompatível com modelo bancário tradicional.

Diante da fragilidade financeira e institucional de grande parte destas empresas, pode-se depreender que os agentes financeiros privados ou mesmo públicos que atuem estritamente sob “a fria lógica do mercado” não se interessarão em apoiá-las. As entidades públicas que se dispuserem a isso deverão prover lógicas alternativas para seus critérios de retorno do investimento [...] A atuação de organismos de financiamento “politicamente corretos” em nível internacional poderão ser de grande valia para a alavancagem inicial destes mecanismos alternativos de financiamento (TAUILE, 2002. p. 15)

Para Tauile (2002), a sociedade deve encarar como um desafio o desenvolvimento de mecanismos de financiamentos alternativos, tanto pela iniciativa privada como por órgãos públicos.

Pochmann (2004) avalia que mesmo no início do século XXI, a economia brasileira ainda não possuía um modelo de financiamento adequado as características das EES, identificando esta situação como um ponto de estrangulamento. Pochmann (2004, p. 31) afirma que uma solução para época seria “uma linha nacional de financiamento própria, estruturada por agentes de créditos populares e cooperativas comunitárias adequadas ao modo de produção não-capitalista”. O tradicional sistema bancário atua fora dos preceitos que norteiam o modelo solidário.

Pochmann (2004) apresenta como exemplo de cooperativa de crédito o Banco Palmas fundado em 1998, na cidade cearense de Fortaleza, por iniciativa da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (Amocomp). Após mais de duas décadas da sua fundação, o Banco Palmas continua suas atividades. O objetivo desse projeto, segundo Caminha e Figueiredo (2011, p. 119) é fortalecer a “economia local através de microcrédito para produção e para o consumo local, sem consultas cadastrais, comprovação de renda ou outras restrições impostas pelas instituições convencionais; uma economia baseada somente na confiança”. A ideia da Amocomp é fazer com que os recursos gerados pelos moradores do Conjunto Palmeiras sejam reinvestidos no próprio bairro.

Gaiger (2003) explica que as iniciativas solidárias atravessaram um período conturbado, com aspectos positivos e negativos, ao longo da década de 1990:

A todo instante, surgem novas organizações de crédito, troca e consumo solidário, além de notícias de avanços nas que já existiam, gerando um ambiente pródigo em encontros e projetos de cooperativas de créditos, bancos populares, moedas sociais, redes de trocas, etc. [...] Para assegurar sua reprodução, os empreendimentos solidários precisam lidar adaptativamente com as externalidades capitalistas. As tentativas de romper o círculo, por meio de contratos, trazem reforço moral e político, mas carecem por hora de práticas efetivas de intercâmbio econômico, tanto mais quando envolvem segmentos e atores sociais diferentes (GAIGER, 2003, p. 205)

Singer (2003) explica que naquela época, as pequenas cooperativas comunitárias localizadas nas grandes metrópoles eram prejudicadas por não terem capacidade de incluir especialistas em seu quadro. “Estas empresas são criadas em geral por trabalhadores, de baixa escolaridade, que dominam o processo produtivo mas não estão preparados para pesquisar mercados em busca de novas oportunidades nem para acompanhar a evolução das tecnologias” (SINGER, 2003, p. 22). Essas cooperativas necessitavam de profissionais com maior capacitação técnica e apoio de incubadoras para solucionar essa fragilidade.

No início dos anos 2000, a economia solidária brasileira ainda era caracterizada como pobre e carente, além de enfrentar diversos obstáculos para se consolidar e viabilizar economicamente (SINGER, 2006, p. 20). O economista conta que muitas cooperativas necessitam de apoio e subsídios para sobreviverem, ou seja, estão “com um pé na solidariedade”. Muitas vezes, esses empreendimentos acabam perecendo, pois não conseguem sustentação econômica própria.

Leite (2009, p. 33) concorda com a análise realizada por (Singer, 2006), que mesmo no final da primeira década dos anos 2000 ainda é pequeno o número de pesquisas científicas com avaliações sobre o impacto da economia solidária no Brasil e no mundo. Além disso, Leite (2009) demonstra certo ceticismo a respeito de interpretações otimistas, considerando a existência de pseudocooperativas. Estas empresas atuam em defesa do capital, em detrimento das teorias de autogestão que se enquadram em questões como igualdade e solidariedade.

A partir do ano de 2003, o economista Paul Singer passou a coordenar a Senaes. Desse modo, sua visão marxista vai gradativamente sofrendo alterações ocasionadas pelo viés institucional. Prova disso é que Singer (2006), passa a defender a ideia de que no longo prazo, a economia solidária deve se autofinanciar com o objetivo de criar identidade cultural própria e atuação diferenciada dos bancos privados. “Uma cooperativa de crédito é basicamente uma forma de criar comunidades que socializam as suas poupanças para si próprios” (SINGER, 2006, p. 22). Para ele, “a cooperativa de crédito é a sistematização da ajuda mútua”, mas que ainda falta muito para se tornar realidade no Brasil.

Analisando o cenário econômico brasileiro no início do século XXI, Singer (2006, p. 25) afirma que a economia solidária, gradativamente, vai se estruturando no Brasil, com apoio governamental, mas principalmente “com a criatividade e o empenho dos associados dos empreendimentos solidários e dos militantes das entidades de fomento”. No entanto, Singer (2006) aponta o Banco Central como entrave ao crescimento das cooperativas de crédito. De acordo com o economista, aproximadamente 500 cooperativas de crédito aguardavam documentação para iniciarem suas atividades.

Leite (2009, p. 32), analisando o final da década de 1990 até meados do primeiro decênio dos anos 2000, suscita a hipótese de que a economia solidária tende a ganhar espaço somente em momentos de crise do sistema capitalista, com aumento do desemprego e redução de salário. Então, o modelo econômico solidário estaria fadado ao fracasso devido à baixa capacidade de autofinanciamento e falta de mão de obra especializada.

Geralmente, a economia solidária é vista como solução temporária e não definitiva ao sistema econômico capitalista. Dessa forma, a experiência solidária tenderia a multiplicar-se somente quando há crise na economia capitalista, desaparecendo logo em seguida. Leite (2009) explica que a sazonalidade é um dos principais problemas da economia solidária devido às “dificuldades que enfrentam para sobreviver em um contexto capitalista, como a baixa capitalização, a falta de capacitação técnica dos trabalhadores para gerir os negócios, a falta de comprometimento do conjunto de trabalhadores com os ideais cooperativistas”. Analisando a situação a partir desse prisma, verifica-se que o modelo solidário teria apenas soluções paliativas, pois não seria capaz de competir com produtos situados na lógica de uma economia de mercado.

Mesmo tendo passado três décadas do surgimento da economia solidária no Brasil, este modelo ainda sofre com a falta de integração entre os empreendimentos solidários. “Apenas 1/3 deles adquirem produtos de outros EES, apesar de metade deles participar de alguma rede ou fórum de economia solidária” (CAMARA, POTIGUARI, SANTOS, 2012, p. 56). A ampliação do comércio entre os EES locais teria como objetivo o fortalecimento do mercado, pois os recursos econômicos seriam reinvestidos na região.

Situados num contexto mais contemporâneo, Gugliano e Locks (2013) afirmam que “a perspectiva democrática dos empreendimentos de economia solidária é um pressuposto teórico apontado por vários autores que fundamentam a proposta de criar organismos econômicos alternativos” mesmo estando inseridos numa economia de mercado. Contudo, salientam que apesar do grande número de publicações sobre economia solidária ainda há diversas lacunas para serem preenchidas a respeito deste assunto, principalmente sobre

aspectos políticos inseridos nos próprios empreendimentos solidários. “Desde esse prisma, uma das problemáticas mais interessantes se relaciona com a questão das relações de poder que se desenvolvem no interior das referidas organizações, mais precisamente a democracia interna nos empreendimentos” (GUGLIANO; LOCKS, 2013, p. 42). Desse modo, a avaliação concreta de empreendimentos solidários fica comprometida pelo número de variáveis que cercam a gestão democrática. Por isso, nesse cenário surge um importante ponto de reflexão dentro das cooperativas, como deve ser tratada a relação de poder para que o contexto democrático não seja perdido.

Em pesquisa realizada por Gugliano e Locks (2013) constatou-se que:

as práticas políticas desenvolvidas internamente estiveram muito próximas do que denominamos democracia fraca, caracterizada pela emergência de uma liderança forte com altos níveis de autonomia, muitas vezes ligada a partidos políticos ou a movimentos sociais de cunho geral. A participação e o envolvimento de trabalhadores, no que diz respeito às demandas gerais, usualmente são reduzidos. As tomadas de decisões são normalmente realizadas por uma elite dirigente que usa a comunicação de modo esporádico e autoritário, restringindo a autonomia dos participantes, velando os conflitos e atomizando os indivíduos durante o processo coletivo (GUGLIANO; LOCKS, 2013, p. 58)

Além das dificuldades no setor econômico, os empreendimentos solidários também encontram problemas relacionados aos preceitos democráticos, impondo limitações a participação coletiva.

A democratização do crédito, segundo Retamiro (2013), é fundamental para manutenção de empreendimentos solidários desenvolvidos pelas classes sociais menos favorecidas financeiramente. Retamiro (2013, p. 90), compreende este modelo de política de microcrédito como um segmento “da teoria keynesiana, a qual confere ao Estado apoiar ações da sociedade civil, especialmente nos municípios de pequeno porte, onde há um desenvolvimento local integrado”.

Segundo Gugliano e Locks (2013), mesmo em empreendimentos solidários verifica-se um engessamento nas tomadas de decisões:

apesar desse avanço em termos de mudanças nas relações de trabalho, ainda há muito a caminhar no que diz respeito à democratização das suas estruturas de decisão, tendo em vista que boa parte dos grupos ainda carece de práticas democráticas robustas. Esse é, portanto, um ponto que merece ser aprofundado entre os empreendimentos de economia solidária e os pesquisadores que pensam em modelos alternativos de organização de um

sistema democrático de produção econômica (GUGLIANO; LOCKS, 2013, p. 59)

A discussão em torno da economia solidária é caracterizada pela sua complexidade, opiniões favoráveis e contrárias a partir de embasamento teórico. Conseqüentemente cria-se um ambiente favorável às contradições e discordâncias.

Retamiro (2013), em sua dissertação, analisa que a economia solidária no século XXI precisa de apoio tanto de órgãos públicos quanto da iniciativa privada para obter resultados concretos:

permitindo suas mutações frente ao capitalismo contemporâneo, por meio de novos sistemas econômicos alternativos, os quais desenvolvem propostas para o desenvolvimento regional baseados na solidariedade e nas dimensões da sustentabilidade. Constata-se, assim, que a economia contemporânea segue ainda a teoria keynesiana, a qual demonstrou que em uma economia de mercado, o nível de atividade está intrinsecamente relacionado à demanda por bens e serviços no consumo das famílias, bem como pelo nível de investimento das empresas, o que impactará diretamente na produção e conseqüentemente no emprego (RETAMIRO, 2013, p. 48)

O desafio de combater a exclusão social, em âmbito nacional, passa pela distribuição mais justa da terra. E para que tal distribuição seja realizada é necessário a apresentação de um amplo projeto de reforma agrária (RETAMIRO, 2013). O qual deve ser pensado em conjunto com a implantação de políticas voltadas ao cooperativismo.

No entanto, mesmo na esfera pública também há certa divergência com relação ao modelo de política pública que deve ser adotado para incentivar a implantação de empreendimentos solidários. Alcântara (2014) salienta que esse tipo de assistência ou assessoria é determinante para verificar o nível de institucionalização do modelo.

Se a relação é de cunho assistencialista, as possibilidades de a ação se institucionalizar são diminuídas, na medida em que não permite que os indivíduos internalizem o hábito de cooperar e autogerir o empreendimento em questão. Se a Administração Municipal oferece assistência técnica capaz de estimular a qualificação dos indivíduos e faz com que eles desenvolvam um tipo de “massa crítica local”, por sua vez, ajuda a institucionalizar a ação de cooperação e autogestão. Mas isso só é possível quando o programa de geração de renda qualifica os indivíduos para atuarem no eixo que compõe a atividade na qual eles buscam inserir-se (ALCÂNTARA, 2014, p. 141)

Está análise é fundamental para o esclarecimento de que políticas de cunho assistencialista propiciam a formação de um neocurral eleitoral. O trabalhador permanece

incapaz de resolver seus problemas econômicos, dessa forma, o poder público perpetua a relação assistencialista. Em que a comunidade sempre espera que as iniciativas sejam tomadas pela administração municipal.

Nagem e Silva (2013) discordam da conotação feita por Singer (2006) a respeito do suporte institucional. Para Nagem e Silva (2013), a economia solidária ainda luta por maior reconhecimento dentro do próprio governo, mas continua relegada num segundo plano.

Enquanto ela for encarada meramente como uma alternativa paliativa ao problema do desemprego, voltada apenas para grupos excluídos e de difícil inserção no mercado de trabalho assalariado, mesmo com todo o esforço da Senaes em caracterizá-la como a afirmação de uma nova proposta de desenvolvimento, dificilmente conseguirá enfrentar os antagonismos e conflitos de interesse que impedem sua viabilização. Isso posto, a economia solidária tenderia a perder ainda mais espaço, dado que o mercado de trabalho reestruturou-se significativamente ao longo desse período, atraindo inclusive trabalhadores de menor qualificação (NAGEM; SILVA, 2013, p. 174)

Neste caso, é necessário considerar que a taxa de desemprego em 2013 foi de 5,4%. Bem diferente da taxa de desemprego de 12,4% registrada em 2003, ano de implantação da Senaes (IBGE, 2014). Em uma década a taxa teve redução de sete pontos percentuais.

Contudo, a atual redução na taxa de desemprego não invalida o desenvolvimento de projetos relacionados à economia solidária, pois seu fundamento está na inclusão produtiva com suas consequências na geração de renda e acesso a oportunidades sociais.

No ano de 2014, a macroeconomia no Brasil foi marcada pela desaceleração e pelo recrudescimento dos efeitos da crise internacional no Brasil. Esses fatores contribuíram para que o PIB brasileiro de 2014 ficasse praticamente estável, com variação positiva de 0,1% na comparação com 2013. A soma de todos os bens e serviços produzidos pelo Brasil em 2014 foi de R\$5,52 trilhões. Esse resultado representa uma desaceleração ante o resultado obtido em 2013, quando a economia cresceu 2,7%. Trata-se do pior resultado obtido desde a retração de -0,2% em 2009 (IBGE).

Além disso, as medidas adotadas pelo governo federal de ajuste da economia como alteração no prazo para recebimento do seguro desemprego e pensão vitalícia, reajuste no preço de combustíveis e das tarifas da energia elétrica, aumento da contribuição previdenciária das empresas, indicam que o país está entrando em um círculo vicioso. Esse novo cenário econômico reforça a necessidade de fortalecimento da economia solidária como recurso para inclusão produtiva e empoderamento econômico.

### 2.3.3 Resultados da economia solidária no Brasil

O MTE define economia solidária como “um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos”. Devido ao crescimento da economia solidária no contexto político, em março de 2003, o governo federal implantou a Senaes. A criação desta secretaria confirma o crescimento de políticas públicas voltadas à transformação da realidade socioeconômica.

Pesquisa realizada pela Senaes, em 2005, apontou que praticamente metade das cidades do Brasil possuía algum tipo de atividade voltada à economia solidária. “Foram identificadas cerca de 14.954 Empreendimentos Econômicos Solidários em 2.274 municípios do Brasil (o que corresponde a 41% dos municípios brasileiros)”. De acordo com o estudo, a maior parte dos EES estão situados na “região Nordeste, com 44%. Os restantes 56% estão distribuídos nas demais regiões: 13% na região Norte, 14% na região Sudeste, 12% na região Centro-oeste e 17% na região Sul” (Senaes, 2006, p.15).

Segundo o Atlas da Economia Solidária no Brasil, em 2007 foram identificados 21.859 empreendimentos solidários em 2.933 cidades (cerca de 53% dos municípios brasileiros). No gráfico 1, é possível observar que a maior fatia dos EESs está localizada no Nordeste (43,5%). As demais regiões do país contabilizam os 56,5% restantes.

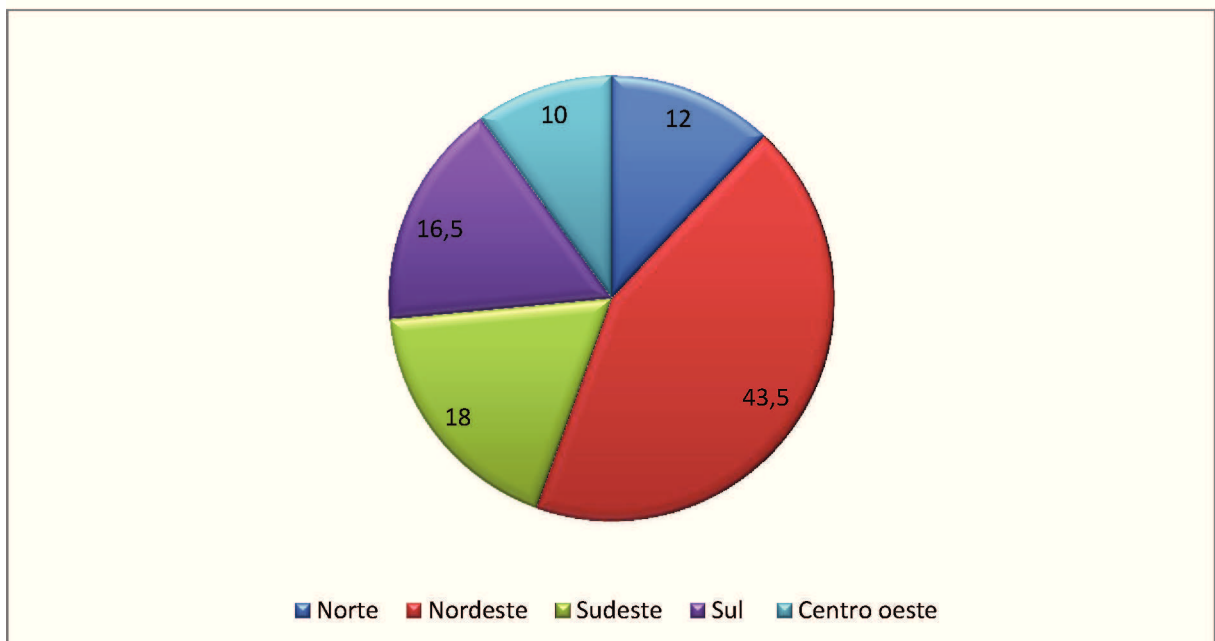


Gráfico 1 – Percentual de EES nas macrorregiões do Brasil no ano de 2007  
Fonte: adaptado de SENAES (2009)

O Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária (SIES) foi implantado em 2004 e está vinculado à Senaes. O SIES tem como objetivo identificar e registrar informações de EES. De acordo com pesquisa realizada com 19.708 EES pelo SIES em parceria com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), entre 2010 e 2012, constatou-se que a região nordeste permanece na liderança com mais de 40% dos empreendimentos solidários no Brasil, como pode ser observado na tabela 1.

**Tabela 1 – Distribuição regional de empreendimentos solidários entre 2010 e 2012**

Região	Quantidade	Percentual
Norte	3.127	15,9
Nordeste	8.040	40,8
Sudeste	3.228	16,4
Sul	3.292	16,7
Centro oeste	2.021	10,3
Brasil	19.708	100

Fonte: adaptado de SIES (2013)

Esse estudo confirmou a necessidade da criação de mecanismo de financiamento com características próprias para atender a demanda da economia solidária. Pois, quando analisada a atividade econômica por meio do critério de ‘poupança, crédito ou finanças solidárias’ apenas 328 EES (1,7%) dos 19.708 empreendimentos abordados atuam no setor financeiro. “Constata-se que a maioria dos EES desenvolvem atividade de produção ou de produção e comercialização da produção (56,2%). Outras atividades com destaque são aquelas relativas ao consumo ou uso coletivo de bens e serviços (20%) e atividade de comercialização (13,3%)” (SIES, 2013, p. 4).

Segundo relatório do SIES, entre 1957 e 1970 havia sido identificado 204 empreendimentos solidários. Em 2007, foram registrados 6.905 novos empreendimentos de economia solidária e, em 2012, foram contabilizados mais 11.663. Desde 2004, foram catalogados 33.518 EES em todo território brasileiro (SIES, 2013). O documento também aponta que os maiores desafios para a consolidação da economia solidária estão relacionados à geração de renda e viabilidade econômica do empreendimento, como pode ser observado na figura 1.





Figura 1 – Principais desafios enfrentados pela economia solidária  
Fonte: SIES (2013)

A amplitude territorial traduzida em números pela pesquisa do Senaes demonstra que a economia solidária representa importante papel econômico-social no sistema capitalista.

No entanto, essa tendência não reflete a realidade da região dos Carajás no sudeste do Pará. Nessa região, até o ano de 2012, constatou-se que, apenas a cidade de Xinguara apresenta projetos específicos sobre economia solidária.

A Prefeitura Municipal conta com um Departamento de Economia Solidária ligado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, com uma legislação específica para a economia solidária (aprovada em julho de 2006) e com um fundo municipal de apoio à economia solidária (FundoSol) [...] São ações do Departamento de Economia Solidária no município: cadastramento de ambulantes, apoio às feiras locais; manutenção de um posto de apoio ao empreendedor no Mercado Municipal; cessão de uma loja na rodoviária para a exposição dos produtos dos artesãos locais; tentativas de organização dos produtores para compra coletiva de insumos (DINIZ; FERREIRA; SILVA, 2013, p. 73)

A pesquisa elaborada por Diniz, Ferreira e Silva (2013) abordou sete municípios; Canaã dos Carajás, Marabá, Ourilândia do Norte, Parauapebas, Tucumã, São Félix do Xingu e Xinguara. Com relação a esta última cidade, verifica-se que a prefeitura desenvolve mecanismos para incentivar o empreendedorismo e a formação de cooperativas de trabalho para superar o problema da geração de emprego e renda, gargalo enfrentado pela maior parte dos pequenos municípios brasileiros.

Segundo o SENAES (2012), no ano de 2008, o MTE firmou um Termo de Cooperação com o Banco Central do Brasil (BCB), para que este reconhecesse a utilização da chamada moeda social pelos bancos comunitários. O BCB “reconheceu, pela primeira vez, a existência desta ferramenta chamada Bancos Comunitários e suas moedas sociais, bem como sua importância enquanto tecnologia social para a inclusão financeira” (SENAES, 2012, p. 179). Isto significa que os bancos comunitários deixam a informalidade e passam a ter sua atuação definida por atribuições do BCB.

De acordo com o FBES, não há nenhum EES registrado em São José do Barreiro. A ‘Casa do artesão’, que atua na produção e comercialização de cachaça artesanal e crochê, é o único EES cadastrado pelo FBES nessa microrregião e está situado na cidade de Bananal.

Esta revisão de literatura permite identificar as contradições acarretadas pelo modo de produção capitalista, baseado no aumento da produção por meio do incentivo do consumo. A instabilidade da economia capitalista faz com que, os investimentos sejam reduzidos, conseqüentemente, a produção e as vendas diminuam, ocasionando em anos de retração econômica e prejuízos sociais. Outro componente estrutural e estruturante da economia capitalista é a função das crises econômicas no processo de concentração da riqueza, uma vez que os períodos recessivos reduzem o poder econômico de parte importante da sociedade e favorecem a expansão da riqueza daqueles com poder financeiro para se beneficiar da perda de valor de bens imóveis e meios de produção durante a recessão, especialmente com redução da atividade produtiva e, portanto, do alargamento da escassez.

### 3 MÉTODO

Esta dissertação foi elaborada com base na pesquisa qualitativa, pois este meio possibilita investigar os fenômenos inseridos nas ciências humanas. A abordagem qualitativa apresenta uma estrutura mais flexível aos pesquisadores, explorando novos enfoques (GODOY, 1995, p. 21). Nesse segmento encontra-se a pesquisa do tipo documental. A vantagem desse tipo de pesquisa está na possibilidade de estudar por meio de documentos os fatos históricos, os quais não são possíveis ter contato com o público alvo. A abordagem qualitativa também é justificada pelo fato de oferecer maior subsídio para melhor entendimento do tema abordado.

Godoy (1995, p. 22) considera os documentos como “uma fonte natural de informação à medida que, por terem origem num determinado contexto histórico, econômico e social, retratam e fornecem dados sobre esse mesmo contexto”. Destarte, justifica-se a contextualização sobre a origem da economia solidária no início do século XIX e seu surgimento no cenário brasileiro.

A pesquisa documental demonstra sua importância ao expor a origem dos conceitos de cooperativismo (teoria marxista) e ao suscitar hipóteses que norteiam a linha de pensamento keynesiano. Desse modo, é possível compreender as relações econômicas e sociais da sociedade contemporânea. O objetivo da pesquisa documental é analisar quais teorias ou conceitos podem ser pautados para solucionar um problema.

A situação econômica e social do município de São José do Barreiro foi analisada por meio do Banco de Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipeadata) e a partir de resultados do Censo Demográfico dos anos 2000 e 2010, realizado pelo IBGE. Os estudos a respeito da qualidade de vida do município foram realizados com base em informações do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, além de dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), entre outros números utilizados.

O IFDM faz parte das pesquisas desenvolvidas pelo Sistema FIRJAN. Estudo realizado com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos Ministérios do Trabalho, Educação e Saúde. Este índice mede a qualidade de vida dos estados e municípios com base em dados relativos às três principais áreas de desenvolvimento; emprego e renda, educação e saúde. Segundo o FIRJAN, a metodologia do estudo avalia se o desenvolvimento de certo município ocorreu devido à implantação de políticas públicas específicas ou se o resultado reflete um retrocesso na qualidade de vida da população.

A pesquisa documental tem papel fundamental para o embasamento científico dos motivos que levaram a cidade de São José do Barreiro, situada na RMVale<sup>4</sup>, ao ostracismo econômico. A hipótese levantada neste trabalho parte do pressuposto de que a economia clássica não é capaz de atender os anseios da sociedade contemporânea. Assim, a economia solidária seria capaz de desenvolver mecanismos para minimizar as dificuldades de inclusão produtiva causadas pelo desemprego e pela enorme desigualdade social, frutos das contradições impostas pelo sistema capitalista. O objetivo desta dissertação foi verificar as condições à constituição de projetos de Economia Solidária em São José do Barreiro como mecanismo para o desenvolvimento regional.

---

<sup>4</sup> A RMVale foi constituída em 9 de janeiro de 2012, pela Lei Complementar do Estado de São Paulo número 1.166 (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015). Em período anterior a essa data, a região era denominada como Vale do Paraíba paulista.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1 O ciclo do café

A planta do café é de origem africana da região abissínia, onde hoje está localizada uma das nações mais pobres do mundo a Etiópia. Os primeiros relatos da planta referem-se ao século IX. Segundo Motta Sobrinho (1978), a partir do século XV o café passou a ser considerado um poderoso estimulante para combater o sono e a fadiga. “Suas sementes espalharam-se por todo o mundo islamita, levadas de Meca, por peregrinos em caravanas religiosas ou comerciais. O Café, como capitoso licor, ganhou depois o Egito, conquistou, também, a predileção dos turcos, e, chegando a Constantinopla, estava quase que introduzido na Europa” (MOTTA SOBRINHO, 1978, p. 9).

O café chegou a Veneza em 1570, mas seu consumo era vetado aos cristãos pela igreja católica devido a sua cor escura. A bebida só foi liberada aos católicos após o papa Clemente VIII provar uma xícara de café. Mesmo assim, sua aceitação não foi imediata, o café passou a ser a bebida da moda na Europa somente dois séculos mais tarde. Sendo consumida nas capitais, como Londres e Paris, mas ainda de maneira moderada, pois sua produção na Arábia não era o suficiente para atender o consumidor do chamado mundo civilizado. Motta Sobrinho (1978, p. 10) relata que “a plantação do cafeeiro, sendo muito lucrativa, se estendeu a todos os quadrantes do globo, onde pudesse aclimatar-se, e a procura da rubiácea, durante muito tempo, sobrepujou a oferta, no mercado internacional”.

A Holanda teve papel fundamental na introdução do café em diversas partes do mundo devido ao seu dinamismo no comércio marítimo executado por meio das Companhias das Índias Ocidentais. De acordo com Motta Sobrinho (1978), o café teria chegado a América do Sul, mais precisamente na Guiana Francesa por meio de seu então governador M. La Motte. O sargento-mor Francisco Mello Palheta foi o responsável por transportar a planta da colônia francesa para terras brasileiras. As primeiras mudas teriam sido plantadas no Brasil, no ano de 1722, em Belém do Pará. Somente a partir de 1761, que a Coroa Portuguesa adotou medidas para o incentivo e ampliação da plantação de café, com a retirada de barreiras de importação.

Da cor atraente das esmeraldas, produzia frutos de rubi. Em 1817, D. João VI, ainda residindo na Côrte de São Sebastião do Rio de Janeiro, recebeu de sua outra colônia, Moçambique, tantas sementes da rubiácea, que as distribuiu aos pacotes, entre proprietários de terras. Com o real incentivo do monarca português, as experiências já aprovadas se vão repetindo, das

chácaras da Tijuca e Corcovado, no Rio aos sítios da baixada fluminense, de onde os cafeeiros marcharão sobre o vale do Paraíba, para sua arrancada civilizadora. Em pouco tempo, só o café produzido, nessa região, será superior às quantidades provenientes do resto do mundo cafeeiro (MOTTA SOBRINHO, 1978, p. 11)

Motta Sobrinho (1978) explica que duas mudas de café chegaram a São Sebastião do Rio de Janeiro no ano de 1774 por meio do desembargador J. Gualberto Castelo Branco. Em pouco tempo, foi reconhecido o valor econômico da cultura do café, havia sido descoberta uma nova fonte de riquezas.

O plantio do café, de acordo com Motta Sobrinho (1978), teria chegado primeiro ao Vale fluminense e, logo em seguida, ao Vale do Paraíba paulista. Fato este que ocorreria imediatamente após o esgotamento do ouro das Minas. Apesar da planta ter chegado ao Brasil no século XVIII, foi apenas no centenário seguinte que teve início o ciclo da economia cafeeira.

No final do século XVIII, o senhor José de Aguiar Toledo e sua esposa Maria do Espírito Santo Ribeiro Valim foram morar em Bananal, que pertencia à freguesia de Areias. Inicialmente optaram pela produção de algodão, principal matéria prima durante a primeira Revolução Industrial. No entanto, o algodão presenciou um declínio muito rápido. Ainda na primeira década do século XIX:

à cultura do café e, a fazenda Bahia, formaram vasta sementeira de cafeeiros, onde vinham abastecer-se os fazendeiros que abriam novas plantações na região. As mudas iniciais foram obtidas em Rezende, oriundas dos muitos grãos da rubiácea que frades trouxeram do Rio de Janeiro. Com a crise da indústria açucareira, a lavoura de café, mesmo assim, encontra, nas duas primeiras décadas do século XIX, certa resistência, para se implantar onde existiam velhos canaviais. Para coexistir com eles, em muitas zonas rurais, até ser, a partir de 1830, a atividade agrária dominante, de ponta a ponta, em toda a região (MOTTA SOBRINHO, 1978, p. 23)

A cultura do café foi beneficiada pela estrutura criada pelos engenhos de açúcar. Motta Sobrinho (1978, p. 25) afirma que “o aumento da produção cafeeira estava ligado ao crescimento da entrada de escravos, que alcançou o auge, dois anos antes da proibição do tráfico negreiro, em 1850, quando foram desembarcados 60.000 cativos”.

Segundo Marquese (2010), durante o ciclo do ouro, a Coroa portuguesa impedia a ocupação de diversas áreas das províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo para evitar o contrabando do ouro. No entanto, essa situação foi revertida com o ciclo do café. Em meados do século XIX:

o amplo arco territorial que abrangia do município de Guaratinguetá (SP) ao de Cantagalo (RJ) fora convertido na zona econômica mais dinâmica do Império do Brasil; sua população escravizada, composta majoritariamente por africanos recentemente importados pelo tráfico negreiro transatlântico (ilegal desde 1831), tornara-se responsável pela produção de metade da oferta mundial de café [...] para Vassouras (RJ) e Bananal (SP), [...] Nesses dois municípios, os senhores donos de mais de 50 escravos, que perfaziam cerca de 20% do conjunto dos proprietários escravistas, detinham mais de 70% dos trabalhadores escravizados (MARQUESE, 2010, p. 84)

A partir dos relatos de Motta Sobrinho (1978) e Marquese (2010) é possível verificar que durante o ciclo da monocultura do café foi estabelecida uma relação de dependência entre a produção da *commodity* e a mão de obra escrava.

Motta Sobrinho (1978, p. 26) faz uma crítica à obra *Onda Verde* de Monteiro Lobato, publicada em 1921, “a cultura do café não veio de Vassouras para Rezende e daí para o vale paulista, como acreditava Monteiro Lobato, e em geral se pensa”.

Delfim Netto (1959, p. 10) explica que “a melhoria dos preços internacionais do café refletiu-se em seus preços internos, que passara de mais ou menos 18 mil réis a saca, na exportação, em 1857, para 27 mil réis, em 1863”. No entanto, a valorização do café não teria um efeito imediato, a modificação da mão de obra teria ocorrido de forma lenta e gradual pois a plantação de café precisa de um período de 4 a 5 anos para alcançar a fase adulta.

O ciclo do café apresentou uma característica semelhante ao ciclo do ouro, a ilusão de riqueza imediata. Motta Sobrinho (1978, p. 25) cita que “para manter-se na linha de lucros crescentes, faltava o capital, e sem os meios, só os poderosos resistiam. [...] A maioria experimentava ilusória aparência, para, da queda, não recuperar-se mais”. Também é possível fazer um paralelo com o ciclo do açúcar. Anterior a União Ibérica, os portugueses desfrutavam de relações comerciais com os holandeses. Enquanto, Portugal planta, colhia e refinava o açúcar, a Holanda ficava com a parte mais lucrativa do negócio, distribuí-lo na Europa. Com relação ao café ocorreu fato semelhante, produção nacional e exportação internacional. A maior parte do lucro era destinada ao intermediador que se beneficiava das vendas e comissões.

Segundo Bocchi, Borges, Lacerda, Marques e Rego (2000, p. 37) “a produção de café, evidentemente, proporcionava lucros ao fazendeiro, mas, seguramente, menores que aqueles que se auferiram na sua comercialização, não apenas no âmbito doméstico, mas também, e, sobretudo, nas exportações”. Confirmando a existência do fato relatado no parágrafo anterior.

Entre os anos de 1853 e 1854, a produção de café do estado do Rio de Janeiro atingiu 7.988.551 arrobas. Segundo Motta Sobrinho (1978), em 1854, a região do Vale do Paraíba

paulista somava 2.737.639 arrobas. Em meados do século XIX, a região fluminense passou a apresentar queda no plantio do café. Enquanto, a produção paulista, até o final daquele século, se manteve estável.

Motta Sobrinho (1978, p. 30) afirma que “em 1883, a produção cafeeira paulista igualou-se à fluminense, ultrapassando-a, nos anos seguintes, e distanciando-se cada vez mais”. O transporte ferroviário trouxe benefícios aos fazendeiros de outras regiões, pois reduziu tanto a perda de mercadoria quanto o custo referente aos encargos da tropa. No caso da microrregião de Bananal, a implantação da estrada de ferro foi prejudicial, pois a microrregião foi deslocada da rota Rio-São Paulo.

A monocultura do café transformou as produtivas terras do Norte de São Paulo em terras improdutivas. Dessa forma, os recursos gerados pelo café, de acordo com Lobato (1978, p. 5), “transfiltrou-se para o Oeste, na avidéz de novos assaltos á virgindade da terra nova”.

Para Ricci (2006, p. 43), a implantação da ferrovia foi benéfica para a interiorização do café. “Pois os custos de transporte por tropas de muares eram de tal ordem (chegavam a 50% do valor da saca de café) que impossibilitavam a expansão para o interior”, apud Cano (1990, p. 17-23). A partir deste ponto, o café começa a mudar sua rota com destino ao oeste do estado de São Paulo.

Com relação à decadência do café, Motta Sobrinho (1978), comenta que a primeira crise do café ocorreu em meados do século XIX, mais precisamente em, 1857 e 1858 e:

teve caráter comercial, com o retraimento do mercado comprador, e afetou de modo mais direto os produtores. A de 1864 foi de ordem financeira, e com a falência dos bancos, muitas casas comissárias, cujo capital deles derivava, e muito fazendeiros, acabaram arrastados e vítimas das correrias e quebraadeiras. A crise posterior à abolição do cativo, na última década do século XIX, eliminou o comissário, e as firmas exportadoras passaram à compra direta ao fazendeiro, sem que isso lhe trouxesse melhoria. O preço que lhe era imposto, sem mais o controle das cotações a que se submetiam as casas comissárias (MOTTA SOBRINHO, 1978, p. 31)

Naquela época, os fazendeiros mantinham relações comerciais com as casas comissárias, com o objetivo de adquirir crédito para manter a fazenda e iniciar a produção cafeeira. Segundo Delfim Netto (1959, p. 23), a figura do comissário ganhava destaque, pois era considerado o principal banqueiro do cafeicultor.



#### 4.1.1 Apogeu e decadência do café no Vale do Paraíba paulista

No final do século XIX, o café enfrentaria sua maior crise, reflexo de sua frágil estrutura econômica abalada pela abolição dos escravos. “Os vícios de estruturação não foram sanados, no decorrer do século, nem a técnica de tratar a terra, que acabou conhecendo a exaustão prematura. A erosão nos morros fazia baixar a produtividade dos cafezais” (MOTTA SOBRINHO, 1978, p. 107). Além disso, contavam com a concorrência de novas zonas cafeeiras no oeste do estado de São Paulo, realizadas de forma racional.

Em 1919, Monteiro Lobato publica um livro de contos chamado Cidades Mortas. O conto cujo título é o mesmo que dá nome à obra faz referência à estagnação econômica dos municípios situados no Vale Histórico, próximos ao estado do Rio de Janeiro e ligados diretamente à economia cafeeira. Consequentemente, mais vulneráveis as fragilidades econômicas da família real.

Monteiro Lobato começa esse conto com uma breve descrição sobre a situação em que se encontravam os municípios do Vale Histórico, no início do século XX. “A quem em nossa terra percorre tais zonas, vivas outrora, hoje mortas, ou em via disso, tolhidas de insanável caquexia, uma verdade, que é um desconsolo, ressurte de tantas ruínas: nosso progresso é nômade e sujeito a paralisias súbitas” (LOBATO, 1978, p. 3). Para o escritor, o capital não finca raízes, caminha para onde a situação é mais favorável sem se importar com as consequências deixadas para trás.

Por meio da tabela 2 é possível verificar que em 1836, a maior parte da produção de café estava concentrada no Vale do Paraíba paulista. Porém, nota-se que ainda no século XIX, o café valeparaibano começou reduzir seu ritmo de produção. A partir do ano de 1920, fica nítida a transferência da produção de café dentro do próprio estado de São Paulo, deixando o Vale do Paraíba para a região oeste.

**Tabela 2 – Produção de café no estado de São Paulo, porcentagem**

Ano	Norte <sup>5</sup>	Central <sup>6</sup>	Mogiana	Paulista	Araraquarense	Noroeste	Alta Sorocabana	Total
1836	86,50	11,93	0,14	1,43	-	-	-	100,00
1854	77,46	13,91	2,31	6,32	-	-	-	100,00
1886	19,99	29,00	21,81	23,69	4,05	-	1,46	100,00
1920	3,47	12,58	35,53	18,77	18,79	3,27	7,59	100,00
1935	1,71	7,09	16,25	11,65	26,94	23,92	12,44	100,00

Fonte: RICCI (2006, p. 36)

<sup>5</sup> Inclui o Vale do Paraíba paulista e litoral norte.

<sup>6</sup> Municípios abrangidos pela área entre a capital, Piracicaba, Bragança, Campinas, Piracicaba, Piedade e Una.

Outra crítica feita por Lobato (1978) consiste no modelo de plantio adotado pelas fazendas produtoras de café.

A uberidade nativa do solo é fator que o condiciona. Mal a uberidade se esvai, pela reiterada sucção de uma seiva não recomposta, como no velho mundo, pelo adubo, o desenvolvimento da zona esmorece, foge dela o capital – e com ele os homens fortes, aptos para o trabalho. E lentamente caí a tapera nas almas e nas coisas. Em São Paulo temos perfeito exemplo disso na depressão profunda que entorpece boa parte do chamado Norte. Ali tudo foi, nada é. Não se conjugam verbos no presente. Tudo é pretérito (LOBATO, 1978, p. 3)

O conto Cidades Mortas reflete a maneira mesquinha como as famílias produtoras de café pensavam como deveria ser a sociedade brasileira, baseado em um modelo arcaico, herança da colônia portuguesa de exploração.

Lobato (1978, p. 4) descreve a situação vivida por esses municípios após o ciclo do café; “avultam em numero, nas ruas centrais, casas sem janelas, só portas, três e quatro: antigos armazéns hoje fechados, porque o comercio desertou também. Em certa praça vazia, vestígios vagos de ‘monumento’ de vulto”. Para Lobato (1978), cidades mortas convivem com palácios mortos.

A nova geração, segundo Lobato (1978, p. 4), deixa a cidade ainda menino. Apenas “ficam as moças – sempre fincadas de cotovelos á janela, negaceando um marido que é um mito em terra assim, donde os casadouros fogem. Pescam ás vezes, as mais jeitosas, o seu promotorzinho, o seu delegadozinho de carreira”. Os rapazes partem para a cidade grande em busca de uma colocação profissional, fugindo da subsistência.

A tabela 3 vai ao encontro do pensamento de Lobato (1978). Verifica-se que o município de Areias obteve um crescimento populacional de 120% entre os anos de 1854 e 1886. Contudo, no período seguinte entre 1886 e 1920, houve redução de 14%. O mesmo caminho foi traçado pela cidade vizinha Bananal, com evasão de aproximadamente 35% da população entre os anos de 1886 e 1920. Deve ser ressaltado que o município de São José do Barreiro não consta na tabela 3, pois foi elevado a condição de cidade em 10 de março de 1885 (IBGE, 2014). Antes desta data, São José do Barreiro pertencia ao município de Areias.

**Tabela 3 – Evolução da população do Vale do Paraíba paulista**

Municípios	1854	1886	1920	1935
Areias	11.663	25.661	22.147	23.635
Bananal	-	17.654	11.507	12.932
Guaratingueta	13.714	25.632	43.101	38.838
Jacareí	9.861	16.565	25.363	31.300
Lorena	10.306	40.344	52.079	57.689
Paraibuna	7.261	17.683	32.216	26.783
Pindamonhangaba	14.645	25.084	43.183	40.284
São José dos Campos	6.935	17.906	30.681	31.606
Taubaté	22.307	40.624	85.433	68.040
Outros Municípios	41.249	87.522	131.361	136.114
Total da Região	173.941	314.675	477.071	467.221

Fonte: RICCI (2006, p. 41)

Lobato (1978) utiliza elementos da natureza para mostrar como esses municípios pararam no tempo. “Até o ar é próprio; não vibram nele fonfons de auto, nem cornetas de bicicletas, nem campainhas de carroças [...] Só os velhos sons coloniais – o sino, o chilreio das andorinhas na torre da igreja, o rechino dos carros de boi, o cincerro de tropas raras, o trabalhar das baitacas que em bando rumoroso cruzam o céu” (LOBATO, 1978, p. 4). Para encerrar o conto, o escritor tece um comentário que faz alusão ao definhamento econômico do Vale Histórico e ao futuro próspero prometido ao oeste paulista. Refletindo o saudosismo dos antigos moradores de Areia e adjacências. “Um dia – no tempo feliz em que Ribeirão Preto era ali” (LOBATO, 1978, p. 5).

Outrossim, verifica-se que o ciclo do café estava totalmente estruturado na exploração da terra e na mão de obra escrava. É possível suscitar a hipótese de que os latifundiários não levaram a sério os movimentos abolicionistas. De alguma maneira, os escravocratas acreditavam que a situação seria revertida. No entanto, os acontecimentos seguiam caminho contrário aos interesses dos cafeicultores. Segundo Motta Sobrinho (1978, p.108), “as leis que libertaram o sexagenário, o ventre da mãe escrava, seriam sinais vermelhos, para os escravocratas se adaptarem aos novos tempos”.

A abolição da escravatura não foi perversa apenas para os escravocratas, também teve efeitos negativos aos escravos. Motta Sobrinho (1978) afirma que os escravos idosos e doentes foram abandonados à própria sorte, antes mesmo da promulgação da Lei Áurea. Pois, já não serviam para o trabalho pesado.

Os cafeicultores das províncias de S. Paulo e do Rio eram o último reduto da ordem servil, pois, no Norte, alforriava-se em massa e já se decretara a abolição, no Ceára e Amazonas, desde 1884, dada a impossibilidade de

competir com o Sul escravocrata e absorvente. [...] Muitos cafeicultores do Vale libertaram seus escravos, sabedores que eram do fato consumado da abolição. Em Pindamonhangaba, não esperaram a assinatura da Lei Áurea. Outros o fizeram, pressupondo que manteriam os trabalhadores, em suas terras, agraciados e reconhecidos, mas eles desapareceriam pouco depois (MOTTA SOBRINHO, 1978, p. 110)

Ricci (2006, p. 42) afirma que “com a decadência da cafeicultura, a mão-de-obra utilizada na lavoura migrou para as cidades. O elemento negro foi, pelo menos parcialmente, transferido para as atividades geradoras do complexo cafeeiro do oeste paulista”. A outra parcela sem opção de trabalho, muito menos de moradia foi expulsa do centro urbano, sendo obrigada a morar no subúrbio. É a partir deste momento, final do século XIX, que surgem as primeiras favelas no Brasil.

Além da herança negativa deixada pela abolição, o ciclo do café também precisou enfrentar problemas causados pela superprodução. Motta Sobrinho (1978, p. 113) relata que essa crise “vai gerar a primeira intervenção governamental de monta, como solução paliativa, urgente, para atender os reclamos da cafeicultura em 1906, com o Convênio de Taubaté, ao tempo do governo Rodrigues Alves”. A partir de então, o café deixa a esfera privada para entrar em domínios governamentais.

#### **4.1.2 A implantação do Convênio de Taubaté**

O Convênio de Taubaté foi celebrado em 1906. O objetivo era proteger a produção e evitar outra crise financeira no país. Para Motta Sobrinho (1978, p. 117) “a política de garantia de preços, longe de regular o mercado, estimulava a produção, não a qualidade, e deixava ao executivo republicano, o ônus do encalhe de estoques não exportáveis, obrigando-o às emissões inflacionárias”. Esse tipo de acordo beneficiava somente a elite agrária da época, enquanto os trabalhadores eram obrigados a enfrentar os problemas causados pela inflação.

Furtado (1989) explica que o Convênio de Taubaté consistia em:

- a-) com o fim de restabelecer o equilíbrio entre oferta e procura de café, o governo interviria no mercado para comprar os excedentes; b-) o financiamento dessas compras se faria com empréstimos estrangeiros; c-) o serviço desses empréstimos seria coberto com um novo imposto cobrado em ouro sobre cada saca de café exportada; d-) a fim de solucionar o problema a mais logo prazo, os

governos dos Estados produtores deveriam desencorajar a expansão das plantações (FURTADO, 1989, p. 179)

Segundo Ricci (2006, p. 35) apud Milliet (1946, p. 17-27) o Convênio de Taubaté “iria estabelecer a valorização do produto no mercado internacional por meio da retenção de estoques dos excedentes produzidos”. Para Ricci (2006) este fato ocorre devido ao apoio do então presidente da República, Rodrigues Alves. Contudo, esse auxílio oferecido pelo presidente do Brasil ocorreu de forma tardia. A produção de café no Vale do Paraíba já se encontrava em processo de microcefalia.

Delfim Netto (1959) explica que o problema do café estava relacionado a uma falha de mercado. Desse modo, o Convênio de Taubaté tratou de forma equivocada ao “confundir o problema cafeeiro com o problema cambial e procurar baixar a taxa cambial e fixá-la nesse nível, simplesmente para favorecer os cafeicultores, era estimular uma transferência de rendimentos dos consumidores de produtos importados para os produtores de café (DELFIM NETTO, 1959, p. 63). Esse acordo visava a manutenção da renda da oligarquia cafeeira que dominava a estrutura política do Brasil.

A partir daquele ano, 1906, Motta Sobrinho (1978) explica que o governo perderia o controle sobre a inflação, acarretando no subconsumo do mercado nacional. “Crescem as emissões não reprodutivas, não se diversifica a produção em áreas de geadas, onde deveriam inexistir cafezais, tudo isso com reflexos negativos para o sub-alimentado povo brasileiro. Não se erradicam cafeeiros anti-econômicos, nem faz a diversificação agrícola” (MOTTA SOBRINHO, 1978, p. 117). Na verdade, o Convênio de Taubaté produziu efeitos negativos para a implantação de um parque industrial no Brasil, pois, incentivou a maior produção do café e prolongou seu ciclo por mais duas décadas. A falência da cafeicultura nas demais cidades do Vale do Paraíba ocorrerá somente com a Crise de 1929.

De acordo com Ricci (2006, p. 38), “Bananal e Areias, tiveram sua produção acentuadamente reduzida, chegando ao ano de 1935 com uma redução de 97,5% e de 86,4%, respectivamente, comparado ao ano de 1854”. Fato este que vai ao encontro daquilo que foi escrito por Monteiro Lobato no conto Cidades Mortas.

Motta Sobrinho (1978) explica que as antigas famílias detentoras das fazendas de café deixaram a região com destino à capital paulista, outras preferiram a capital federal. As terras, que cada vez mais perdiam seu valor econômico, foram compradas por pecuaristas de leite e de corte. Dando uma nova configuração geopolítica à região do Vale do Paraíba paulista.

A plantação do café não foi diferente dos demais produtos agrícolas cultivados no nosso país, sua produção foi realizada de forma exploratória. Assim, a terra, mais uma vez, foi rapidamente deteriorada. Pois, o café necessita de pelo menos quatro anos para começar a dar frutos. Contudo, quando o plantio é realizado de maneira adequada, a terra frutifica, pelo menos, durante meio século.

De acordo com a literatura abordada, a produção de café foi beneficiada pela infraestrutura que havia sido montada pelo ciclo do açúcar. Por exemplo, com a utilização de engenhos e a mão de obra escrava. No entanto, o modelo escravista torna-se um problema a partir de 1850, com a proibição do tráfico de escravos. Posteriormente, em 1888, com a implantação da Lei Áurea foram prejudicados tanto fazendeiros quanto escravos. Pois, estes passaram da noite para o dia à condição de desempregados, sem teto e sem qualificação profissional.

A chegada da ferrovia marcou o início da transferência da produção de café para a região oeste do estado de São Paulo. Segundo Ricci (2006), os custos de transporte e com a tropa representava cerca de 50% do valor da carga.

Desse modo, conclui-se que a riqueza produzida pelo café não foi suficiente para colocar a microrregião de Bananal na rota do crescimento econômico. Ao contrário, esses municípios tiveram sua economia, no primeiro momento estagnada e, posteriormente, em declínio.

## **4.2 A Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte**

A RMVale é uma das 15 mesorregiões pertencentes ao estado de São Paulo. De acordo com o IBGE, essa região metropolitana abrange uma área de 16.268 km<sup>2</sup>, constituída por seis microrregiões, totalizando 39 municípios. A divisão das microrregiões, segundo Vieira (2009, p. 132) utiliza o conceito de regiões homogêneas e a divisão das mesorregiões segue os padrões definidos pela teoria regional de planejamento.

Segundo Silva (2005, p. 24), o pensamento de François Perroux a respeito de espaços econômico e geográfico torna-se um argumento plausível para explicar o crescimento desigual no Vale do Paraíba paulista.

A transformação do Vale paulista em região metropolitana é explicada pelo conceito de espaço econômico polarizado de Perroux. Pois, a cidade de São José dos Campos atua

como polo industrial, comercial e de serviços. Enquanto, os demais municípios ficam subordinados às atividades menos especializadas. O que acarreta em menor arrecadação aos cofres públicos das cidades pequenas, pois não são capazes de oferecer produtos e serviços especializados. Esses municípios estão mais propensos a apresentar deficiências de infraestrutura e de serviços públicos, constituem exemplo típico de marginalidade (CLEMENTE; HIGACHI, 2000, p. 15).



Figura 2 – Mapa com as microrregiões<sup>7</sup> da RMVale  
Fonte: VIEIRA (2009)

A RMVale é considerada uma das principais regiões de desenvolvimento do estado de São Paulo. O crescimento econômico e industrial da região ocorreu a partir da década de 1930, devido à crise de 1929 e as dificuldades de importação de equipamentos e materiais causados pela Segunda Guerra Mundial. Esse fenômeno ficou conhecido como ‘choques externos’.

A região está localizada entre as duas maiores metrópoles do país, Rio de Janeiro e São Paulo. De acordo com Ricci (2006, p. 151), a localização geográfica é um importante aspecto para o desenvolvimento industrial. Fato que explica a instalação de empresas nos municípios próximos à cidade de São Paulo. Para o pesquisador, o desenvolvimento industrial

<sup>7</sup> Divisão de microrregião determinado pelo IBGE, com base em critérios de homogeneidade em relação às paisagens natural, cultural e socioeconômica.

da região está associado à proximidade com a capital paulista, maior centro dinamizador do país. Outra importante característica é o fato de que seus principais municípios estão situados às margens da principal rodovia brasileira, a Presidente Dutra.

Vieira (2009, p. 83) afirma que a industrialização do Vale do Paraíba esteve ligada a política de “reestruturação da metrópole paulista, com a redução da atividade industrial e aumento dos serviços e comércio, provocou a formação de eixos de desconcentração industrial que acompanhou as grandes rodovias”, dentre elas a Dutra. Vieira (2009) comenta que esse deslocamento da indústria paulista foi influenciado por incentivos governamentais, dentre os quais destaca-se a refinaria de petróleo em São José dos Campos.

As cidades que participaram do ciclo do café foram beneficiadas de uma infraestrutura já existente, além de mão de obra, meios de transporte e acumulação de capital, segundo Ricci (2006). A região foi afetada positivamente por “esses fatores que foram determinantes na instalação de várias unidades industriais do setor têxtil da região do Vale do Paraíba Paulista, tornando-a um centro de produção têxtil ao final da República Velha” (RICCI, 2006, p. 28). Na visão do pesquisador, o desenvolvimento do setor têxtil na região ocorreu de maneira pontual e heterogênea.

Entretanto, Silva (2005, p. 41) analisa que o ciclo da economia cafeeira no Vale paulista “trouxe consigo uma diversificação da economia agrária e da economia urbano-industrial, e revelou-se múltiplas faces das disparidades inter-regional e intra-regional”.

No atual contexto teórico, a RMVale deve ser vista como um complexo industrial automobilístico, situado em São José dos Campos e Taubaté:

por se tratar de atividades interdependentes – montadoras e autopeças – em que as montadoras refletiriam uma indústria motriz, cuja distribuição geográfica dos efeitos de encadeamento, mais recentemente, abrangeria as cidades de São José dos Campos, Taubaté e Caçapava, como área de influência [...] o conceito de pólo de crescimento, baseado apenas na noção de espaço, explica, prioritariamente, de que modo as atividades econômicas se organizam sobre o espaço geográfico. Uma análise mais profunda do conceito e de seus nexos levaria a um conjunto de políticas que não se resumiriam tão somente ao planejamento espacial (SILVA, 2005, p. 88-89)

O resultado desse processo foi o desequilíbrio da estrutura espacial, conseqüentemente o surgimento de clivagens regionais agudas, pois “o descompasso entre oferta e procura por tecnologias constitui um ponto de estrangulamento quando se propôs um planejamento de crescimento e de desenvolvimento de médio e longo prazo” (SILVA, 2005, p. 114).



Costa (2005) relata que na década de 1950, a região paulista do Vale do Paraíba foi beneficiada por investimentos público e privado. No entanto, esses recursos ficaram restritos a apenas dois municípios: São José dos Campos e Taubaté. A primeira cidade foi responsável pela implantação das seguintes empresas: Rhodia (1946), Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) (1950), Johnson & Johnson (1953), Ericsson (1954) e a Tecelagem e Fiação Kanebo (1956). O município de Taubaté, em 1954, recebeu a Indústria Química de Taubaté (IQT). A concentração dessas empresas em apenas duas cidades já indicava uma tendência de esquecimento dos municípios situados fora do eixo Rio-São Paulo, neste caso a microrregião de Bananal.

A proposta do governo do estado em transformar o município de São José dos Campos em polo de desenvolvimento tinha como objetivo manter a capital paulista como locomotiva econômica do país. No período que compreende o final da década de 1960 até o início dos anos de 1980, a capital paulista sofria com o fenômeno de deseconomia de escala devido ao crescimento populacional, problemas ambientais e de transporte (VIEIRA, 2009). Por sua vez, a interiorização da industrialização era incentivada com “a criação de centros tecnológicos, como Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE / Centro Técnico Aeroespacial – CTA, e investimentos das grandes estatais no interior do estado, como Petrobrás e Embraer (VIEIRA, 2009, p. 83).

Segundo Silva (2005, p. 130), a falta de equilíbrio é representada pela ampliação das desigualdades intra regional “entre as quais as de especialização e de reestruturação. Estas medidas, no âmbito do Vale do Paraíba, enveredaram para a confirmação de uma visão divergente no comportamento do desenvolvimento econômico local”.

“Nas pequenas cidades, são poucos os efeitos positivos da industrialização. As cidades vizinhas, além de perderem a parte mais importante da sua força de trabalho, continuaram com uma economia de subsistência” (VIEIRA, 2009, p. 103). O resultado desse crescimento desordenado acarretou na concentração do meio inovador em São José dos Campos e Taubaté, determinante para ampliação das desigualdades entre os municípios da RMVale.

### 4.2.1 São José do Barreiro

O município de São José do Barreiro está localizado na microrregião de Bananal<sup>8</sup>, considerada a mais pobre da RMVale. Até hoje, a cidade é caracterizada pela forte presença da atividade agrícola de subsistência. Vieira (2009, p. 134), em sua tese, faz referência à obra “Cidades Mortas” de Monteiro Lobato para contextualizar a decadência dos municípios situados nessa microrregião após o ciclo do café. Além disso, o pesquisador aponta a construção da Rodovia Presidente Dutra, em 1951, como fator prejudicial ao crescimento econômico da cidade.

De acordo com Silva (2005), a estagnação econômica da microrregião de Bananal teve influência devido a sua proximidade territorial com a capital federal da época. “Este relacionamento estreito com o Rio de Janeiro tornou a região mais vulnerável às vicissitudes e performance econômica daquela metrópole do que com relação à metrópole paulista” (SILVA, 2005, p. 17). Afastada do dinamismo propiciado pela maior capital brasileira.

Vieira (2009) faz uma reflexão sobre os efeitos da industrialização no Vale do Paraíba paulista:

A industrialização do Vale do Paraíba paulista foi acelerada em algumas poucas cidades que apresentaram um elevado crescimento econômico, principalmente entre 1960 e 1980. Com isso, houve um intenso fluxo migratório das cidades pobres em direção às ricas, o que agravou os problemas socioeconômicos regionais. A atividade industrial atraiu para as grandes cidades da região os problemas urbanos comuns às grandes metrópoles. Já nas pequenas cidades, poucos são os efeitos positivos da industrialização, pois, além de perderem a parte mais importante da sua força de trabalho, elas continuaram com uma economia de subsistência (VIEIRA, 2009, p. 105)

A decadência do café teve como consequência a degradação da Estrada de Ferro Resende-Bocaina que corta São José do Barreiro. No entanto, no ano de 1928, o então presidente da República, Washington Luís, inaugurou uma estrada que ligava as cidades de São Paulo ao Rio de Janeiro e que passava por dentro dos municípios da microrregião de Bananal, o que manteve parcialmente a economia da região. Por isso, o trecho que corta o Vale Histórico ficou conhecido como ‘Estrada dos Tropeiros’(SP-68). Porém, com a inauguração da Rodovia Presidente Dutra (BR-116) em 19 de janeiro de 1951 houve o

---

<sup>8</sup> Segundo dados do IBGE (2014), a microrregião de Bananal é constituída pelos municípios de Arapeí, Areias, Bananal, São José do Barreiro e Silveiras.

deslocamento da rota do comércio, determinando o esvaziamento econômico do Fundo do Vale.

Os municípios pertencentes à microrregião de Bananal, segundo Ricci (2006, p. 39), prosperaram economicamente no período auge do café. O Vale do Paraíba paulista, durante o século XIX e início do século XX, foi caracterizado pela monocultura cafeeira e mão de obra escrava. A produção do ouro negro no Vale estava associada à capital federal da época, o Rio de Janeiro. Mesmo em condições desfavoráveis, a região manteve a monocultura da *commodity*. Fato este, que dificultou o processo de diversificação e modernização da agricultura e, conseqüentemente, inviabilizou o surgimento de novas oportunidades.

O arraial de São José do Barreiro foi fundado em 1820 por bandeirantes que cruzavam a Serra da Mantiqueira em direção ao porto de Mambucaba (Angra dos Reis-RJ). Em 9 de março de 1859 o povoado foi elevado a categoria de vila e em 10 de março de 1885 passou para a condição de cidade (IBGE, 2014).

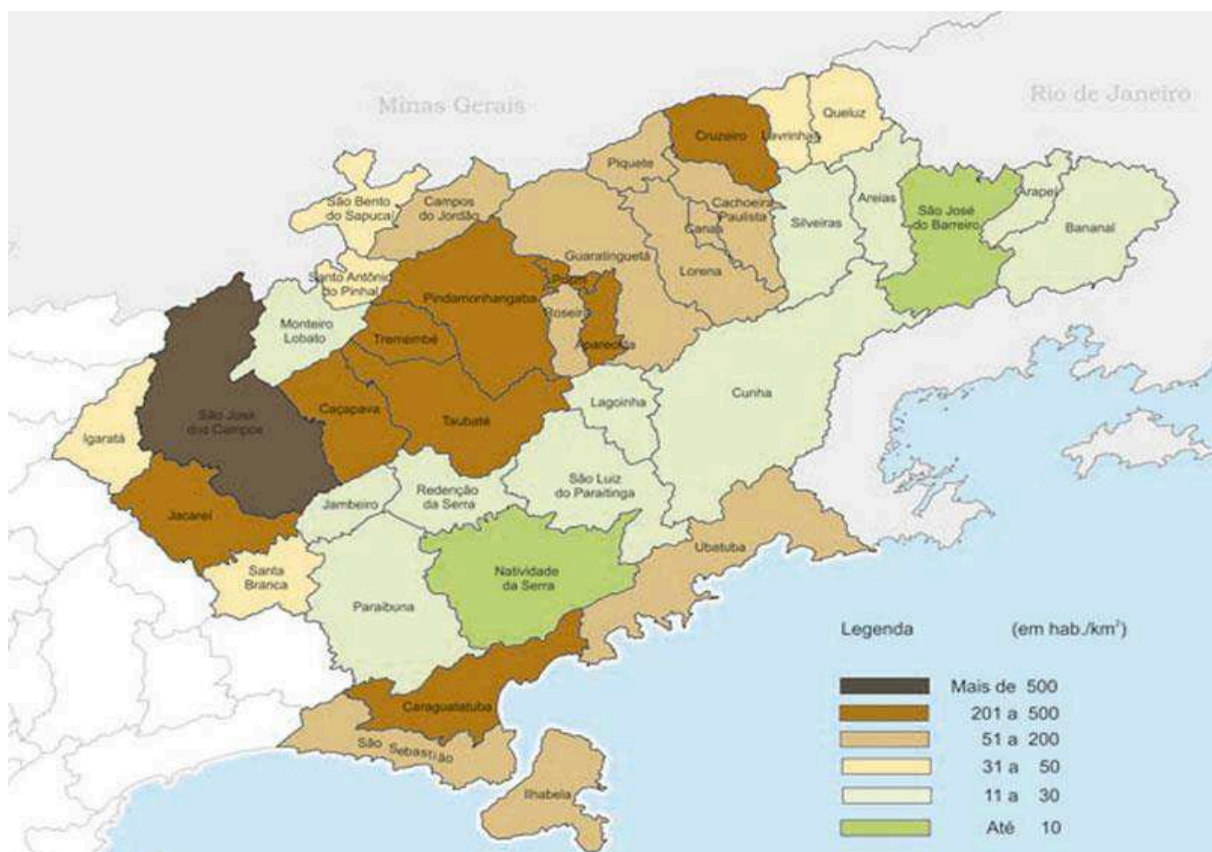


Figura 3 – Mapa com os municípios da RMVale  
Fonte: GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (2014)

Um de seus principais pontos turísticos é a Fazenda Pau d'Alho, tombada como patrimônio histórico pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico,

Artístico e Turístico (Condephaat) do estado de São Paulo. De acordo com informações da Secretaria da Cultura (2014), a fazenda foi construída em 1818 pelo coronel João Ferreira de Souza. Em 1822, a fazenda recebeu a visita do então príncipe regente D. Pedro e, em 1836, a Fazenda Pau d'Alho contava com cerca de 150 escravos para a produção de café. Atualmente, a fazenda está fechada para visitação. Outro bem tombado pelo Condephaat em São José do Barreiro é o Cemitério dos Escravos que “tem sua importância aumentada pela conservação do seu sítio e sua ambientação paisagística, implantada em terreno elevado” (SECRETARIA DA CULTURA, 2014).

Segundo Cunha e Cunha (2005, p. 78), “o turismo assume papel de destaque como estratégia de desenvolvimento local. Mesmo com o potencial de desenvolvimento em todas as escalas, o papel relevante na definição de políticas públicas de caráter intervencionista”. O turismo rural ou de aventura apresenta-se como atividade econômica com potencial para ser explorado, mas que necessita de maior apoio de órgãos municipal e estadual no investimento em infraestrutura.

São José do Barreiro também conta com o Parque Nacional da Serra da Bocaina, onde encontram-se diversas cachoeiras, além de raras espécies da fauna e da flora brasileira. Para que esse segmento possa se fortalecer é necessário que o município tenha uma secretaria de turismo estruturada para assistir os visitantes e instruir a população local na preservação de manifestações culturais locais. A atividade econômica pautada pelo turismo é mais uma opção ao município devido aos seus atrativos naturais e históricos (ICMBIO, 2015). Nesse caso, verifica-se um elo entre o desenvolvimento da atividade turística e o fortalecimento da economia solidária, pois o turismo é responsável pela comercialização de produtos locais. Um possível aumento da demanda impacta diretamente na necessidade de um número maior de mão de obra, direta e indiretamente, pressupõem a geração de renda.

#### **4.2.2 Economia e variação populacional em São José do Barreiro**

A população estimada para São José do Barreiro em 2014 está em 4.188 habitantes, segundo dados do IBGE. Em 1999, o município registrou PIB de R\$10,54 milhões; em 2011, esse valor saltou para R\$48,39 milhões. Nesse período o PIB municipal teve crescimento de 359%. Apesar do resultado ser aparentemente expressivo, quando comparado ao PIB regional, esse número torna-se insignificante. Em 1999, o PIB de São José do Barreiro representava

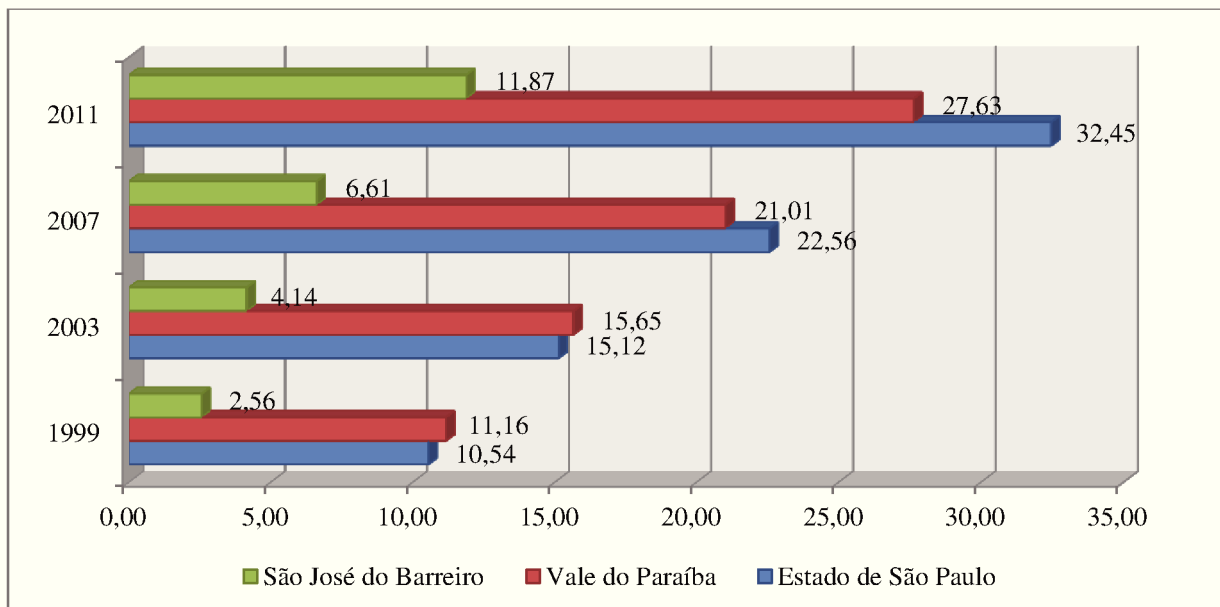
0,048% do PIB do Vale do Paraíba. Em 2011, esse percentual subiu para 0,077%. A tabela 4, apresenta uma comparação dos PIBs, em números absolutos.

**Tabela<sup>9</sup> 4 – Evolução do PIB<sup>10</sup> no estado de São Paulo, no Vale do Paraíba paulista e em São José do Barreiro entre os anos de 1999 e 2011 (em milhões de reais correntes)**

	1999	2003	2007	2011	Varição 1999/2011
Estado de São Paulo	383.249,57	579.846,92	902.784,27	1.349.465,14	252%
Vale do Paraíba	21.759,52	32.482,10	45.876,24	63.150,52	190%
São José do Barreiro	10,54	17,11	27,21	48,39	359%

Fonte: adaptado de Seade (2014)

Com relação ao PIB per capita, é possível observar por meio do gráfico 2, que quando comparado Estado, região e município, percebe-se que São José do Barreiro possui o menor valor. Em 1999, seu PIB per capita era de R\$2.560,90 e em 2011, o rendimento passou para R\$11.871,08. No intervalo de 12 anos, a cidade apresentou crescimento de 363,70%. Percentual superior àquele que foi alcançado tanto pelo Estado (207,80%) quanto pela região (147,54%), no mesmo período.



**Gráfico 2 – Comparação entre o crescimento do PIB per capita<sup>11</sup> de São José do Barreiro, Vale do Paraíba paulista e o estado de São Paulo entre 1999 e 2011 (em mil reais correntes)**

Fonte: adaptado de IBGE/Seade (2014)

<sup>9</sup> Os anos selecionados na Tabela 3 e no Gráfico 1 foram definidos por meio de viés político: 1999, segundo governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB); 2003, primeiro governo Lula (PT); 2007, segundo governo Lula (PT); 2011, primeiro governo Dilma Rousseff (PT).

<sup>10</sup> De acordo com a Fundação Seade (2014), o PIB representa o total de bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras, ou seja, a soma dos valores adicionados acrescida dos impostos.

<sup>11</sup> Total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras, ou seja, a soma dos valores adicionados acrescida dos impostos, dividido pela população da respectiva agregação geográfica.

Esse crescimento na renda per capita do município é justificado pela ampliação do número de beneficiários e o aumento do recurso destinado aos programas sociais do governo federal, entre 2003 e 2011. Além de políticas macroeconômicas voltadas para o crescimento real do salário mínimo e controle da inflação, que impactaram no aumento do poder de compra do brasileiro.

Pochmann (2012) salienta que a sociedade brasileira está sofrendo alterações na sua estrutura produtiva. “Juntamente com as políticas de apoio às rendas na base da pirâmide social brasileira, como elevação do valor real do salário mínimo e massificação da transferência de renda, houve fortalecimento das classes populares assentadas no trabalho” (POCHMANN, 2012, p. 10). Porém, essa modificação não resulta na emergência de uma nova classe média. Assim denominada para atenderem desejos mercantis das grandes corporações, em defesa do consumismo. O que ocorreu no país foi a geração de empregos de baixa remuneração resultante das políticas econômicas neoliberais em décadas anteriores.

Segundo Silva (2005, p. 130), o crescimento econômico no Vale do Paraíba ocorreu de maneira desequilibrada, contribuindo para a evolução das disparidades socioeconômicas e tecnológicas. O autor explica que esse desequilíbrio foi ocasionado devido à diversidade espacial, que abrange fatores profissionais e sociais.

De acordo com relatório do Portal Acompanhamento Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), no ano 2000, São José do Barreiro tinha 30,1% da população que sobrevivia com renda domiciliar per capita inferior a R\$140,00. Em 2010, esse percentual foi reduzido em 21,6%. Porém, 23,6% da população (cerca de 950 pessoas) ainda estão situadas abaixo da linha da pobreza. No estado de São Paulo, a proporção de habitantes com renda per capita inferior a R\$140,00 era de 10,5% em 2000 e caiu para 6% no ano de 2010, redução de 42,86%. Para calcular o número de habitantes que se encontra abaixo da linha da pobreza, o IBGE somou a renda de todas as pessoas do domicílio e dividiu pelo número de moradores. Foram considerados abaixo da linha da pobreza aqueles que possuem renda per capita de até R\$140,00 e no caso de indigência, valores inferiores a R\$70,00.

“Percebe-se que o Brasil tem conseguido combinar no período recente a maior ampliação da renda *per capita* com a redução no grau de desigualdade na distribuição pessoal da renda do trabalho” (POCHMANN, 2012, p. 21). Em âmbito nacional, a recente expansão das vagas de salário de base tem obtido êxito na incorporação da parcela considerável de trabalhadores na base da pirâmide social. Contudo, esse tipo de política ainda não conseguiu resolver os problemas de geração de empregos nos pequenos municípios. Justificando o

debate sobre a implantação de projetos de economia solidária em São José do Barreiro e adjacências.

De acordo com a tabela 5, o estado de São Paulo, entre os anos de 1980 e 2012, teve crescimento populacional de 68%. A mesma tendência foi verificada no Vale do Paraíba paulista, que obteve aumento de 90% na população. No entanto, São José do Barreiro, ao longo dessas três décadas, manteve praticamente estável seu número de habitantes, com variação positiva de 0,8%. Contudo, quando a análise é realizada de forma segmentada verifica-se que entre 1980 e 1990, o município teve uma taxa média de crescimento anual de -2,33%. De 1990 a 2000, foi o único período que São José do Barreiro apresentou taxa positiva de 4,94%. No terceiro período, entre 2000 e 2010, o resultado foi de -1,52% e, na fração de 2010 a 2012, o percentual alcançado foi de -0,10%.

**Tabela 5 – Crescimento populacional das localidades selecionadas entre 1980 a 2012**

	1980	1990	2000	2010	2012
Estado de São Paulo	24.953.238	30.783.108	36.974.378	41.223.683	41.939.997
Vale do Paraíba	1.215.549	1.598.614	1.988.498	2.262.135	2.309.772
São José do Barreiro	4.040	3.946	4.141	4.078	4.074

Fonte: adaptado de IBGE/Seade (2014)

Segundo dados do PNUD (2013), a taxa de envelhecimento<sup>12</sup> do município em 1991, estava em 5,90%. No ano 2000, esse percentual subiu para 8,09% e, em 2010, o resultado foi de 9,76%. Essa reta ascendente justifica a estagnação econômica de São José do Barreiro. A cidade é incapaz de reter sua própria mão de obra qualificada e, tão pouco consegue atrair profissionais capacitados.

A análise da variação demográfica é uma ferramenta importante para a pesquisa, pois permite verificar qual a situação econômica do município. No caso de crescimento econômico, observa-se que há um aumento no número de habitantes. Pessoas que migram de uma localidade para outra em busca de oportunidades de emprego. Já no caso de estagnação econômica, a população tende a evadir-se da cidade devido à falta de perspectiva. Consequentemente, os jovens talentos acabam sendo transferidos para os centros urbanos, retornando a sua cidade natal somente após conquistarem a aposentadoria. Assim, perpetuam a defasagem na mão de obra qualificada e a falta de serviços especializados.

<sup>12</sup> Razão entre a população de 65 anos ou mais de idade em relação à população total.

### 4.2.3 Programas de transferência direta de renda: Bolsa Família e BPC

O Programa Bolsa Família (PBF), inaugurado no final de 2003, é um programa de transferência direta de renda condicional do Governo Federal. No início de suas atividades, o PBF contava com a presença de 5.563 municípios, atendendo cerca de 3,6 milhões de famílias, com orçamento mensal de R\$570 milhões. Em 2013, o número de famílias beneficiadas saltou para 14,1 milhões e orçamento anual de R\$20,6 bilhões. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), mais de 50 milhões de pessoas são atendidas pelo Bolsa Família, média de um em cada quatro brasileiros.

O desenvolvimento do programa foi dado a partir da unificação de vários programas assistenciais herdados da administração Fernando Henrique Cardoso. O objetivo desse tipo de programa é combater a fome, a pobreza e as desigualdades em famílias situadas na linha de pobreza e extrema pobreza.

Em 2004, de acordo com informações do gráfico 3, o município de São José do Barreiro tinha 162 famílias beneficiadas pelo Bolsa Família. Em 2012, esse número passou para 445, crescimento de 175%. Desde o início do programa, todos os anos apresentaram aumento no número de famílias beneficiadas. A única exceção foi o biênio 2007/2008 em que os números ficaram estáveis.

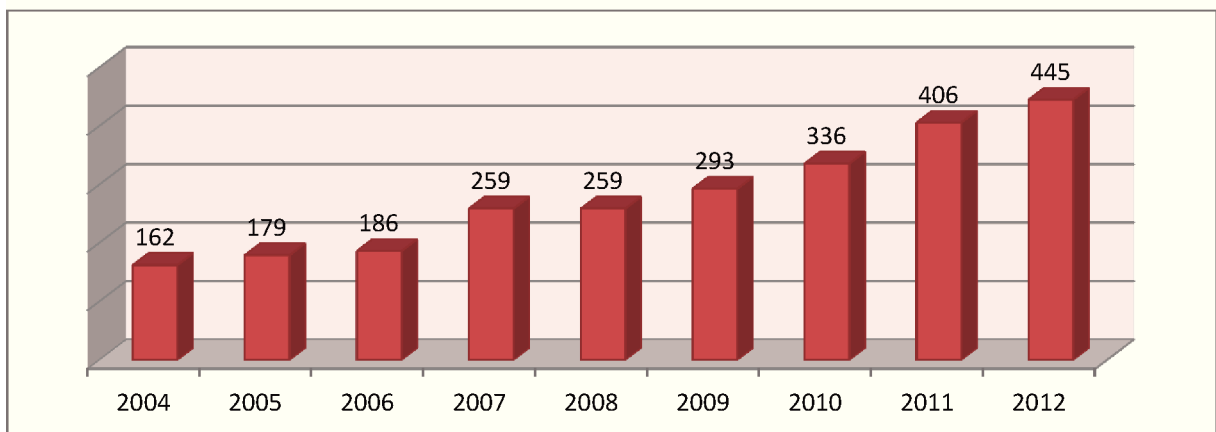


Gráfico 3 – Evolução no número de famílias beneficiadas pelo PBF<sup>13</sup> em São José do Barreiro (2004/2012)  
Fonte: adaptado de Ipeadata (2014)

De acordo com o gráfico 4, em 2004, o Vale do Paraíba paulista contava com 30.656 famílias beneficiadas pelo Bolsa Família. Em 2012, esse número saltou para 81.632, variação positiva de 166,28%. O único período em que foi constatado redução no número de beneficiados foi no biênio 2007/2008, com queda de 10,59%.

<sup>13</sup> O número de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família refere-se ao mês de dezembro de cada ano.



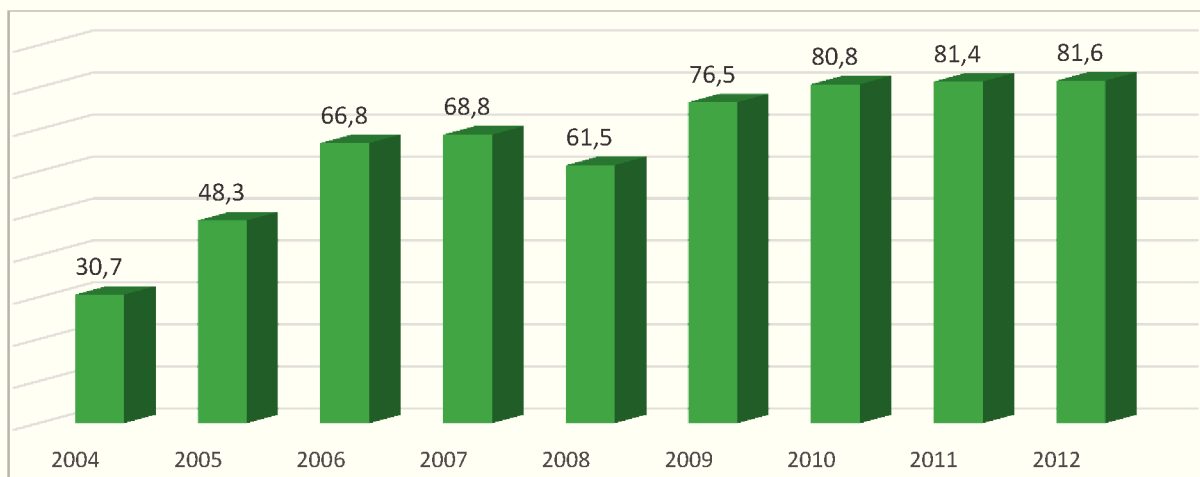


Gráfico 4 – Famílias beneficiadas pelo PBF no Vale do Paraíba paulista de 2004 a 2012 (por mil)  
Fonte: adaptado de Ipeadata (2014)

No gráfico 5, é possível observar que no estado de São Paulo, em 2004, haviam 657.099 famílias atendidas pelo Bolsa Família. No período 2004/2012, verificou-se crescimento de 90,88%. Resultado inferior ao que foi apresentado tanto pela região (166,28%) quanto por São José do Barreiro (175%). O biênio 2007/2008 pode ser considerado como um período atípico nesse recorte histórico, pois ficou estável na análise municipal e nas esferas regional e estadual apresentou queda no resultado.

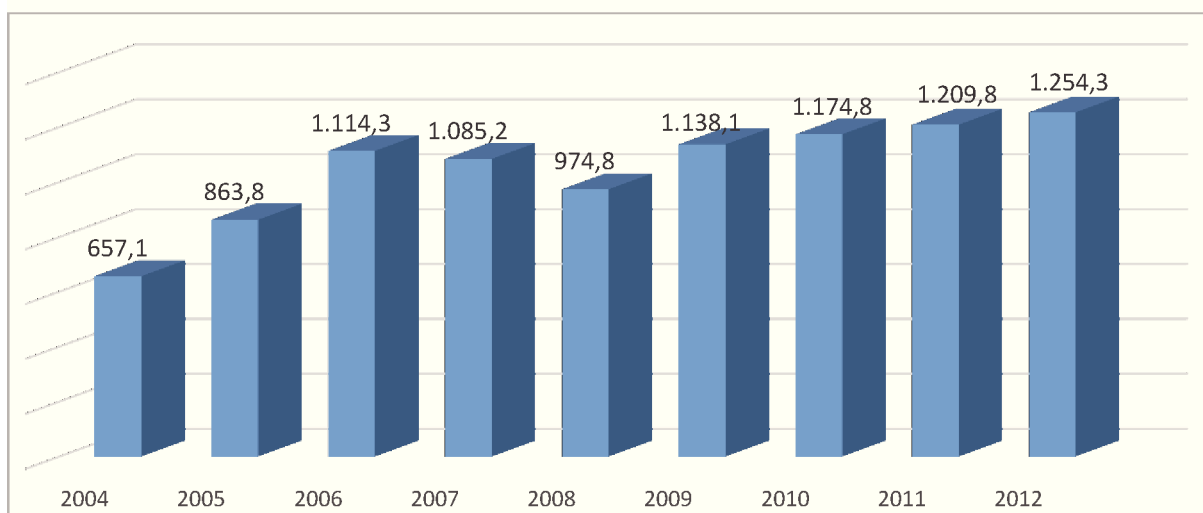


Gráfico 5 – Famílias beneficiadas pelo PBF no estado de São Paulo de 2004 a 2012 (por mil)  
Fonte: adaptado de Ipeadata (2014)

O combate à miséria é realizado por meio de transferência financeira direta associada à garantia de acesso aos direitos básicos, como saúde, educação e alimentação. O Bolsa Família está vinculado ao MDS e conta com verba definida pela Lei 10.836/04. As informações cadastrais são mantidas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

União, estados e municípios são corresponsáveis pela gestão do programa. A avaliação para concessão do benefício fica a cargo do Governo Municipal. Já o pagamento é de responsabilidade da Caixa Econômica Federal (CEF).

Para ter direito ao benefício, além do critério de baixíssima renda, o beneficiário deve cumprir exigências relacionadas às áreas de educação e saúde. Comprovar a frequência escolar e a vacinação das crianças, acompanhamento pré e pós-natal de gestantes e nutrízes.

No gráfico 6, é possível observar que, de 2004 até 2012, ocorreu aumento no valor repassado pelo PBF ao município de São José do Barreiro, nesse período o crescimento foi de 474%. Exceto no ano de 2006, que apresentou redução de R\$1.270. Em 2007, o repasse voltou a crescer e chegou a R\$15.798; aumento de 60% em relação ao ano anterior.

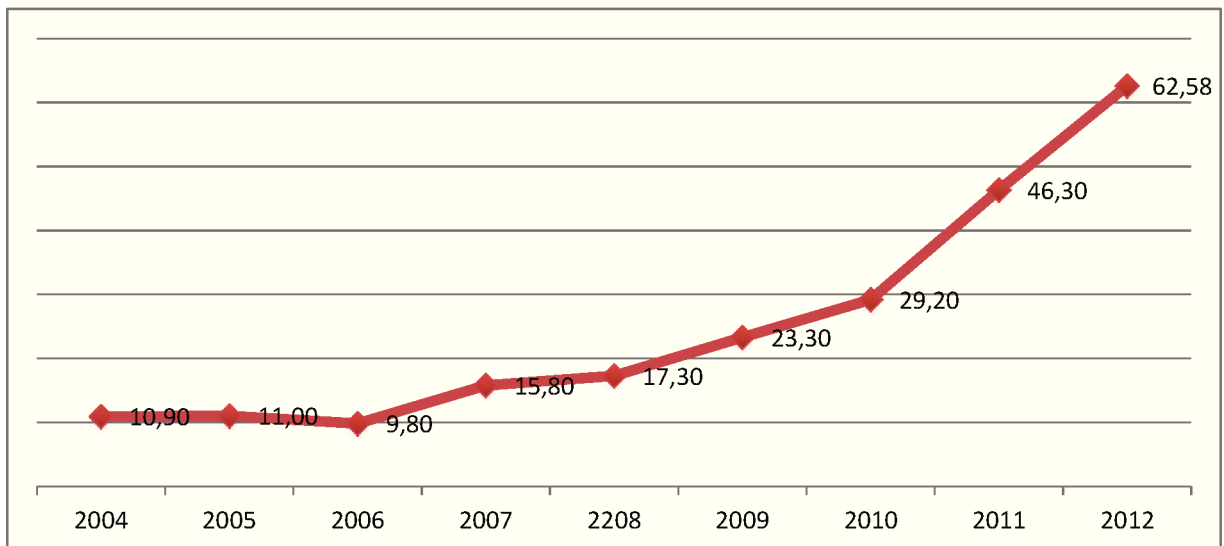


Gráfico 6 – Valor nominal total das transferências do Bolsa Família em dezembro de cada ano no município de São José do Barreiro (em mil correntes reais)

Fonte: adaptado de Ipeadata (2014)

Em 2004, as famílias beneficiadas pelo programa recebiam em média R\$67; em 2012, o valor médio passou para R\$140, crescimento de 108,96%. Contudo, verifica-se que ainda é um valor extremamente baixo para que uma família possa viver apenas dessa transferência de renda. Esse resultado vai de encontro às informações que colocam o programa como um estímulo à preguiça.

O Benefício de Prestação Continuada<sup>14</sup> (BPC), segundo informações do MDS, é um benefício individual e intransferível. O BPC garante uma aposentadoria de um salário mínimo à pessoa com deficiência (de qualquer idade) e ao idoso (a partir de 65 anos),

<sup>14</sup> Segundo o Ipeadata, desde 1996, o BPC vem substituindo progressivamente a Renda Mensal Vitalícia (RMV), criada em 1974. Esse benefício era concedido às pessoas idosas ou inválidas que apresentassem 12 meses de contribuição previdenciária.

independentemente de ter contribuído com a Previdência Social. Para ter direito ao benefício é preciso comprovar que a renda familiar<sup>15</sup> mensal per capita seja inferior a um quarto do salário mínimo vigente.

De acordo com a tabela 6, em 2004, o município de São José do Barreiro tinha 119 pessoas beneficiadas pelo BPC. Em 2012, esse número passou para 185, crescimento de 55,46%. Dentro do recorte histórico, somente em 2005 foi constatado queda de 0,84% no número de beneficiados. Com relação ao valor do repasse, entre 2004 e 2012, foi registrado variação positiva de 268,50%; crescimento médio anual de 33,56%.

**Tabela 6 – Evolução do BPC em São José do Barreiro entre os anos 2004 e 2012**

Ano	Número de benefícios			Valor <sup>16</sup> total dos benefícios (em reais correntes)		
	Deficientes	Idosos	Total	Deficientes	Idosos	Total
2004	26	93	119	6.786	24.272	31.058
2005	25	93	118	7.529	28.006	35.535
2006	30	103	133	10.189	36.187	46.376
2007	43	116	159	16.020	44.247	60.268
2008	43	121	164	17.431	50.215	67.646
2009	44	124	168	19.996	57.660	77.656
2010	49	125	174	24.480	63.750	88.230
2011	55	122	177	29.431	66.490	95.921
2012	62	123	185	37.943	76.506	114.449

Fonte: adaptado de Ipeadata (2014)

Britto, Medeiros e Soares (2007) afirmam que o BPC é alvo de críticas relacionadas à existência de beneficiários com renda per capita familiar acima do limite definido no programa por meio de ações judiciais:

o pressuposto constitucional do BPC baseia-se em princípios gerais sobre o necessário para a subsistência. A definição dos critérios operacionais de elegibilidade é feita por leis ordinárias e por normas do Executivo, algumas delas questionadas com sucesso, por ações judiciais que inovam ou atualizam a interpretação da Constituição. As contestações mais típicas elevam o limite de corte de um quarto a meio salário, por considerar este último um patamar de pobreza socialmente reconhecido (BRITTO, MEDEIROS, SOARES, 2007, p. 10).

Segundo o MDS, em 2012, o BPC atendeu cerca de 3,6 milhões de pessoas em todo Brasil, sendo 1,9 milhão de beneficiários com deficiência e 1,7 milhão de idosos. Já o cenário

<sup>15</sup> O conceito de família para o BPC, de acordo com o INSS, está limitado ao conjunto de familiares autorizados a receber pensões em caso de falecimento do beneficiário da seguridade. Sendo pais, esposo ou companheiro e filhos ou irmãos de 21 anos ou inválidos, desde que viviam em coabitação.

<sup>16</sup> A série apresenta o valor nominal total das transferências do programa em dezembro de cada ano (IPEADATA, 2014)

apresentado pelo município de São José do Barreiro é o inverso, com 69% do benefício concedido aos idosos e 31% às pessoas com deficiência.

#### **4.2.4 Análise dos indicadores de qualidade de vida**

O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal foi desenvolvido pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, com o objetivo de avaliar o desempenho dos municípios brasileiros. Abrangendo as áreas de educação, saúde, emprego e renda a partir de informações oficiais disponibilizadas pelos Ministérios do Trabalho, Educação e Saúde.

O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o grau de desenvolvimento do município. A segmentação da pesquisa permite verificar qual a área com maior e menor desempenho. Dessa forma, facilita o desenvolvimento de projetos para superar os gargalos de desenvolvimento detectados. Também é possível determinar se uma eventual melhoria decorre da adoção de políticas específicas ou se o resultado obtido é reflexo da queda de outros municípios.

Em 2011, São José do Barreiro ficou na 2.312ª posição no *ranking* nacional do IFDM consolidado dentre os 5.565 municípios brasileiros. Na classificação estadual, o município aparece na posição de número 584 dentre as 645 cidades do estado de São Paulo.

Na última década, o IFDM de São José Barreiro teve alta oscilação no grau de desenvolvimento moderado (entre 0,6 e 0,8). Como observado no gráfico 7, com forte tendência para cair ao nível de desenvolvimento regular (entre 0,4 e 0,6). A maior pontuação alcançada pelo município foi em 2011, quando chegou a 0,6601. No período de 2005 até 2011, foi registrado crescimento de 4,38%. Todavia, verifica-se que do ano de 2006 para 2007, o município apresentou queda de 9,33% no IFDM. Esse último ano, foi quando São José do Barreiro apresentou seu pior resultado (0,5804) na série histórica apresentada pelo IFDM. Em 2008, São José do Barreiro apresentou crescimento de 13,63% em relação ao ano anterior. Nos anos seguinte 2009 e 2010, o índice retomou a trajetória de queda com notas 0,6382 e 0,6015; respectivamente (o resultado de 2010 quando comparado com 2008, representou um retrocesso de 8,79%).

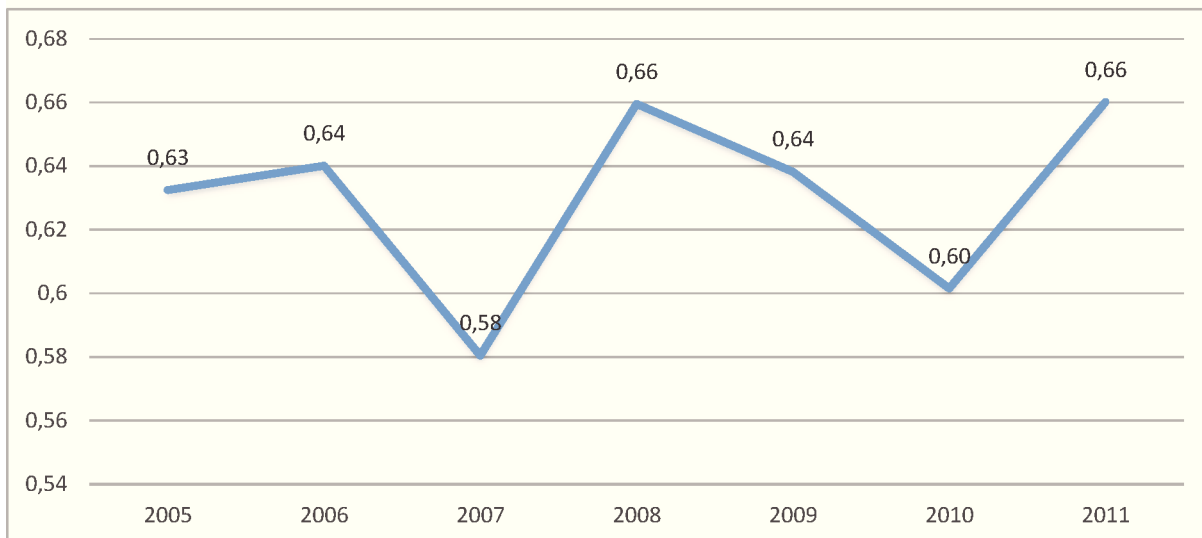


Gráfico 7 – Variação do IFDM em São José do Barreiro entre 2005 e 2011

Fonte: adaptado de IFDM (2014)

Para que a cidade obtenha alto grau de desenvolvimento é necessário que a nota seja maior do que 0,8. Nos critérios de avaliação, o município com nota inferior a 0,4 será considerado com baixo nível de desenvolvimento.

O gráfico 8, traz em detalhe as notas obtidas por São José do Barreiro referente ao IFDM segmentado, entre 2005 e 2011. Quando o Índice FIRJAN é analisado individualmente, observa-se que o ponto de estrangulamento do município está relacionado ao setor “Emprego e Renda”. Este segmento, entre os anos 2005 e 2011, obteve média anual de 0,3617 (baixo nível de desenvolvimento). Mesmo assim, durante esse período, a cidade obteve variação positiva de 8,98% devido a recuperação apresentada em 2011 (0,3861). Nesse segmento, a melhor nota obtida pelo município foi em 2008 (0,4505) e a pior, em 2007 (0,2161). Os anos seguintes 2009 e 2010 retomaram a sequência de queda com notas 0,4029 e 0,2720; respectivamente.

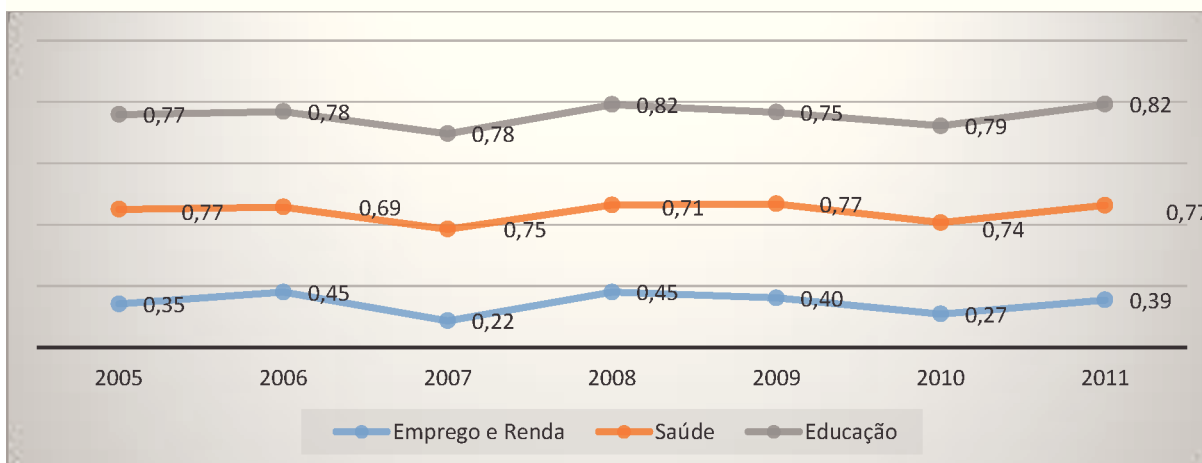


Gráfico 8 – Variação do IFDM segmentado em São José do Barreiro entre 2005 e 2011

Fonte: adaptado de IFDM (2014)

Na área da educação, a cidade conseguiu saltar do nível de desenvolvimento moderado (0,7727) para o patamar de alto grau de desenvolvimento (0,8231). No período de 2005 a 2011, o segmento educacional obteve crescimento de 6,52%.

O setor de saúde foi o único segmento que apresentou variação negativa (0,10%) no período. No primeiro ano de análise, em 2005, São José do Barreiro obteve nota 0,7727 e, em 2011, teve como resultado a nota 0,7709.

Os resultados indicam que São José do Barreiro encontra dificuldades para se manter no estágio com desenvolvimento moderado. A situação crítica na geração de empregos formais impacta diretamente nos indicadores sociais do município.

Além do Índice FIRJAN há outras ferramentas que auxiliam na avaliação da qualidade de vida das cidades. Uma delas é o IDHM que aborda questões relacionadas à longevidade, educação e renda. A variação do índice segue o mesmo padrão do FIRJAN, de 0 a 1 e quanto mais próximo de 1 maior o desenvolvimento humano. Como pode ser observado na figura 4.

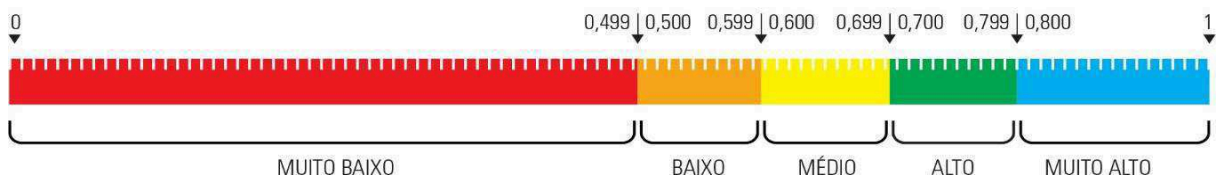


Figura 4 – Faixa de desenvolvimento humano municipal  
Fonte: IDHM (2013)

O IDHM busca a conscientização das pessoas sobre o conceito de desenvolvimento humano, não se limita ao crescimento econômico. A pesquisa é realizada por meio de questões relacionadas à expectativa de vida ao nascer, acesso ao conhecimento, escolaridade da população adulta, fluxo escolar da população jovem e o padrão de vida medido pela renda per capita. A base de dados utilizada são os Censos Demográficos do IBGE.

Em 2010, São José do Barreiro aparece na 2.332ª posição no *ranking* nacional do IDHM dentre todos os 5.565 municípios brasileiros. Consequentemente, 3.234 (58,11%) cidades estão em situação igual ou inferior a São José do Barreiro. Porém, quando analisado os 645 municípios do estado de São Paulo, São José do Barreiro aparece na 617ª posição, à frente apenas de outros 29 municípios (4,50%).

Como pode ser observado no gráfico 9, o IDHM de São José do Barreiro em 1991 era de 0,405 e no ano 2000 passou para 0,614; com taxa de crescimento de 51,60%. Entre os anos de 2000 a 2010, a taxa de crescimento foi de 11,40%. Em 2010, São José do Barreiro obteve nota 0,684; considerado como nível médio pelo IDHM.

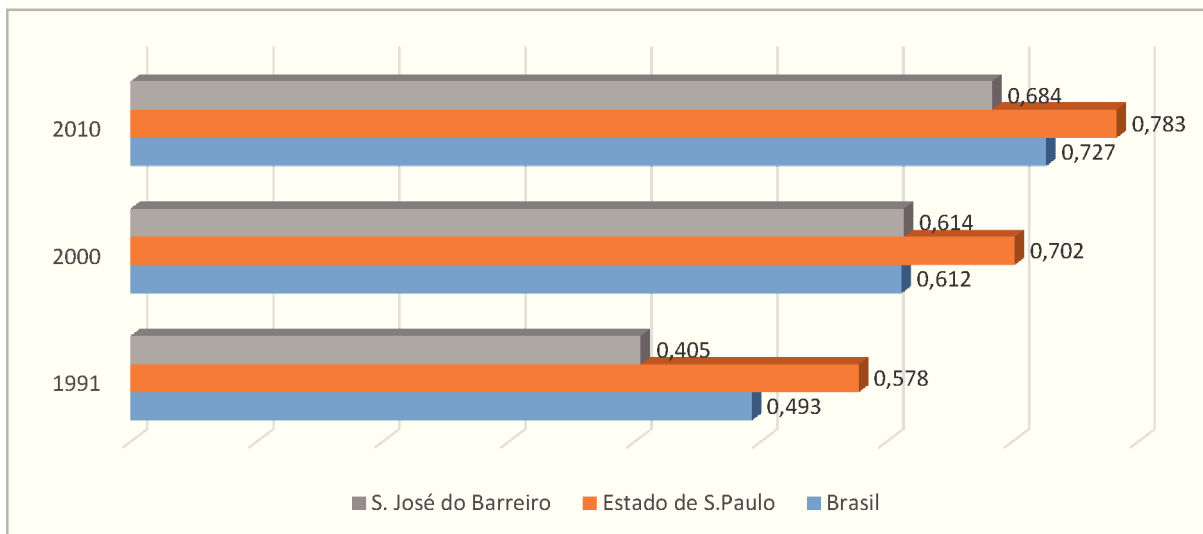


Gráfico 9 – Comparação entre os IDHM nacional, estadual e de São José do Barreiro  
Fonte: adaptado de IDHM (2013)

Ainda analisando o gráfico 9, verifica-se que nas três décadas, apesar de obter as menores notas, o município apresentou o maior crescimento (68,89%), seguido pela média nacional, com crescimento de 47,46% e, por último, mas com as maiores médias, o estado de São Paulo, com crescimento de 35,47%.

De acordo com o gráfico 10, o setor de educação apresentou o maior crescimento (253,89%) no período entre 1991 e 2010 dentre os três avaliados. Com relação ao fator longevidade, a variação foi de 18,17%. Já o quesito renda foi aquele que registrou o menor crescimento, com 14,83% (IDHM, 2104).

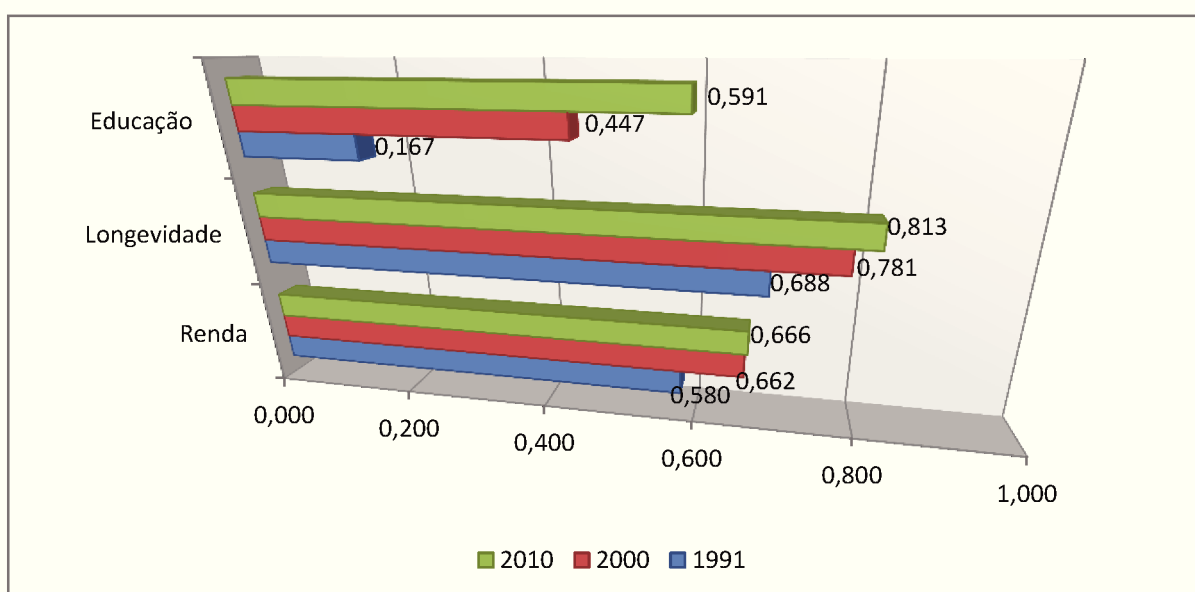


Gráfico 10 – Variação do IDHM em São José do Barreiro entre 1991 e 2010  
Fonte: adaptado de IDHM (2014)

Apesar de ter melhorado os indicadores de educação, como apontado pelos índices FIRJAN e IDHM, em 2013, São José do Barreiro ficou apenas na 3.129ª posição no *ranking* nacional do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica<sup>17</sup> (IDEB), que abrange os 5.565 municípios brasileiros. Na análise estadual, São José do Barreiro foi classificado em 596ª dentre as 645 cidades do estado de São Paulo. “Considerando o IDEB de 2.013, nos anos iniciais, somente 1.158 municípios brasileiros obtiveram nota acima de 6,0; a situação é ainda mais crítica quando se verificam os anos finais: apenas 23 municípios brasileiros conseguiram nota acima de 6,0” (ODM, 2014).

No gráfico 11, observa-se que entre os anos de 2005 e 2013, o município obteve crescimento de 23,08% na nota do IDEB nos anos iniciais. Quando analisado os anos finais, percebe-se maior oscilação e menor nota. No entanto, o crescimento desse setor foi de 25% no período pesquisado.

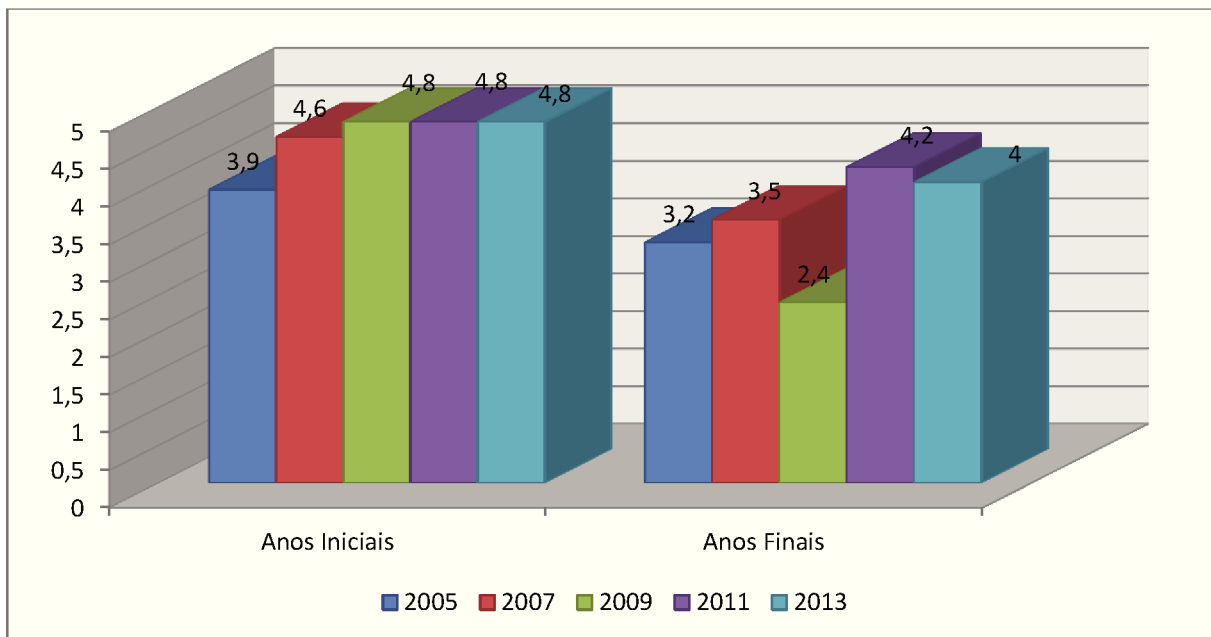


Gráfico 11 – Variação do IDEB em São José do Barreiro entre 2005 e 2013

Fonte: adaptado de MEC (2014)

Comparando a figura 5 com o gráfico 10, observa-se que todos os subíndices apresentados por São José do Barreiros são inferiores aqueles obtidos pela média nacional. A única exceção foi o critério longevidade nos anos de 1991 e 2000, em que a média do município ficou em 0,688 e 0,781; respectivamente. Enquanto a nacional foi de 0,662 e 0,727.

<sup>17</sup> O IDEB é um índice que combina o rendimento escolar às notas do exame Prova Brasil, aplicado no último ano das séries iniciais e finais do ensino fundamental, com variação de 0 a 10 (ODM, 2014).



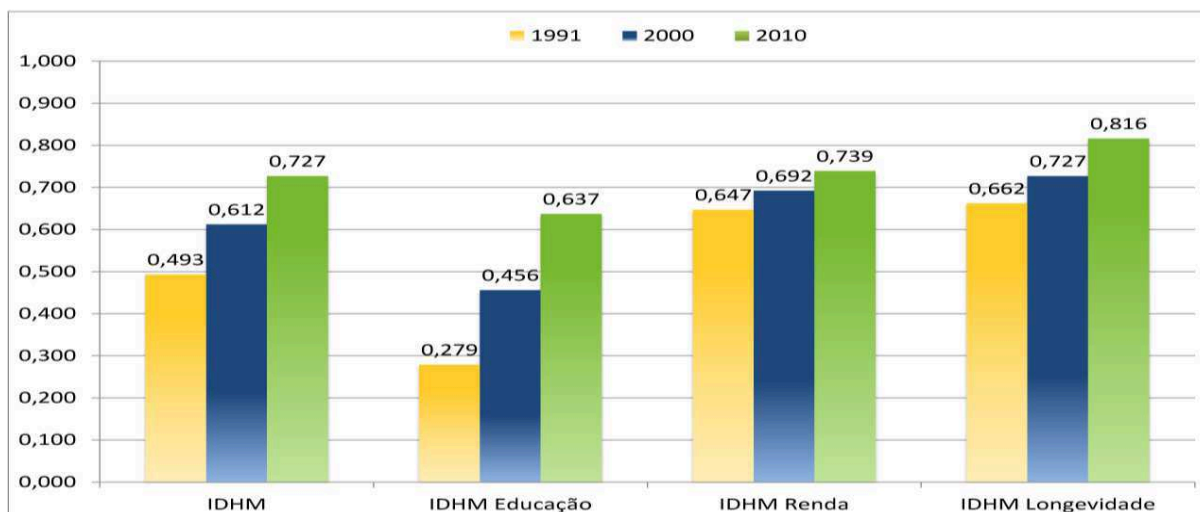


Figura 5 – IDHM brasileiro e seus subíndices 1991-2000-2010

Fonte: IDHM (2013)

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, a renda per capita média de São José do Barreiro em 1991 era de R\$296,26. No ano 2000, passou para R\$491,73 e em 2010, chegou a R\$506,16. Ao longo de duas décadas a renda média do barreirense cresceu 70,85%. A evolução desse indicador teve impacto direto na redução da extrema pobreza que é mensurada pela proporção de habitantes com renda domiciliar per capita inferior a R\$70, em agosto de 2010. Em 1991, 16,87% da população do município encontravam-se em situação de extrema pobreza. No ano 2000, esse percentual foi reduzido e chegou a 11,53%. Em 2010, esse número caiu para 7,09%. No primeiro período (entre 1991 e 2000), a redução da extrema pobreza foi de 31,65%. No segundo período analisado (de 2000 a 2010), esse percentual subiu para 38,51%. Esse resultado é confirmado pelo índice de Gini que passou de 0,59 (em 1991) para 0,66 (em 2000) e chegou a 0,55 (em 2010).

De acordo com a tabela 7, o percentual da população economicamente ativa (PEA) de São José do Barreiro no ano 2000 era de 61,55% e em 2010 passou para 66,04%; crescimento de 7,29%. Já a taxa de pessoas economicamente ativas que estavam desocupadas teve redução de 46,32%, no mesmo período. Com relação ao nível escolar da PEA ocupada, percebe-se que tanto nos anos 2000 quanto 2010 predominam os trabalhadores com menor nível de escolaridade (fundamental completo). Apesar do percentual de ocupados com ensino médio completo ter apresentado crescimento de 45,68% entre os anos de 2000 a 2010, esse grupo representa apenas pouco mais da metade (57,78%) daqueles com ensino fundamental completo. Com relação ao rendimento, verifica-se que a parcela da PEA ocupada que recebe até um salário mínimo teve queda de 45,48% de 2000 para 2010.

**Tabela 7 – Ocupação da população de São José do Barreiro com 18 anos ou mais**

	2000	2010
Taxa de atividade	61,55	66,04
Taxa de desocupado	11,68	6,27
Grau de formalização dos ocupados	46,82	46,24
% dos ocupados com fundamental completo	32,85	49,90
% dos ocupados com médio completo	19,79	28,83
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m.	61,46	33,51

Fonte: adaptado de IDHM (2013)

Deve ser ressaltado que nesse período o município teve redução de 1,52% no número de habitantes, evasão de 63 pessoas. A primeira hipótese considera a redução populacional, por menor que seja o aumento no número de pessoas trabalhando, o impacto no percentual da PEA será aparentemente superior ao que representa. A segunda hipótese além de considerar a redução populacional também precisa supor que parte da população antes desempregada, não tem procurado emprego devido aos benefícios do governo federal. Dessa forma, verifica-se redução das pessoas economicamente ativas desocupadas. A redução de 0,58% no grau de formalização reforça essa hipótese. Possivelmente as pessoas preferiam trabalhar na informalidade para manterem tal benefício. Dentre as pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, em 2010, 43,10% atuavam no setor de serviços, 29,59% na agropecuária, 9,65% na construção, 9,33% no comércio, 4,25% na indústria de transformação, 0,41% em utilidade pública e 0% na indústria extrativa (IDHM, 2013).

A análise dos indicadores de desenvolvimento social aponta que São José do Barreiro possui níveis satisfatórios com relação à educação e saúde. No entanto, é preciso ressaltar que esses indicadores demonstram uma análise quantitativa e não qualitativa. Já o segmento que compreende emprego e renda aponta a cidade com baixo grau de desenvolvimento. Além disso, o município é altamente dependente das transferências de renda do governo federal, como observado pelos números do Bolsa Família e do BPC.

O desenvolvimento humano pressupõe a ampliação das liberdades das pessoas. Assim, o cidadão deve ao menos ter a oportunidade de escolher aquilo que ele deseja ser. E para que isso seja possível, é necessário o planejamento de políticas públicas que tenham como foco o cidadão. É preciso ressaltar que crescimento econômico não se traduz automaticamente em qualidade de vida. Muitas vezes, percebe-se aumento da concentração da renda e das desigualdades sociais. Por isso, o Estado tem papel fundamental na organização das relações sociais ao oferecer à população menos abastada acesso àquilo que é chamado de direitos básico, como habitação, saúde e educação.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho acadêmico tem papel fundamental na formação do pesquisador, pois ao longo da dissertação encontram-se diversos obstáculos que o obrigam a compreender autores com diferentes pensamentos do mesmo assunto. Apesar da dissertação contar com hipóteses no início do projeto, nem sempre serão confirmadas ao final. Esse é um risco que é enfrentado por qualquer indivíduo em seu cotidiano. Os resultados desta dissertação representam mais um passo sobre a discussão da economia solidária no planejamento e desenvolvimento das pequenas cidades.

O município de São José do Barreiro é considerado como um dos mais pobres da RMVale devido à dificuldade na geração de emprego. Mas essa nem sempre foi sua realidade. Em meados do século XIX, a cidade foi considerada como um dos maiores produtores de café do estado de São Paulo. No entanto, a riqueza do ciclo do café não foi capaz de colocar os municípios da microrregião de Bananal na rota do desenvolvimento.

Nesse contexto, a pesquisa procurou demonstrar que a economia clássica não é capaz de resolver os problemas econômicos da sociedade contemporânea. De acordo com Smith e Ricardo, o crescimento econômico seria o meio para que a sociedade pudesse alcançar o desenvolvimento. Este princípio foi explicado por meio do conceito de mão invisível do mercado.

Em oposição ao liberalismo econômico foram introduzidas as teorias elaboradas por Marx no século XIX. Segundo o pensamento marxista, o proletariado é explorador por meio da mais valia e da mais valia relativa. O lucro do burguês é obtido através da compressão do salário, que é possível devido a criação de um exército de reserva.

Em outubro de 1929 ocorreu a quebra da Bolsa de Nova Iorque que acarretou na maior crise vivenciada pelo sistema capitalista, denominada como a Grande Depressão. Momento em que a mão invisível do mercado não foi capaz de resolver os problemas de superprodução, desemprego, fome e miséria. A solução veio a partir das teorias do economista Keynes, que propunha a intervenção do Estado na economia.

As primeiras experiências de economia solidária surgiram em paralelo a Revolução Industrial para amenizar as feridas impostas aos artesãos, que passaram a ter como única opção vender sua mão de obra. A economia solidária apesar de estar inserida no sistema capitalista tem como foco o bem estar da sociedade. O modelo econômico solidário propõe à inclusão produtiva como mecanismo para inserção no mercado de trabalho por meio do

cooperativismo. Este tipo de estratégia tem o intuito de superar a extrema pobreza baseado em políticas públicas de geração de renda.

No Brasil, a economia solidária aparece a partir dos anos de 1980 e se fortalece na década de 1990, com o intuito de reduzir o impacto negativo causado pela adoção de políticas neoliberais. O modelo solidário não deve ser encarado como a única ferramenta capaz de erradicar a pobreza. Por isso, é necessário certo cuidado para interpretar os dados divulgados pelo MTE por meio do Atlas da Economia Solidária. Esse modelo conquistou maior espaço político e acadêmico a partir de 2003, quando o governo federal implantou uma secretaria especializada para cuidar do assunto, a Senaes. Este relatório passa a impressão de que todos os problemas socioeconômicos do Brasil foram resolvidos na última década. Quando, na verdade, a realidade diagnosticada pelos órgãos de pesquisas e pelo economista Pochmann contestam essa visão messiânica do MTE.

Cabe ressaltar que, de acordo com dados do próprio Ministério do Trabalho, no período de 2003 a 2010, o volume de recursos repassados a Senaes foi inferior a 1% do orçamento total do MTE. Evidenciando que a Senaes, durante esses sete anos, foi colocada em segundo plano. O que caracteriza uma contradição no discurso feito pelo Ministério e as ações que foram concretizadas.

Mesmo com a redução de 7% na taxa de desemprego entre os anos de 2003 a 2010, configurando uma nova estrutura do mercado formal de trabalho, verifica-se que a proposta de constituição de projetos de economia solidária torna-se relevante para uma parcela considerável da sociedade, principalmente nos pequenos municípios caracterizados pela estagnação econômica. No entanto, a economia solidária deve ser interpretada com base no cotidiano da sociedade. Dessa forma, foi necessário deixar a visão poética de lado para compreender os dois lados da moeda, aspectos positivos e negativos.

A proposta para a constituição de projetos de economia solidária em São José do Barreiro como alternativa ao desenvolvimento local é justificada pelo número excessivo de pessoas dependentes da transferência direta de renda do governo federal e pelo fato do município aparecer frequentemente entre os menores indicadores sociais do estado de São Paulo. De acordo, com o Ipeadata, em 2012, o município contava com 445 beneficiários do Bolsa Família. Se for considerado que uma família é constituída por quatro pessoas, proporcionalmente esse número representa 43,69% dos habitantes de São José do Barreiro. Se incluir a parcela beneficiada pelo BPC, esse percentual sobe para 61,86% da população barreirense.

Segundo a Senaes, São José do Barreiro não conta com nenhum tipo de empreendimento econômico solidário. Porém, a cidade demonstra potencial para a constituição desses projetos voltados aos setores da agricultura familiar e de artesanato. Os produtos artesanais são criados a partir de objetos obsoletos ou que foram descartados, reforçando o princípio da sustentabilidade. Com relação à agricultura, formula-se a hipótese para a cooperação entre pequenos agricultores, com foco em produtos orgânicos. A distribuição pode ser feita por meio de uma cesta com diversos produtos ou mesmo separadamente. Além de parcerias com o poder público local para o fornecimento desses alimentos orgânicos às escolas do município. A ideia é formar uma cadeia produtiva eficiente, da formação do produto até o cliente final. Uma maneira de divulgação desses produtos está na inclusão de feiras no calendário da cidade para exposição de produtos artesanais e agrícolas.

Apesar da eleição presidencial de 2014 não fazer parte do foco deste trabalho, deve ser ressaltado que mesmo o município tendo uma parcela considerável de sua população beneficiada pelos programas do governo federal, a candidata à reeleição foi derrotada tanto em São José do Barreiro como nas demais cidades da RMVale, a única exceção foi Cunha.

O viés democrático da economia solidária é responsável pela inclusão de parcela da sociedade que historicamente é excluída dos processos de planejamento da comunidade. A proposta para implantação de projetos de economia solidária nos pequenos municípios deve primeiramente conscientizar a população de que os programas de transferência direta de renda devem ser encarados como um mecanismo provisório e não como algo permanente. A população precisa exigir medidas que visem a melhoria de setores como educação e saúde. Assim, a sociedade tem a possibilidade de transformar sua realidade, ascender profissional e socialmente ao invés de reproduzir o cenário da República Velha, o voto de cabresto, em pleno século XXI.

Ao longo deste trabalho foram expostas algumas das dificuldades enfrentadas pela economia solidária, como a formação de pseudocooperativas, dificuldades de capitalização, falta de um sistema bancário adequado, entre outras. Mesmo com essas limitações, a constituição de projetos econômicos solidários deve ser considerada de maneira conjunta pelos cinco municípios da microrregião de Bananal. Pois, iniciativas locais isoladas estão mais propensas a formação de monopólios, contrariando os ideais de inclusão da economia solidária. Além disso, o turismo também deve ser visto como uma importante fonte de renda aos municípios. Pois, atua como agente econômico ao gerar emprego tanto nas atividades que estão ligadas diretamente ao turismo quanto às indiretas. Por isso, é necessária uma

articulação entre os empreendimentos solidários para possibilitar uma alternativa de transformação social por meio de políticas públicas, geração de trabalho e renda.

Conclui-se que o dinamismo de EES é capaz de alterar favoravelmente as condições socioeconômicas de São José do Barreiro como meio de inclusão produtiva e empoderamento da população. Os projetos de economia solidária devem ser encarados como uma ação para o desenvolvimento regional. Porém, esses projetos dependem de mecanismos de políticas públicas para preservar a identidade local, resgatar a cidadania e reduzir as desigualdades.

## REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, F. H. C. Políticas públicas municipais e economia solidária. **Interações**. Campo Grande, v. 15, n. 1, p. 135-145, jan./jun. 2014.
- ANDRADE, M. S. **Os desafios da autogestão**. IN: MELLO, C.; ROVAI, R.; STREIT, J. (orgs). Geração de trabalho e renda, economia solidária e desenvolvimento local: a contribuição da Fundação Banco do Brasil. São Paulo: Publisher Brasil, 2006.
- ANTONELLO, I. D.; LUIZÃO, F. M. C. **Economia solidária como política pública: alternativa à exclusão socioespacial**. IN: CORDEIRO, S. M. S.; LANZA, L. M. B.; PITAGUARI, S. O. (orgs). A sustentabilidade da economia solidária. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2012.
- Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/>>. Acesso em: 21 março 2015.
- AZAMBUJA, L. R. Os valores da economia solidária. **Sociologias**. Porto Alegre, n. 21, p. 282-317, jan./jun. 2009.
- BARBOSA, A. G. **Água para beber e para produzir alimentos**. IN: MELLO, C.; ROVAI, R.; STREIT, J. (orgs). Geração de trabalho e renda, economia solidária e desenvolvimento local: a contribuição da Fundação Banco do Brasil. São Paulo: Publisher Brasil, 2006.
- BARRETOS, R. O.; PAULA, A. P. P. Os dilemas da economia solidária: um estudo acerca da atividade de inserção dos indivíduos na lógica cooperativista. **Cadernos EBAPE.BR**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 199-213, jan./jun. 2009.
- BERTUCCI, J. O. Desenvolvendo a solidariedade no caminho da transição: um ensaio sobre a teoria do socialismo a partir de Marx. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 173-200, abr. 2010.
- BICKEL, C. G. A produção associada autogestionária na construção civil como estratégia na integração do sistema na economia social na autogestão territorial. **Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 25-42, nov. 2013.
- BOCCHI, J. I.; BORGES, M. A.; LACERDA, A. C.; REGO, J. M. **Economia brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2000. 262 p.
- BRAGA, A. M. S.; BRAGA, V.; SANTOS, E. L.; SANTOS, R. S. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **Desenvolvimento Regional em debate**, Canoinhas, n. 1, p. 44-61, jul. 2012.
- BRITTO, T.; MEDEIROS, M.; SOARES, F. Transferência de renda no Brasil. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 79, p. 5-21, nov. 2007.
- CAMARA, M. R. G.; PITAGUARI, S. O.; SANTOS, L. M. L. **Panorama da economia solidária no Brasil**. IN: CORDEIRO, S. M. S.; LANZA, L. M. B.; PITAGUARI, S. O. (orgs). A sustentabilidade da economia solidária. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2012.

- CAMINHA, U.; F, M. Atividade financeira e moeda: análise da experiência do Conjunto Palmeiras em Fortaleza-CE. **Direito GV**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 99-130, jan./jun. 2011.
- CARVALHO, F. J. C. Keynes e o Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, p. 569-574, dez. 2008.
- CARVALHO, F. D. O retorno de Keynes. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 83, p. 91-101, jan. 2009.
- CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 613-636, out./dez. 2012.
- CLEMENTE, A.; HIGACHI H. Y. **Economia e desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2000.
- COELHO, D. B.; GODOY, A. S. De catadores de rua a recicladores cooperados: um estudo de caso sobre empreendimentos solidários. **Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 721-749, 2011.
- COSTA, S. L. **Taubaté: o local e o global na construção do desenvolvimento**. Taubaté: Cabral, 2005.
- CUNHA, J. C.; CUNHA, S. K. Competitividade e sustentabilidade de um cluster de turismo: uma proposta de modelo sistêmico de medida do impacto do turismo no desenvolvimento local. **Administração Contemporânea**, Curitiba, n. 2, p. 63-79, 2005.
- DELFIN NETTO, A. **O problema do café no Brasil**. 349f. Tese (Livre-Docência em Estatística Geral e Estatística Econômica) Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1959.
- DINIZ, C. C. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 2, n. 19, p. 227-249, mai/ago. 2009.
- DINIZ, S; FERREIRA, V; SILVA, H. Circuito da economia urbana e economia dos setores populares na fronteira amazônica: o cenário atual no sudeste do Pará. **Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 61-76, nov. 2013.
- ENGELS, F.; KARL, M. **Manifesto do partido comunista**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1993. 151 p.
- FBES. **Fórum Brasileiro de Economia Solidária**. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br/>>. Acesso em: 19 março 2015.
- FERRAZ, D. L. S.; CAVEDON, N. R. A exclusão e a inclusão social: depoimento das praticantes da economia popular solidária. **Cadernos EBAPE.BR**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 1-18, dez. 2008.



FILHO FERRARI, F.; TERRA, F. As disfunções do capitalismo na visão de Keynes e suas proposições reformistas. **Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 271-295, mai./ago. 2011.

FONSECA, P. C. D. Keynes: o liberalismo econômico como mito. **Economia e Sociedade**. Campinas, v. 19, n. 3, p. 425-447, dez. 2010.

FRANCO, M. C. **DRS**: ampliação de crédito com inclusão social. IN: MELLO, C.; ROVAI, R.; STREIT, J. (orgs). Geração de trabalho e renda, economia solidária e desenvolvimento local: a contribuição da Fundação Banco do Brasil. São Paulo: Publisher Brasil, 2006.

FREITAS, H.; MOSCAROLA, J. Da observação à decisão: métodos da pesquisa e de análise quantitativa e qualitativa de dados. **RAE electron**. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-30, jan./jun. 2002.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 3. Ed Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

\_\_\_\_\_. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1989.

GAIGER, L. I. G. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**. Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

\_\_\_\_\_. A associação econômica dos pobres como via de combate às desigualdades. **Caderno CRH**. Salvador, v. 22, n. 57, p. 563-580, set./dez. 2009.

GAIGER, L. I. Relações entre equidade e viabilidade nos empreendimentos solidários. **Lua Nova**. São Paulo, n. 83, p. 79-109, 2011.

GALVÃO, A. C. F. **Política de desenvolvimento regional e inovação**: lições da experiência europeia. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 272 p.

GARCIA, P. A.; LANZA, L. M. B. **O princípio da autogestão empreendimento de economia solidária**. IN: CORDEIRO, S. M. S.; LANZA, L. M. B.; PITAGUARI, S. O. (orgs). A sustentabilidade da economia solidária. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2012.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai./jun. 1995.

GONÇALVES, A. F. Experiências em economia solidária e seus múltiplos sentidos. **Katálysis**. Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 132-142, jan./jun. 2008.

GOMES, F. Uma aproximação entre pragmática universal e economia solidária: o caso de Catende. **Caderno Ebape.br**. Rio de Janeiro, v.12, p. 416-441, ago. 2014.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Subsecretaria de Desenvolvimento Metropolitano**. Disponível em: <[http://www.sdmropolitano.sp.gov.br/portalsdm/faces/pages\\_index?\\_afLoop=292355570711920&\\_afWindowMode=0&\\_afWindowId=null/](http://www.sdmropolitano.sp.gov.br/portalsdm/faces/pages_index?_afLoop=292355570711920&_afWindowMode=0&_afWindowId=null/)>. Acesso em: 30 setembro 2014.

GUGLIANO, A. A.; LOCKS, P. Democracia e economia solidária: limitações e potencialidades. **Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 10, p. 41-62, jan./abr. 2013.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=354960&search=sao-paulosao-jose-do-barreiro>>. Acesso em: 30 setembro 2014.

ICMBIO. **Parque Nacional Serra da Bocaina**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/parnaserradabocaina/>>. Acesso em: 21 março 2015.

IDHM. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Disponível em: <[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/sao-jose-do-barreiro\\_sp](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/sao-jose-do-barreiro_sp)>. Acesso em: 30 setembro 2014.

IFDM. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal**. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=SP&IdCidade=354960&Indicador=1&Ano=2011>>. Acesso em: 30 setembro 2014.

IPEADATA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 30 setembro 2014.

IVO, A. B. L. O paradigma do desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimento. **Caderno CRH**. Salvador, v. 25, n. 65, p. 187-210, mai./ago. 2012.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.

KLEIMAN, F. **Senaes e Fundação Banco do Brasil: parceria que fortalece a economia solidária**. IN: MELLO, C.; ROVAI, R.; STREIT, J. (orgs). Geração de trabalho e renda, economia solidária e desenvolvimento local: a contribuição da Fundação Banco do Brasil. São Paulo: Publisher Brasil, 2006.

LANZA, L. M. B.; STÁBILE, F. **Trajetória do trabalho feminino e economia solidária**. IN: CORDEIRO, S. M. S.; LANZA, L. M. B.; PITAGUARI, S. O. (orgs). A sustentabilidade da economia solidária. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2012.

LEITE, M. P. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. **Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 24, n. 69, p. 31-51, fev. 2009.

LOBATO, M. **Cidades mortas**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

MAFRA, F. L. N.; MOREIRA, L. B.; ONUMA, F. M. S. Autogestão e subjetividade: interfaces e desafios na visão de especialistas da ANTEAG, UNISOL e UNITRABALHO. **Cadernos EBAPE.BR**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 65-81, mar. 2012.

MADALOZZO, R.; MARTINS.; SHIRATORI, L. Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais?. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 547-566, mai/ago. 2010.

MANKIW, N. G. **Introdução à economia**. Tradução de HASTINGS, A. V. São Paulo: Thomson, 2005.

MARQUESE, R. B. O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão: o caso da Fazenda Resgate. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v. 18, n. 1, p. 83-128, jan./jul. 2010.

MARX, K. **O capital**. Tradução de DEVILLE, G. Bauru: Edipro, 1998.

MDS. **Bolsa Família**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/>>. Acesso em: 30 setembro 2014.

MERTENS, F.; TÁVORA, R.; FONSECA, I. F.; GRANDO, R.; CASTRO, M.; DENEDA, K. Redes sociais, capital social e governança ambiental no território Portal da Amazônia. **Acta Amazonica**. Manaus, v. 41, n. 4, p. 481-492, 2011.

MESSIAS, M. **Convergências entre a Fundação e a estratégia DRS**. IN: MELLO, C.; ROVAI, R.; STREIT, J. (orgs). Geração de trabalho e renda, economia solidária e desenvolvimento local: a contribuição da Fundação Banco do Brasil. São Paulo: Publisher Brasil, 2006.

MISES, L. V. **Liberalismo**: segundo a tradição clássica. Tradução de PIMENTA, H. C. 2.ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

MOCHÓN, F.; TROSTER, R. L. **Introdução à economia**. São Paulo: Pearson, 2004.

MORAES, E. E.; LANZA, F.; PELANDA, S. S.; SANTOS, L. M. L. Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 105, p. 67-88, jan./mar. 2011.

MOTTA SOBRINHO, A. **A civilização do café**: 1820-1920. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1978. 179 p.

MTE. **Ministério do Trabalho e Emprego**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/imprensa/rais-e-caged-indicam-crescimento-da-participacao-da-mulher-no-mercado-de-trabalho.htm>>. Acesso em: 17 março 2015.

NAGEM, F. A.; SILVA, S. P. Institucionalização e execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil. **Sociologia e Política**. Curitiba, v. 21, n. 46, p. 159-175, jun. 2013.

OLIVEIRA, B. C. S. C. M.; PIMENTA, J. L.; SANTOS, L. M. L. **Empreendimentos de economia solidária na cidade de Londrina-PR e suas estratégias de ação**. IN: CORDEIRO, S. M. S.; LANZA, L. M. B.; PITAGUARI, S. O. (orgs). A sustentabilidade da economia solidária. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2012.

PNUD. **Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDH-Global-2013.aspx>>. Acesso em: 01 outubro 2014.

POCHMANN, M. Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites. **Ipea**. São Paulo, n. 24, p. 35-43, ago. 2004. Mercado de Trabalho.

\_\_\_\_\_. **Nova classe média?** o trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

PORTAL ODM. **Acompanhamento brasileiro dos objetivos de desenvolvimento do milênio**. Disponível em: <<http://www.portalodm.com.br/>>. Acesso em: 01 outubro 2014.

REGO, W. L. Aspectos teóricos das políticas de cidadania: uma aproximação ao Bolsa Família. **Lua Nova**. São Paulo, n. 73, p. 147-185, 2008.

RETAMIRO, W. **Empreendimentos econômicos solidários no processo de desenvolvimento regional**. 2013. 117 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e desenvolvimento Regional) Departamento de Economia, Contabilidade e Administração, Universidade de Taubaté, Taubaté, 2013.

RICCI, F. **Indústrias têxteis na periferia origens e desenvolvimento: o caso do Vale do Paraíba**. Taubaté: Cabral, 2006.

RODRIGUES, H.; TAUILE, J. R. Economia solidária e autogestão: a criação e recriação de trabalho e renda. **Mercado de Trabalho**. São Paulo, n. 24, p. 35-43, ago. 2004. Ipea.

SANDRONI, P. **Novo dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1994.

SANTOS, J. H. **Recuperação de empresas por meio da autogestão**. IN: CORDEIRO, S. M. S.; LANZA, L. M. B.; PITAGUARI, S. O. (orgs). A sustentabilidade da economia solidária. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2012.

SCHAFERS, A. Reforma agrária e economia solidária: o caso da usina Catende. **Estudos sociais**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 62-88, 2007.

SEADE. **Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados**. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/>>. Acesso em: 30 setembro 2014.

SECRETARIA DA CULTURA. **Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico**. Disponível em: <<http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/home>>. Acesso em: 30 setembro 2014.

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da economia solidária no Brasil**. Brasília: MTE, Senaes, 2006.

SIES. **Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/sistema-nacional-de-informacoes-em-economia-solidaria/>>. Acesso em: 30 setembro 2013.

SILVA, D. F. **Desenvolvimento e desequilíbrio regional no Vale do Paraíba: uma abordagem das disparidades econômicas e tecnológicas**. 2005. 160 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional) – Departamento de Economia, Contabilidade e Administração, Universidade de Taubaté, Taubaté, 2005.

SINGER, P. **Economia solidária: um modo de produção e distribuição**. IN: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (orgs). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

\_\_\_\_\_. **O desafio é criar cadeias solidárias**. IN: MELLO, C.; ROVAI, R.; STREIT, J. (orgs). *Geração de trabalho e renda, economia solidária e desenvolvimento local: a contribuição da Fundação Banco do Brasil*. São Paulo: Publisher Brasil, 2006.

SISTEMA FIRJAN. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal**. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/ifdm/>>. Acesso em: 30 setembro 2014.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. Tradução de BARAÚNA, L. J. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

TAUILE, J. R. Do socialismo de mercado à economia solidária. **Economia Contemporânea**, jan./jun. 2002.

TAVARES, H. M. Desenvolvimento, região e poder regional: a visão de Celso Furtado. **Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 11-26, nov. 2011.

THE WORLD BANK. **Banco Mundial**. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/pt/country/brazil>>. Acesso em: 21 março 2015.

UNISOL BRASIL. **Central de cooperativas e empreendimentos solidários**. Disponível em: <<http://www.unisolbrasil.org.br/>>. Acesso em: 22 março 2015.

VIEIRA, E. T. **Industrialização e políticas de desenvolvimento regional: o Vale do Paraíba paulista na segunda metade do século XX**. 2009. 177 f. Tese (Doutorado em História Econômica) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

VIEIRA, E. T.; SANTOS, M. J. Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica. **G&DR**, Taubaté, v. 8, n. 2, p. 344-369, mai./ago. 2012.